

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Daniely Wendland

**INTEGRALISMO, CÍRCULO OPERÁRIO CATÓLICO E
SINDICATOS EM JOINVILLE (1931-1948)**

Florianópolis
2011

Daniely Wendland

**INTEGRALISMO, CÍRCULO OPERÁRIO CATÓLICO E
SINDICATOS EM JOINVILLE (1931-1948)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte

Florianópolis
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

W471i Wendland, Daniely

Integralismo, círculo operário católico e sindicatos em Joinville (1931-1948) [dissertação] / Daniely Wendland ; orientador, Adriano Luiz Duarte. - Florianópolis, SC, 2011. 224 p.: il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. Largura, Aristides. 2. Kolb, Alberto. 3. Mira, Conrado de. 4. Partido Trabalhista Brasileiro. 5. Círculo Operário Católico. 6. História. 7. Religião e política - Joinville (SC) - História. 8. Integralismo. 9. Partidos políticos. 10. Sindicatos - Joinville (SC). I. Duarte, Adriano Luiz. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU 93/99

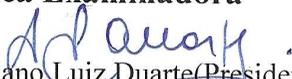
Integralismo, Círculo Operário Católico e sindicatos em Joinville, 1931/1948.

Daniely Wendland

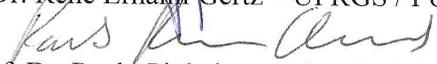
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua
forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora


Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte (Presidente e
orientador) – UFSC


Prof. Dr. René Ernani Gertz – UFRGS / PUCRS


Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – UFSC

Prof^ª. Dr^ª. Renata Palandri Sigolo Sell (suplente) –
UFSC


Prof^ª. Dr^ª. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 11 de março de 2011.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte, agradeço pela orientação dedicada, paciência e incentivo. Sem a sua confiança, este trabalho não teria sido concluído.

Ao Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado e à Prof. Dra. Renata Palandri Sigolo, pela participação na banca de qualificação.

À diretoria do Círculo Operário de Joinville e seus funcionários, por generosamente ter colocado seu acervo à disposição para a pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal de Joinville pela atenção.

Ao Jornal A Notícia, que gentilmente abriu seu arquivo para esta pesquisa.

Aos meus pais, Vilma Paduano e Wilson Nilton Wendland, pelo amor, confiança e compreensão. A Keltryn Wendland, por todo o estímulo.

Aos colegas de pós-graduação da UFSC pela convivência.

A Adriane Zorzi e Tânia Kuhnen, pela amizade e apoio em todos os momentos. A Tânia em especial, pela revisão cuidadosa do trabalho.

A Ana Paula Pruner, Lara Rodrigues, Marilane Machado, Maria Aparecida Anacleto, Marília Mezzomo, Giovanny Noceti e Alain Rojo, pela amizade, bom humor e aprendizado.

RESUMO

Neste trabalho proponho analisar as relações que envolveram três entidades de Joinville entre os anos de 1931 a 1948, quais sejam: Integralismo, Círculo Operário Católico e Sindicatos. Pretendo investigar as ações dessas entidades e a trajetória de suas lideranças: Aristides Largura, padre Alberto Kolb e Conrado de Mira respectivamente, na tentativa de entender quais as motivações que levaram à surpreendente união desses três personagens, em 1945, para fundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na cidade. Um dos pontos de partida do trabalho é a desconfiança sobre a teoria da etnicidade como principal explicação para o sucesso integralista em Joinville. Outro questionamento é sobre as ações de padre Kolb e suas atividades políticas. O sindicalista Conrado de Mira, por sua vez, soube rapidamente compreender o funcionamento do aparelho sindical e utilizou-se disso para projetar sua carreira política na cidade.

Palavras-chave: Círculo Operário Católico; Integralismo; Partido Político; Sindicatos.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the relationships that involved three entities of the city of Joinville between the years 1931 to 1948, which are: Integralism, Catholic Worker's Circle and Unions. I intend to investigate the actions of these entities and the path of their leaders: Aristides Largura, priest Alberto Kolb and Conrado de Mira respectively, attempting to understand the motivations that in 1945 surprisingly provided the union of these three characters to found the entourage Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) in the city. One of the bases of this work is the suspicion about the theory of ethnicity as the main explication for the integralist success in Joinville. Another questioning is about priest Kolb's actions and his political activities. The syndicalist Conrado de Mira, in turn, quickly recognized the running of the trade union apparatus and used that to project his political career in the city.

Keywords: Catholic Worker's Circle; Integralism; Political Party; Unions.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AHJ – Arquivo Histórico de Joinville
- AIB – Ação Integralista Brasileira
- ANL – Aliança Nacional Libertadora
- COJ – Círculo Operário de Joinville
- DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
- DNP – Departamento Nacional de Propaganda
- FORGS – Federação Operária do Rio Grande do Sul
- LBA – Legião Brasileira de Assistência
- LSN – Lei de segurança Nacional
- OSP – Organização Sindical Paulista
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PL – Partido Liberal
- PRC – Partido Republicano Catarinense
- PRP – Partido da Representação Popular
- PSD – Partido Social Democrático
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- PTN – Partido Nacional Trabalhista
- UDN – União Democrática Nacional

LISTA DE TABELAS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Tabela 1 – Atividades econômicas | 38 |
| Tabela 2 – Censo agrícola..... | 39 |
| Tabela 3 – Resultado das eleições municipais 1º março de 1936 – município de Joinville | 68 |
| Tabela 4 – Atendimento médico prestado pelo COJ..... | 124 |

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 19 |
| 1 O GOVERNO INTEGRALISTA DE JOINVILLE: UM FENÔMENO ELEITORAL | 28 |
| 1.1 A crise do liberalismo | 28 |
| 1.2 Os intelectuais e o Estado | 30 |
| 1.3 O contexto de 1935 | 32 |
| 1.4 A “Lei Monstro” | 33 |
| 1.5 A Constituinte de 34..... | 34 |
| 1.6 Joinville na década de 1930 | 36 |
| 1.7 A Ação Integralista Brasileira em Joinville | 40 |
| 1.8 A escolha do candidato integralista | 45 |
| 1.9 A eleição de 1936 -“Confucionismo Político” | 48 |
| 1.10 Os candidatos | 51 |
| 1.11 Cisões no Partido Integralista | 52 |
| 1.12 Os inimigos extremistas..... | 54 |
| 1.13 A greve da estiva | 56 |
| 1.14 Partido Comunista | 60 |
| 1.15 Concentração Operária antiextremista..... | 61 |
| 1.16 O integralismo e o nacional-socialismo | 63 |
| 1.17 A vitória integralista | 67 |
| 1.18 Como entender a eleição de Largura? | 71 |
| 1.19 Quando Largura “deixou de ser integralista” | 73 |
| 1.20 “Ao padre Alberto, o nosso Anauê” | 78 |
| 2 CÍRCULO OPERÁRIO CATÓLICO DE JOINVILLE | 82 |
| 2.1 Crise dos anos 1920..... | 82 |
| 2.2 Origem do movimento circlista..... | 85 |
| 2.3 Círculo Operário Católico de Joinville (COJ)..... | 88 |
| 2.4 Estrutura e setores do COJ | 94 |
| 2.5 Padre <i>outsider</i> ? | 98 |
| 2.6 Viagens frequentes | 102 |
| 2.7 Conflitos com os integralistas..... | 105 |
| 2.8 “Concentração Operária” | 107 |
| 2.9 O dia a dia no Círculo: “Obra cristã, patriótica e nacionalizadora” | 112 |
| 2.10 Colaboração de classes e anticomunismo..... | 113 |
| 2.11 “A palavra de um sacerdote católico” | 118 |
| 2.12 Participação escassa de associados: tempos de mudanças..... | 120 |
| 2.13 Creche Conde Modesto Leal | 122 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 2.14 A Morte de Alberto Kolb e o futuro do COJ | 129 |
| 3 SINDICATOS E PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO EM JOINVILLE..... | 136 |
| 3.1 Legislação trabalhista no Brasil..... | 136 |
| 3.2 Criação do Ministério do Trabalho | 138 |
| 3.3 O conde do sindicalismo de Joinville | 142 |
| 3.4 Atividades dos sindicatos | 145 |
| 3.5 Reclamações trabalhistas..... | 151 |
| 3.5 Processos trabalhistas movidos por Conrado de Mira contra os sindicatos..... | 152 |
| 3.6 “Não sou político, mas somente administrador” | 154 |
| 3.7 Padre militante | 157 |
| 3.8 PSD e UDN em Santa Catarina..... | 171 |
| 3.9 Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Joinville | 172 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 183 |
| FONTES..... | 191 |
| REFERÊNCIAS | 193 |
| ANEXOS | 199 |

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Encontrar estudos envolvendo processos eleitorais, partidos e o contexto político de um modo geral em Joinville, nas décadas de 1930 e 1940, é uma tarefa razoavelmente difícil. Os trabalhos acadêmicos sobre a cidade privilegiaram as décadas anteriores e posteriores a esse período. Há diversas e importantes pesquisas sobre Joinville focalizando o período do chamado ciclo da erva-mate e da madeira, que corresponde ao final do século XIX e primeiras décadas do século XX, uma quantidade ainda maior de trabalhos cujo objeto foi especificamente a Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas e suas consequências entre os teuto-brasileiros da sociedade joinvilense, além do período que envolve as décadas de 1960, 1970 e 1980, quando se verificou um grande surto de industrialização e crescimento demográfico da cidade¹.

Santa Catarina, durante os anos de 1930 e 1940, apresentava uma economia essencialmente agrária, dominada por duas oligarquias que se revezavam no poder: a família Ramos, oriunda da região serrana, e os Konder/Bornhausen, provenientes do Vale do Itajaí. Possivelmente, pela monopolização do poder por essas duas famílias, que apenas eventualmente se uniam a outros grupos de menor expressão da capital do estado, a historiografia catarinense primou em analisar com maior afinco as atividades políticas desses grupos. Os trabalhos de Walter Piazza e Carlos Alberto Lenzi são referências elementares para o estudo de partidos políticos em Santa Catarina, entretanto, fornecem poucas

¹ Alguns desses trabalhos:

BRUHNS, Katiane. *Espaços de sociabilidade e o idioma: a Campanha de Nacionalização em Joinville*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

COSTA, Iara Andrade. *A cidade: tensões sociais e controle. Joinville – 1917-1943*. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná.

CRISTOFOLINI, Nilton José. *Nacionalização do ensino: estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville*. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. GUEDES, Sandra (Org). *Histórias de (I) migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Ed. Univille. 1998.

SILVA, Janine Gomes da. *Tempo de Lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville*. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

_____, Janine Gomes da. *Tensões, trabalhos e sociabilidades: história de mulheres em Joinville no século XIX*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

informações sobre a situação política da região de Joinville, especialmente no que se refere às décadas de 1930 e 1940².

Estudos mais recentes sobre partidos políticos, como o de Yan de Souza Carreirão, apontam para novas possibilidades, por exemplo, a provável existência do Partido Comunista na cidade no período da redemocratização. Apesar de não se aprofundar nessa questão, o autor, através das entrevistas que realizou, indicou que há muitas lacunas a serem preenchidas sobre a organização de partidos em Joinville.³ Não obstante isso, o trabalho de Yan de Souza Carreirão se ocupa do período pós-Estado Novo e também não faz referência aos debates e as tramas eleitorais procedentes de Joinville.

Tendo por base a escassez de produção bibliográfica envolvendo as décadas de 1930 e 1940 sobre a política em Joinville, esta pesquisa enfoca três instituições relevantes para o cenário político da época, quais sejam: o Partido Integralista de Joinville, o Círculo Operário e os Sindicatos, representados respectivamente pelo prefeito integralista Aristides Largura, padre Alberto Kolb e pelo sindicalista Conrado de Mira. Este trabalho tem por objetivo investigar os embates políticos travados em Joinville, de 1931 a 1948, tendo em vista a trajetória pública desses três personagens, culminando na fundação pelos três indivíduos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na cidade, em 1945, e se encerrando, em 1948, com o falecimento do padre. Embora as fontes tenham levado a extrapolar essa última data, a delimitação temporal principal da pesquisa se conclui naquele ano.

A opção de vincular a atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB), do Círculo Operário de Joinville (COJ) e dos Sindicatos, parece, a princípio, demasiadamente abrangente e arriscada. No entanto, ela se justifica pela conexão na atuação das três entidades que se procurou desenvolver neste estudo. Essas vinculações nem sempre foram expostas e reconhecidas pelas lideranças dos três grupos. Ao contrário disso, padre Alberto Kolb não admitia publicamente a relação, muitas vezes ambígua, que manteve com o integralista Aristides Largura. O sindicalista Conrado de Mira, durante os anos de 1930 e 1940, se

² Os trabalhos referidos são: PIAZZA, Walter F. (Org). *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PIZZA, Walter F. *Santa Catarina: história da gente*. Florianópolis: Lunardelli, 1997.

PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua historia*. Florianópolis: Ed. UFSC; Lunardelli, 1983.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983.

³ CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990, p. 53. Entrevista de Manoel Ribeiro, militante comunista.

projetou como liderança ao reter o controle absoluto do aparato sindical. Ele manteve as sedes dos sindicatos localizadas no prédio do COJ, colaborando com as ações de padre Kolb, mas se conservou nos bastidores das articulações políticas daqueles anos, revelando suas ambições partidárias posteriormente, sobretudo, e talvez não por coincidência, após o afastamento de Largura e Kolb do cenário joinvilense. O interesse em relação aos três personagens não se encerra nas atividades que exerceram em suas entidades, mas reside principalmente na forma como praticaram esse comando. Procura-se entender como dois “forasteiros” conseguiram alcançar proeminência na pequena, austera e pretensamente germânica sociedade joinvilense da década de 1930.

Padre Alberto Kolb nasceu na Alemanha, o que provavelmente atraiu a simpatia das lideranças municipais. Todavia, talvez isso não elimine completamente o estranhamento quanto ao ser recém chegado em Joinville quando iniciou um trabalho ousado no meio operário e passou a se relacionar com autoridades políticas nacionais como Nereu Ramos, Filinto Müller e Getúlio Vargas, o que projetou o padre à posição de inequívoca liderança na cidade. O padre negava ser político, mas suas ações apontam para uma pessoa de habilidade política excepcional.

A historiografia de Joinville pouco se referiu ao padre. O único trabalho cujo objeto de estudo foi exclusivamente o padre e sua obra apenas reproduziu a própria versão de Kolb sobre os fatos que envolveram seu nome⁴. O Círculo Operário e a Creche Conde Modesto Leal continuam em funcionamento, sendo que a memória que se projeta do padre na cidade é a de um autor de trabalhos sociais, e não de um agente político como de fato foi. Em um trabalho da historiografia local, *Quem foi que cooperou para o progresso de Joinville nos velhos tempos?*, o autor se propôs a relacionar os personagens que seriam os nomes “mais importantes” da cidade, mas nem mesmo menciona o padre Alberto Kolb⁵.

Sobre as atividades de Kolb e do Círculo, utilizou-se como fonte principal os instigantes cadernos de anotações escritos pelo padre. Em uma evidente tentativa de registrar e perpetuar a versão dele sobre os fatos em que seu nome e sua instituição estiveram envolvidos, padre

⁴ MIRANDA, Carmen Silvia Meyer. *O legado social do padre Kolb*. Joinville: Editora Letra d'Água, 2006.

⁵ LUZ, Waldemar. *Quem foi que cooperou para o desenvolvimento do progresso de Joinville nos velhos tempos?* Joinville: Meyer, 1983.

Kolb escreveu um conjunto de cadernos relatando a memória do Círculo Operário de Joinville. A este conjunto de cadernos, o padre deu o apropriado título de *Reminiscências para a história do Círculo*. Em outro conjunto de cadernos, o sacerdote anexou correspondências e recortes de jornais em que foi notícia, os quais foram intitulados de *Histórico do Círculo através da imprensa*.

Nesses cadernos, padre Kolb apresentou uma insistente visão vitimizadora de si mesmo, a qual foi corroborada e reproduzida pelo único trabalho publicado sobre ele, cujo objeto específico de pesquisa foi o padre e sua obra social⁶. Kolb afirmava à exaustão ser vítima de “uma rede de intrigas”. Mas por que o abnegado e humilde padre, como ele costumava se auto-intitular, necessitava se defender com tamanha obstinação? Curiosamente, Kolb não revelava em seus textos os motivos das acusações das quais se defendia, nem mesmo nomeava os acusadores. Para a autora Carmem Silvia Meyer Miranda, o motivo principal seria a “inveja” de outras lideranças. A pesquisadora defendeu ainda, fundamentada no conceito de Norbert Elias, a tese de que Kolb seria um *outsider* em Joinville. Entretanto, esse argumento perde substancialmente sua eficácia, quando as memórias de Kolb são confrontadas com outras fontes, como jornais, ofícios, atas do próprio COJ e uma entrevista do integralista Aristides Largura.

A motivação para estudar o tema da experiência integralista em Joinville, entre os anos de 1934-1937, decorre da expressiva adesão ao movimento na cidade e do sucesso de sua atuação política nos contextos nacional e estadual. Também chamou a atenção o relativo desinteresse por esse tema nas pesquisas historiográficas da cidade, o que reflete no fato de Aristides Largura ser, possivelmente, o menos conhecido entre os prefeitos de Joinville. Procurou-se centrar a pesquisa na atuação política do partido integralista: suas práticas, seus aliados e adversários, seu comportamento eleitoral, suas alianças e a gestão na prefeitura. Além disso, buscou-se compreender por que Aristides Largura retornou em 1945 para retomar sua carreira política, dessa vez, se aliando a antigos adversários.

Sobre o integralismo em Joinville, deve ser mencionado o trabalho de Laucí Aparecida Cavalett, a única pesquisadora que até então havia se debruçado exclusivamente sobre o integralismo em Joinville. Todavia, a pesquisa da autora está centrada nas relações entre teuto-brasileiros e integralistas. A autora explica a vitória de Largura

⁶ MIRANDA, op. cit., 2006.

pela perspectiva étnica. Mas essa abordagem não parecia ser satisfatória para entender o fenômeno eleitoral que o integralismo representou em Joinville. Apolinário Ternes, o autor que provavelmente mais publicações produziu sobre Joinville, nem mesmo se deteve ao mandato integralista. Em seu livro sobre o poder legislativo de Joinville, Ternes apenas cita Largura ao analisar a era Vargas, como prefeito “guindado à prefeitura através de eleição direta, em 1936”, sem mencionar seu partido, ou as condições em meio às quais foi eleito. Embora o foco do trabalho de Ternes seja o poder legislativo, o historiador também não mencionou que pertencia aos integralistas a maior bancada daquela legislação⁷.

No contexto nacional, o trabalho de Héglio Trindade é o marco inicial e fundamental para uma tentativa de compreensão das condições de surgimento da AIB, a influência fascista no movimento integralista e a ideologia desenvolvida por Plínio Salgado⁸. O texto de Marilena Chauí, por sua vez, demonstrou como o discurso integralista operava com imagens e não com conceitos, utilizando recorrentemente imagens de crise generalizada das instituições liberais. Para a autora, o integralismo representou um dos fracassos históricos do autoritarismo no Brasil⁹. Compreender as causas do fracasso é menos importante do que entender como e por que o integralismo tornou-se uma proposta política capaz de converter a AIB em um agente social e político bem sucedido durante certo momento da história do Brasil, tendo sido considerada por militantes e dirigentes uma teoria sólida.

Em um dos textos de Fábio Bertonha, extraído de sua tese de doutorado sobre integralismo, o autor aprofundou a discussão sobre as afinidades entre o integralismo brasileiro e as doutrinas de caráter autoritário de direita europeia, especialmente o fascismo italiano¹⁰. O autor buscou reconhecer laços de solidariedade e relacionamento entre os movimentos através das relações entre o governo italiano e a AIB. O historiador analisou documentos como telegramas e relatórios que

⁷ TERNES, Apolinário. *Legislativo de Joinville: subsídios para sua história*. Joinville: Letra d'Água, 2006, p. 86.

⁸ TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

⁹ CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica à Ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sylvania Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1978a.

¹⁰ BERTONHA, João Fábio. *Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil*. *Revista brasileira de história*, 2001, v. 21, n. 40, p. 85-104 [online].

comprovam a intensa troca de informações entre representantes fascistas e a embaixada italiana no Brasil, com o fim de ponderar sobre o apoio à Ação Integralista. Além disso, Bertonha identificou o envio de um emissário italiano para estudar o partido de Plínio Salgado, que contou com apoio financeiro do governo fascista. Porém, esse apoio efetivo ocorreu apenas a partir de 1936 e teve seu término com a decretação do Estado Novo.

Para René Gertz, pensar o desenvolvimento do integralismo apenas pelo ponto de vista étnico é insuficiente. O autor estudou a experiência integralista no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina e demonstrou que é preciso refletir sobre os contextos e as lutas sociais do período. Compreender as diferenciações sociais internas dos descendentes de imigrantes italianos e alemães, além de considerar seus posicionamentos políticos, é fundamental para entender a opção pelo integralismo¹¹. O trabalho de René Gertz foi inspirador e também o ponto de partida na tentativa de compreender as particularidades da experiência integralista em Joinville, por demonstrar que um trabalho sobre o integralismo no âmbito regional não é uma simples repetição dos temas que nortearam a experiência nacional. Ainda que o componente étnico explicasse a adesão ao integralismo, restariam muitas questões em aberto, tais como: quais as condições que permitiram a Aristides Largura, que não era nem joinvilense, nem teuto-descendente, tampouco falava alemão, além de morar por menos de dois anos na cidade quando se candidatou, vencer uma eleição que não foi apenas contra um adversário, mas contra uma coligação que compreendia todos os demais políticos da cidade? E não foi uma vitória simples, mas com ampla margem de votos. Além disso, Largura foi estrategicamente afastado da cidade por Nereu Ramos, e fez sua campanha à distância, trabalhando em Blumenau. O fato de o integralismo ter sido o primeiro partido de massas no Brasil e ser mantido financeiramente por seus militantes sem a presença oligárquica também contribui para o interesse por esse movimento.

A escassez de fontes é um problema que imediatamente se apresenta ao interessado em estudar a experiência integralista em Joinville. Grande parte dos documentos relacionados ao integralismo foi “perdida” logo após a extinção do partido. O *Arquivo Histórico de Joinville* mantém poucos documentos relacionados ao mandato do ex-prefeito Aristides Largura e nenhum especificamente sobre a Ação

¹¹ GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

Integralista Brasileira. Nem mesmo os jornais do período estão conservados no arquivo. Na verdade, há apenas um número incompleto do jornal integralista *Anauê*, que, como a própria denominação indica, era órgão oficial do partido de Plínio Salgado em Joinville. O *Jornal de Joinville*, outro periódico publicado no período e importante para entender aqueles anos, tendo em vista que seu proprietário era adepto do integralismo, não está conservado nos arquivos catarinenses¹².

Felizmente, a seção de periódicos da *Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina*, em Florianópolis, mantém a coleção praticamente completa dos jornais *Anauê* e *A Notícia*. O jornal *A Notícia* alegava sustentar “posicionamento político independente”. Porém, a apregoada independência não significava na prática neutralidade em suas publicações, pois o diário manteve ferrenha oposição ao movimento integralista. As críticas iniciaram junto ao surgimento da doutrina na cidade, sendo intensificadas com a candidatura integralista à prefeitura. No entanto, foi possível perceber que durante o mandato de Largura, o *A Notícia* modificou a direção de seus apontamentos dirigidos ao prefeito. Com base nisso, analisar o cotidiano da cidade através da imprensa que estava completamente comprometida com seus posicionamentos políticos e com as disputas envolvidas na eleição do partido integralista é um dos objetivos do primeiro capítulo. Para alcançar esse objetivo, tem-se por base dois jornais com orientações distintas, que apresentam um interessante painel sobre as disputas políticas na cidade. Além dos jornais, cabe destacar ainda a entrevista do ex-prefeito integralista, Aristides Largura, concedida em 1982 à professora Dúnia de Freitas¹³. Essa fonte foi fundamental na tentativa de compreensão da trajetória do ex-prefeito.

Para compreender adequadamente o cenário de disputas políticas da época, investigar o material disponível sobre os sindicatos das décadas de 1930 e 1940, e suas vinculações com a atuação do

¹² Rosa Maria F. Cavalari analisou o papel da imprensa integralista no país. A autora listou o jornal *Folha Nova*, de Joinville como sendo de orientação integralista. Contudo, o periódico foi apenas listado, sem ser analisado. O curioso é que o jornal foi propriedade de João Kühne, um dos colaboradores do relatório *Punhal Nazista no coração do Brasil*. Alguns exemplares desse jornal estão conservados no Arquivo Histórico de Joinville e nos números consultados não há indícios de que tenha mantido vínculos com o movimento integralista. Contudo, o *Jornal de Joinville*, abertamente adepto ao integralismo, tendo seus proprietários filiados ao partido, não foi listado pela autora. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo – ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932 - 1937)*. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

¹³ A entrevista de Aristides Largura foi concedida à Dúnia de Freitas, em março de 1982, e está disponível no Laboratório de História Oral, departamento de História da Universidade da Região de Joinville – Univille. Arquivo: Nossos Prefeitos, NP02.

Círculo Operário, pode se mostrar uma estratégia apropriada. Esse foi o caso da chamada “Concentração Operária”, uma espécie de comício organizado pelo padre Alberto Kolb, nas vésperas das eleições de 1936. Entre os objetivos do evento estava o de apoiar a coligação “Frente Única de Joinville”, aliança esta composta pelas tradicionais lideranças políticas da cidade, que apresentava como principal escopo derrotar o partido integralista. Contudo, o comício não causou o resultado esperado.

Cabe salientar que os sindicatos “criados” em 1931 não foram as primeiras entidades de organização de trabalhadores fabris na cidade, existindo inclusive, registros de greves e paralisações anteriores, como a de 1917¹⁴. No Arquivo Histórico de Joinville há uma quantidade significativa de documentos relacionados às atividades dessas entidades. Em 1931, foi fundada a Aliança dos Trabalhadores em Construção Civil. Pouco tempo depois surgem os Sindicatos dos Trabalhadores em Olarias, dos Metalúrgicos, dos Gráficos, dos Operários e dos Empregados em Moinhos, o Sindicato das Oficinas Mecânicas, o Sindicato dos Estivadores e o Sindicato dos Trabalhadores em Massas Alimentícias. Nesses sindicatos, em algum momento, aparecerá o nome de Conrado de Mira. Não é por coincidência que o nome do sindicalista intitula o setor em que está conservada a documentação relativa a sindicatos no Arquivo Histórico de Joinville. O chamado “Fundo Conrado de Mira”, extrapola a finalidade de uma simples homenagem aos serviços prestados pelo sindicalista. Mas foi assim batizado porque toda a documentação referente a quase quatro décadas de sindicalismo em Joinville, que atualmente se encontra no arquivo municipal, esteve sob o poder de Conrado de Mira e foi doado por sua família.

O arquivo contém atas de diversos sindicatos, livros-caixa, correspondências e processos trabalhistas. O nome de Conrado de Mira aparece em grande parte dessa documentação. Em 1931, ele foi apenas um dos trabalhadores que assinaram a ata de fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil, poucos anos depois, era escolhido presidente daquela entidade. Contudo, as atividades de Mira suplantaram sua categoria de origem.

O primeiro capítulo do trabalho tem como tema a experiência integralista em Joinville entre os anos de 1934-1937. A trajetória do padre, suas redes de relacionamentos, seus colaboradores e as atividades

¹⁴ ALMEIDA, Rufino Porfírio. *O movimento operário em Santa Catarina. A greve de Joinville*. Dissertação. (mestrado em História) UFSC.

desenvolvidas no Círculo Operário de Joinville são apresentados no segundo capítulo do trabalho. O terceiro capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, procura-se entender o modo como Conrado de Mira efetivou seu domínio sobre as entidades sindicais da cidade por décadas e utilizou esse prestígio para projetar sua candidatura aos poderes legislativo e executivo da cidade. Reservou-se a segunda parte do terceiro capítulo para expor os resultados da pesquisa no que se refere à militância partidária de padre Kolb e ao contexto envolvendo a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro, em Joinville, embora a bibliografia não cite os nomes de nenhum dos três personagens como responsáveis pela instalação do partido. Padre Kolb permaneceu nos bastidores de articulação do partido, não assumindo publicamente sua participação, tampouco a ligação com o ex-desafeto integralista. Aristides Largura, por sua vez, prosseguiu rejeitado pela imprensa e pela elite local, mas recebeu novamente resposta positiva das urnas de Joinville e foi também responsável por alianças duvidosas com antigos adversários, como Nereu Ramos. Conrado de Mira se destacou apenas quando o padre e o ex-integralista saíram de cena, mas sua projeção não ultrapassou os perímetros do município.

1 O GOVERNO INTEGRALISTA DE JOINVILLE: UM FENÔMENO ELEITORAL

1.1 A crise do liberalismo

O surgimento da doutrina integralista ocorreu em um contexto político mundial de forte questionamento do modelo liberal. Entender esse momento e as alternativas que surgiram como resposta a essa crise, podem ajudar na compreensão das motivações que levaram à forte adesão ao movimento integralista.

Após o fim da Primeira Guerra, o mundo presenciou o surgimento de movimentos e governos autoritários no continente europeu. O intervalo entre os dois conflitos mundiais assinalou o fortalecimento e a expansão desses movimentos. De acordo com Hobsbawm, as principais ameaças ao liberalismo e às instituições democráticas vinham da direita política, na medida em que o comunismo fora da Rússia soviética não se apresentava como possibilidade factível¹⁵.

Para Hobsbawm, o uso do termo “fascismo” para se referir aos movimentos de direita em todo mundo, embora não seja completamente adequado, auxilia a identificar nesses grupos certas semelhanças entre si. Além disso, ainda que não fossem fascistas, foram criados sob inspiração do regime italiano de Mussolini. O autor enumera as características preponderantes desses movimentos, destacando a oposição à “revolução social”, como sendo a raiz de todos eles. O autoritarismo, o desprezo pelas instituições políticas liberais e o nacionalismo são outras características que distinguem os grupos antiliberais disseminados pelo mundo, inclusive na América Latina. Contudo, a principal diferença entre as agremiações de direita fascistas e não fascistas consistia na mobilização das massas praticada pelo fascismo, tendo como eleitorado até mesmo operários ex-comunistas e ex-socialistas, enquanto a direita tradicional não se preocupava com a adesão das classes populares. Por outro lado, o eleitorado fascista contava com a participação e sustentação das classes médias, isso

¹⁵ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 126.

porque a ameaça comunista parecia mais preocupante aos setores dessa classe. Conforme Hobsbawm, eram os temores dos indivíduos de classe média que determinavam suas próprias posições políticas¹⁶.

Diante da expansão dos regimes conservadores encontravam-se instituições como a Igreja Católica, que sustentava posicionamentos muitas vezes ambíguos em relação à direita política, com quem mantinha em comum a aversão ao Iluminismo do século XVIII e seu legado, além do anticomunismo. É interessante observar que a aproximação da Igreja Católica a grupos de direita acabou criando condições para que setores preocupados com questões sociais se desenvolvessem no interior da instituição. Um exemplo disso foi a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, pelo papa Leão XIII, que possibilitou a prática de um catolicismo mais liberal, interessado na melhoria das condições de trabalho dos operários através de sindicatos católicos, aliado ao principal objetivo de conter os avanços da influência comunista¹⁷.

A influência nacional-socialismo de Hitler ao redor do mundo cresceu na medida em que o regime nazista conseguiu enfrentar com êxito a crise econômica mundial, também chamada de Grande Depressão. Os bons resultados obtidos na economia e a efetivação de um “programa social para as massas” transformaram o nazismo em um regime “inspirador” para lideranças de outros continentes¹⁸.

Hobsbawm esclarece que as semelhanças entre as experiências europeias e latino-americanas consistiam principalmente na “deificação de líderes populistas”. A principal diferença, no entanto, estava no público atingido: no caso europeu, a preocupação da população era o temor com as perdas iminentes; na América Latina, as massas “nada tinham a perder”¹⁹. Outro ponto de distinção encontrado se refere ao fato de que na experiência latino-americana, as lideranças populistas encontraram na classe trabalhadora urbana sua base de sustentação e nas oligarquias tradicionais seus principais opositores.

¹⁶ Ibid., p. 130.

¹⁷ Ibid., p. 119.

¹⁸ Ibid., p. 132.

¹⁹ Ibid., p. 137.

1.2 Os intelectuais e o Estado

Enquanto Mussolini assumia o poder na Itália, ocorria no Brasil, em 1922, a Semana de Arte Moderna na capital paulista, evento que se tornou o símbolo de uma década de mudanças, não apenas em relação à cultura e aos intelectuais, mas também na política. Além da semana modernista, destacam-se o movimento tenentista iniciado com o Forte de Copacabana e a fundação do Partido Comunista Brasileiro. O sentimento de frustração em relação à permanência das velhas oligarquias na república motivou o desejo de renovação e “modernização” do país. Aliado a isso, uma nova geração de artistas questionavam seu papel na sociedade. Milton Lahuerta aponta para a “transição na própria constituição do que era um homem de letras”, movimento iniciado na década de 1920 e levado adiante na década seguinte²⁰.

A crise econômica provocada pela desvalorização do café e a contestação das instituições republicanas marcaram o contexto em que os intelectuais começaram a se posicionar diante dos dilemas nacionais. A politização da intelectualidade, de acordo com Lahuerta, foi evidenciada após a chamada “Revolução de 1930”, quando as pretensões do que era ser moderno conectaram-se à pretensão de “construção de um projeto nacional”²¹. O autor acrescenta que a crítica ao poder oligárquico e ao liberalismo aproximou o nacionalismo de origem organicista e corporativa às posturas de esquerda. Essas convergências de correntes distintas formaram, segundo o autor, um “caldo de cultura comum”, no qual as polarizações ideológicas não eram claramente perceptíveis. O anseio pela concretização de um projeto nacional aliado ao antiliberalismo fez com que em alguns temas houvesse concordância entre esquerda e direita, principalmente no que dizia respeito à formação de um Estado forte. Essa aproximação era resultado também da “confusão” entre as fronteiras que separavam esses movimentos. Os intelectuais brasileiros sentiram a necessidade de intervir nas questões nacionais, e o fizeram participando da política, de publicações e de movimentos nacionalistas. A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um desses movimentos, e talvez tenha sido o que

²⁰ LAHUERTA, M. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (Orgs.) *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 93-114.

²¹ *Ibid.*, p. 97.

agregou o maior número de adeptos em todo o país ao se transformar em partido político.

Após a chamada “Revolução de 1930”, o Estado iniciou uma política cultural que incorporou ao governo grupos das mais diferentes orientações como integralistas, modernistas, positivistas, católicos e socialistas. Vargas nomeou diversos intelectuais para ocupar cargos em seu governo provisório. A “politização de questões culturais”, como apontou Lahuerta, estava profundamente ligada à busca pela identidade nacional e também ao desejo de transformação da realidade. Contudo, o anseio pelas mudanças foi sendo substituído pela frustração da ausência de ações concretas. Em virtude disso, os anos de 1930 a 1935 marcaram a fase das expectativas não realizadas após a “Revolução”²².

Além de Plínio Salgado, fundador da AIB e integrante da “geração modernista de 22”, outros líderes integralistas se destacaram através da publicação de textos, por exemplo, Miguel Reale e Gustavo Barroso. Como destacou Marilena Chauí, as publicações dos intelectuais integralistas focalizavam a imagem da crise internacional, sobretudo à falência do modelo liberal. As críticas eram direcionadas ao capitalismo e centradas principalmente na questão moral da economia, ao negar os interesses individuais²³. O capitalismo não era rejeitado como sistema econômico, pois o problema se encontrava no liberalismo econômico e na produção de uma cultura materialista. Acerca desse problema, o historiador José Luis Beired demonstrou que entre os intelectuais integralistas existiam diferentes posicionamentos quanto ao modelo econômico que o país deveria colocar em prática. Enquanto o chefe Plínio Salgado negava veementemente o capital estrangeiro e sugeria um retorno ao agrarismo, Miguel Reale defendia a industrialização e não era contra investimentos estrangeiros, desde que sob a orientação do Estado²⁴.

²² Ibid., p. 101.

²³ BEIRED, José Luis B. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola, 1999, p. 130.

²⁴ Ibid., p. 131.

1.3 O contexto de 1935

A chegada de Vargas ao poder foi resultado de uma grave crise política assinalada pela desmoralização da política do “café-com-leite” e pelo anseio de poder dos novos grupos políticos. Embora a classe média fizesse parte desses setores que desejavam mudanças, não estavam em sua pauta de aspirações as alterações radicais no processo produtivo ou a inclusão de setores populares para uma atuação mais próxima do poder²⁵. A “Revolução” de 1930 construiu um regime que primava pelo autoritarismo, mas também impediu que as antigas estruturas fossem abolidas inteiramente.

O momento era de crescimento das classes populares e, ao mesmo tempo, da possibilidade de reivindicação de seus direitos. Como salientou Ângela de Castro Gomes, em 1930, Vargas não era uma figura conhecida no país, era um entre os que fizeram a “Revolução”. Em 1934, ele precisou usar de muitos recursos e manobras para conseguir sua eleição, realizada de forma indireta durante a Assembleia Nacional Constituinte disputada com Borges de Medeiros e Góes Monteiro²⁶. Ângela de Castro Gomes esclarece que a figura mítica de Vargas como “grande e indiscutível líder nacional” foi projetada a partir do Estado Novo, tendo enfrentado, portanto, de 1930 a 1937, um agitado período de contestações.

No mundo das relações de trabalho, o ano de 1935 também merece atenção, pois foi o ano de criação da Lei nº 62, de 05 de junho, também chamada de “Lei da Despedida”. Essa lei assegurou aos trabalhadores da indústria e do comércio o direito ao emprego, à indenização em caso de demissão sem justa causa ou quando o contrato de trabalho não estipulasse data para o término das atividades no respectivo emprego, algo inédito no país²⁷. Nas ações colocadas pelos trabalhadores perante o Estado estampava-se a aspiração e a esperança de estabilidade.

²⁵ CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sylvania Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Estado Novo: novas histórias*. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 183.

²⁶ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

²⁷ Lei nº 62, de 05 de junho de 1935. *A Notícia*, 3 jul. 1935.

1.4 A “Lei Monstro”

Uma polêmica que comoveu a imprensa de todo o país foi a aprovação da Lei de Segurança Nacional (LSN), batizada de “lei monstro”, em abril de 1935. Seu conteúdo foi amplamente debatido no Congresso Nacional, onde tramitou por longo período até ser aprovada. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado. Durante essa fase de discussão da lei, os jornalistas criticavam a possibilidade de censura à imprensa, e, enquanto não havia sido aprovada, questionavam os avanços do governo Vargas. Após sua aprovação, a LSN foi aprimorada durante o governo getulista, que tornava sua aplicação mais rigorosa, culminando em 1936 com a criação do Tribunal de Segurança Nacional. Poucos meses antes da aprovação da lei, contudo, as apreciações sobre o presidente foram impetuosas. Em janeiro de 1935, um articulista assim se expressava:

O Sr. Getúlio Vargas é um homem sem atitude. [...] A sua predileção pelos meios aleatórios é tão franca que o país se assustaria se um dia o presidente tomasse uma atitude. Mas não há perigo desse susto. [...] E aliás é de crer que o generalíssimo de 30 se dê bem nas condições de boneco, desde que gosta pouco de pensar e de agir²⁸.

O excerto acima foi publicado na primeira página do jornal *A Notícia*, ilustrado por uma foto de Getúlio Vargas, identificado como “marionete”. O artigo criticava a aparente falta de atitude do presidente em relação ao crescimento do movimento integralista.

O contexto da criação da LSN colocava em jogo disputas envolvendo Santa Catarina. O deputado catarinense Nereu Ramos foi convidado a representar o governo federal em defesa da aprovação da lei. Era uma ótima oportunidade para o parlamentar catarinense aproximar-se do presidente, visto que durante a “revolução constitucionalista de 32” esteve contra Vargas. Interessava a Nereu Ramos chegar ao poder no estado catarinense, mas ao apoiar a LSN iria contra a ordem legal e, principalmente, contra a opinião pública.

²⁸ Marionete. *A Notícia*, 20 jan. 1935, p. 1.

Todavia, para chegar ao governo de Santa Catarina, Nereu Ramos teria que disputar contra as pretensões do interventor, Aristiliano Ramos, seu primo e correligionário de partido. Nessa disputa o apoio do Catete poderia fazer a diferença.

É importante mencionar que a criação da lei surgiu em um momento de radicalização política, pouco depois da fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que congregava em seu interior setores de esquerda e contava com expressivo apoio popular. Em julho de 1935, a ANL organizou manifestações públicas para comemorar os levantes tenentistas de 1922 e 1924. Na ocasião, Luis Carlos Prestes leu um manifesto no qual propunha a derrubada do governo. Essa foi a oportunidade dada a Vargas para fechar a ANL, baseado na Lei de Segurança Nacional. Em novembro do mesmo ano, em Natal, no Rio Grande do Norte, foi deflagrado um levante militar em nome da ANL, estendido ao Rio de Janeiro e Recife. O movimento foi rapidamente controlado pelo governo federal, que explorou o acontecimento com o intuito de intensificar a repressão aos movimentos de esquerda.

O ano de 1935 foi compreendido então como um momento de tensão, durante o qual a “Revolução” estava desgastada, visto que as perspectivas de mudanças apresentadas pelo movimento de 1930 não haviam sido concretizadas. Essa atmosfera de frustração foi descrita nos artigos reproduzidos pelo jornal joinvilense *A Notícia*, de modo que a crise política na esfera nacional reverberou entre os representantes políticos catarinenses e joinvilenses. Evidentemente, após a promulgação da LSN as críticas mais agudas dirigidas à Vargas, previsivelmente, desapareceram dos jornais.

1.5 A Constituinte de 34

O movimento de 1930 trouxe novamente ao poder de Santa Catarina a família Ramos. Algumas medidas impostas aos municípios de colonização alemã pelos governadores Vidal Ramos e Aristiliano Ramos, principalmente às referentes ao ensino particular (as “escolas alemãs”), agravaram a oposição entre os políticos do planalto, representados pelos Ramos e os Konder, provenientes do nordeste do estado, tendo sido esses últimos desalojados do poder em 30.

A eleição para a Assembleia Constituinte em 1934 ficou polarizada entre o Partido Liberal (PL), dos primos Aristiliano e Nereu Ramos, e o Partido Republicano Catarinense (PRC), dos irmãos Adolfo

e Marcos Konder. O PRC venceu em Blumenau e em Joinville, e como resposta do governo estadual, os dois municípios perderam parte de seus territórios, além de ser intensificada a opressão contra as escolas particulares que promoviam seu ensino em língua alemã. Os “liberais” divididos entre os “aristilianistas” e “nereístas” elegeram 17 deputados estaduais, os “republicanos” elegeram 14 deputados²⁹.

De acordo com as principais referências bibliográficas, foi durante a eleição da Constituinte que surgiu em Santa Catarina a Ação Integralista Brasileira (AIB), em Florianópolis, fundada por Othon Gama d’Eça, que se manteve como chefe do movimento no estado. René Gertz salienta que embora a AIB e o Partido Republicano Catarinense representassem oposição ao PL, isso não significava aproximação de nenhuma forma entre as duas agremiações. Em seus discursos como líder da oposição, o “republicano” Marcos Konder desaprovava de forma mais intensa o crescimento do integralismo do que as práticas dos “liberais”³⁰. Um dos argumentos de Konder era a “inaceitável” relação dos militantes com seus “chefes”, tal obediência “só [seria] admissível em religiões”.

Ao analisar uma série de textos e discursos do deputado Konder, René Gertz concluiu que se existia um partido preocupado em representar a população descendente de germânicos e do *Deutschtum* em Santa Catarina, era o Partido Republicano Catarinense de Marcos Konder. Nessa acepção, é inevitável questionar a afirmação recorrente de que o integralismo seria representante dos interesses da população teuto-brasileira em Santa Catarina. Ainda de acordo com o historiador, a AIB aproveitava as reivindicações dos teuto-brasileiros e suas insatisfações com os governos vigentes para atraí-los. Mas perceber descontentamentos coletivos é uma prática comum aos partidos na busca por adeptos, e não era isso que transformava o integralismo em defensor das causas teuto-brasileiras³¹.

A vitória do Partido Liberal na Constituinte deixou preocupados os políticos joinvilenses. O então prefeito da cidade, Max Colin, e seus correligionários ficaram ao lado de Aristiliano na cisão dele com o primo Nereu. Quando Nereu Ramos saiu vitorioso na disputa e assumiu o governo do estado, todos aqueles que ocupavam cargos públicos

²⁹ LENZI, op. cit., 1983, p. 121.

³⁰ GERTZ, op. cit., 1987.

³¹ Ibid., p. 180.

ficaram ameaçados de perder a ocupação, inclusive o prefeito de Joinville e seus aliados.

1.6 Joinville na década de 1930

Tendo apresentado brevemente o cenário partidário e de disputas políticas em Santa Catarina e Joinville, cabe agora analisar as características econômicas e sociais de Joinville na década de 1930. Primeiramente é preciso considerar a distribuição da população do município. O censo nacional realizado entre 1939 e 1940 revela que mais de 60% dos habitantes de Joinville moravam na zona rural, pouco mais de 34% na zona urbana e os cerca de 6% restantes habitavam uma zona “suburbana” não identificada pelo censo. Esses dados são reveladores para entender o fenômeno da eleição integralista, pois cronistas do período descreviam a zona rural da cidade como extremamente afastada da região central da cidade, não apenas geograficamente, mas em termos de comunicação e sociabilidade, e teria sido essa região a principal fonte de votos integralistas, segundo seus opositores.

Em termos de comunicação, é importante mencionar que a primeira rádio da cidade foi inaugurada em 1938, o que evidencia a dificuldade na difusão de notícias até então. Durante a década de 1930 foram publicados com regularidade na cidade cerca de oito jornais³². Isso representa uma quantidade razoável, considerando que a população não alcançava 50 mil habitantes³³. Apesar da quantidade de publicações não se pode afirmar com convicção que esses jornais chegavam naquelas regiões ou, quando isso ocorria, qual sua periodicidade. Além disso, poucas notícias eram direcionadas à população rural. O jornal integralista, por exemplo, publicava boa parte de seus textos contendo assuntos de interesse do trabalhador urbano. Os demais jornais também não pareciam destinar temas ao trabalhador rural, o que pode ser um indício de que aquelas pessoas não eram

³² *Joinville'ser Zeitung, Jornal de Joinville, Kolonie Zeitung, Anauê, A Notícia, Folha Nova, Correio de Joinville e Anno Novo.*

³³ Não foi possível chegar ao número de tiragem dos jornais, pois essa informação não era anunciada nos exemplares, apenas eventualmente o número de assinantes de alguns periódicos era revelado. Aurino Soares, o proprietário do *A Notícia*, afirmava ter 12 mil leitores no início da década de 1930.

leitores regulares. Alguns jornais específicos do habitante da zona rural foram publicados, porém, tiveram vida efêmera. As condições das estradas municipais, incluindo as urbanas, são descritas pelos periódicos como “caóticas”, portanto, pode-se entender que as pessoas se deslocavam com dificuldade da zona rural para a região central, o que dificultava a sociabilidade.

Não foram encontradas informações no censo quanto à origem étnica da população, sobretudo da zona rural. O levantamento menciona apenas a quantidade de estrangeiros e naturalizados. Supõe-se que na zona norte houve o predomínio de teuto-brasileiros e nas regiões próximas ao litoral a preponderância dos chamados luso-brasileiros, mas não há um consenso sobre essa informação, nem dados estatísticos que a comprovem. Outro recenseamento realizado pela Ação Integralista Brasileira de Joinville, em 1936, informa que cerca 40% da população afirmava ter origem alemã ou teuto-brasileira³⁴. Essa informação também pode ajudar a entender os votos integralistas.

Embora a maior parte da população habitasse a região rural do município, as atividades econômicas consideradas urbanas merecem destaque, pois a população operária de Joinville era a maior do estado, ainda que fosse apenas a sétima cidade catarinense em número de população³⁵.

³⁴ Recenseamento de Joinville. *A Notícia*, 16 out. 1936, p. 7.

³⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Recenseamento Geral do Brasil*. (1940). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf> Acesso em: 20 set. 2009, p. 54.

Tabela 1 – Atividades econômicas

| Atividade Principal | Total de pessoas |
|-----------------------------------------------------------------|-------------------------|
| Agricultura, pecuária, silvicultura | 7.325 |
| Indústria Extrativista | 308 |
| Indústria de transformação | 4.468 |
| Comércio de mercadoria | 1.526 |
| Comércio de imóveis e valores imobiliários | 88 |
| Transportes e comunicação | 652 |
| Administração pública, justiça, ensino público | 348 |
| Defesa nacional, segurança pública | 615 |
| Profissões liberais, culto, ensino particular | 147 |
| Serviços, atividades sociais | 1.019 |
| Atividades domésticas, atividades escolares | 14.779 |
| Condições inativas, atividades mal definidas ou não declaradas. | 2.124 |

Fonte: IBGE. Recenseamento geral do Brasil (1940), p. 54.

Pode-se observar nesses dados, além do predomínio das atividades agrícolas, a grande quantidade de trabalhadores fabris. Considerando a população total, incluindo crianças e idosos, os trabalhadores da indústria (apenas a de transformação) representavam 10% da população, o que justificaria, como se verá adiante, o interesse dos integralistas nessa faixa da população e as atividades dos sindicatos e do Círculo Operário Católico. Além da maior população operária, em Joinville eram pagos os melhores salários a essa classe: em 1939, os pagamentos foram de Cr\$10.261, enquanto em Blumenau não passaram de Cr\$8.380 e em Florianópolis de Cr\$1.408³⁶.

Merecem destaque também as atividades relacionadas ao comércio. Conforme mencionado, a cidade ainda não estava entre as maiores do estado, apesar disso, encontrava-se atrás apenas da capital no número de estabelecimentos comerciais a varejo e na quantidade de pessoal empregado. Em valor de capital aplicado em bens imóveis, Joinville possuía praticamente o dobro do que Florianópolis, estando, portanto, na primeira colocação. Os salários pagos aos comerciantes eram também os mais altos do estado, ficando na média de Cr\$800, enquanto em Florianópolis era Cr\$672 e em Blumenau Cr\$641. Contudo, na modalidade de comércio a atacado, Florianópolis e Blumenau estavam à frente de Joinville³⁷.

³⁶ Ibid., p. 341.

³⁷ Ibid., p. 394.

O censo revelou ainda que embora a maior parte da população estivesse concentrada na zona rural, o valor da produção agrícola de Joinville era muito inferior ao das atividades industriais e também menor se comparado às demais cidades catarinenses. Dos 44 municípios recenseados, Joinville ocupava a 23ª colocação em valores de produção agrícola. A baixa produção pode ser explicada pelas características das propriedades.

Tabela 2 – Censo agrícola

| Modalidade de exploração | Em grande escala (nº de estabelecimentos) | Em pequena escala (nº de estabelecimentos) |
|---------------------------------|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| Agricultura | - | 282 |
| Agropecuária | - | 1.453 |
| Pecuária | 2 | 3 |

Fonte: IBGE. Recenseamento geral do Brasil (1940), p. 54.

Apesar de não existir a modalidade de produção agropecuária em grande escala, como mostra a tabela, o tamanho das propriedades em sua maior parte situava-se entre 10 a 50 hectares. Apenas 327 propriedades apresentavam áreas entre 1 e 10 hectares. O tamanho médio das propriedades por ser justificado pela alta produção de arroz, cujo cultivo exige terrenos de porte médio. Joinville estava entre os maiores cultivadores de arrozais do estado no ano de 1939, sendo que o plantio dos 1.742 produtores resultou em 2.371 toneladas. A maior produção do estado era a de Tijucas com 3.460 toneladas de arroz. O produto de maior cultivo em Joinville era, no entanto, a mandioca, com mais de 12 mil toneladas, número que ficava abaixo da média dos demais municípios. Milho, feijão e farinha de mandioca estavam entre os produtos cultivados em menor quantidade³⁸. Os números do censo revelaram ainda que as propriedades em sua maioria, correspondendo a 4.186, eram habitadas pelos próprios donos, e apenas 322 pessoas foram identificadas como arrendatárias. Nas demais cidades catarinenses a média de arrendatários era consideravelmente superior a de Joinville.

O mesmo censo demonstrou que no Brasil a média de analfabetos estava em torno de 67%. Embora Joinville estivesse muito abaixo da média nacional, com 23% de analfabetos, ver-se-á que existia uma grande preocupação em relação à oferta de escolas, sobretudo para adultos e descendentes de estrangeiros. No quesito religiosidade, pouco

³⁸ Ibid., p. 45.

mais de 95% dos brasileiros identificaram-se como católicos, enquanto em Joinville essa religião possuía 56% de adeptos; e os protestantes representavam 43% da população³⁹.

Esse quadro econômico e social revela uma cidade muito diferente do perfil que Joinville passou a apresentar poucos anos depois. As mudanças ocorreram rapidamente e no início da década de 1950 a população urbana ultrapassou a rural, bem como as atividades industriais superaram as demais. Em 1974, a cidade ocupava a 13^o posição entre os 500 municípios mais desenvolvidos do Brasil⁴⁰. A década de 1930 foi, portanto, um contexto muito específico no desenvolvimento econômico da cidade com o crescimento industrial e também cenário do que pode ser considerado um fenômeno eleitoral: a vitória do candidato integralista.

1.7 A Ação Integralista Brasileira em Joinville

Como dito anteriormente, de acordo com a bibliografia sobre o integralismo, o primeiro núcleo do partido foi criado em Florianópolis e a partir daí o movimento teria se disseminado pelo estado. O ex-prefeito integralista Aristides Largura afirmou em uma entrevista à professora Dúnia de Freitas, em 1982, que o integralismo em Joinville surgiu de forma autônoma ao núcleo da capital⁴¹. Segundo o ex-prefeito, o jovem comerciante Xavier Schenk chegou de São Paulo em 1932, com panfletos, textos e cartilhas do movimento. Ernani Bessa também esteve na capital paulista e trouxe consigo textos e o manifesto integralista. Ambos mostraram os documentos aos amigos Juca Ramos, Euclides Gonçalves e Aristides Largura, que começaram a encontrar-se em cafés para discutir as ideias integralistas.

Ao comemorar o primeiro ano de atividades integralistas, o jornal *Anauê* contou o progresso do movimento de forma semelhante à do ex-prefeito, contudo, as datas não coincidem, pois o periódico informou que a fundação do movimento teria ocorrido em 1934. De qualquer forma, naquele ano o núcleo da cidade foi oficialmente reconhecido pelos chefes nacional e provincial. Othon Gama D'Eça

³⁹ Ibid., p. 116.

⁴⁰ TERNES, Apolinário. *A economia de Joinville no século XX*. Joinville: Meyer, 1986, p. 61.

⁴¹ Entrevista de Aristides Largura concedida à Dúnia de Freitas (1982).

autorizou a instalação do núcleo e a criação do primeiro “triumvirato”⁴². No *Jornal de Joinville*⁴³, foram publicados os convites para a primeira reunião oficial do movimento, além de terem sido distribuídos panfletos pela cidade. Naquela reunião compareceram 52 pessoas, das quais 22 assinaram a ficha de adesão.

O primeiro “triumvirato” foi composto por Aristides Largura, Ernani Bessa e José de Carvalho Ramos. Um mês depois, Largura tornou-se chefe municipal e recebeu de Gama D’Eça a função de coordenar e disseminar o movimento em toda a região norte e nordeste, que compreendia Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, além dos distritos de Hansa e Bananal⁴⁴. O ano foi marcado também pela primeira visita de Salgado a Joinville, reunindo 2.000 pessoas no teatro da cidade.

Em 1934, foi criado o jornal integralista *Anauê* e a sede da AIB foi transferida de um imóvel que ficava na Rua Santa Catarina (atualmente Av. Getúlio Vargas, zona sul da cidade), para um estabelecimento maior, localizado no centro da cidade. Além disso, o número de membros chegou a 800 inscritos, de maneira que, pela primeira vez, o núcleo municipal conseguiu oferecer auxílio financeiro à chefia provincial⁴⁵.

A historiadora Rosa Maria Cavalari destacou o papel dos jornais na propagação da doutrina integralista. Competia aos jornais a função de popularizar o “corpus teórico” aos militantes. A pesquisa de Cavalari procurou abranger os periódicos integralistas de todo o país. Entretanto, alguns títulos não estavam com suas coleções completas no Arquivo de Rio Claro, o *Anauê* de Joinville incluía-se nesse grupo, e, portanto, não foi analisado pela autora. A impossibilidade de pesquisar

⁴² Triunvirato era a nomeação de três pessoas responsáveis pela liderança do movimento integralista na região.

⁴³ Entre os jornais publicados na cidade, o *Jornal de Joinville* era um dos mais importantes e teve longa existência, sendo publicado até a década de 1980. A concorrência com o *A Notícia* era explícita. Durante a década de 1930, seus proprietários, Eduardo e Frederico Schwartz, aderiram ao integralismo promovendo ampla propaganda e defesa da doutrina. Embora os números correspondentes aos anos de 1935-37 desse jornal não estejam conservados no Arquivo de Joinville, nem no de Florianópolis, é possível acompanhar as discussões através das respostas que os demais jornais publicavam às acusações do *Jornal de Joinville*. No Círculo Operário Católico encontrei alguns recortes desse jornal que me ajudaram a entender as discussões na imprensa. A coleção do *A Notícia* também não está completa em nenhum arquivo público do estado, contudo, a pesquisa foi feita no arquivo privado do jornal, gentilmente aberto para consulta.

⁴⁴ Na década de 1940, Hansa e Bananal foram emancipados de Joinville e tiveram seus nomes substituídos por Corupá e Guaramirim, respectivamente.

⁴⁵ Como se desenvolveu o integralismo em Joinville. *Anauê*, 11 ago. 1935, p. 1.

todos os títulos, segundo a historiadora, não seria um problema, uma vez que os jornais integralistas eram muito semelhantes em praticamente todos os aspectos, principalmente no que diz respeito à diagramação e ao conteúdo.

Cavalari sustenta que encontrou poucos jornais com notícias locais: “é importante destacar que os jornais pesquisados, nas poucas vezes que veicularam notícias locais, o fizeram com o objetivo de divulgar a doutrina integralista, ainda que subliminarmente⁴⁶”. Não obstante essa característica estar presente no *Anauê*, em todos os números analisados para esta pesquisa pôde-se observar notícias locais, das mais diversas naturezas. Porém, o redator procurou destacar ou relacionar algum aspecto da doutrina nos artigos, ou indicar que a pessoa que estava sendo citada era integralista ou simpática ao partido do sigma.

Ainda conforme a professora Cavalari, “nada existia nos jornais pesquisados que servisse para diferenciar um jornal do interior do nordeste de um congênere seu de uma cidade do interior do sul ou do sudeste”⁴⁷. Embora o *Anauê* apresentasse notícias locais, cabe ressaltar que os jornais de um modo geral, a despeito de filiações partidárias, mantinham as características elencadas pela autora. Como exemplo, tem-se os casos dos jornais *A Notícia* e *Jornal de Joinville*, que não pertenciam oficialmente a agremiações partidárias. Ambos dedicavam a maior parte de suas edições a notícias e artigos compilados de periódicos paulistas, cariocas ou gaúchos. As publicações eram compostas por noticiário internacional, nacional, e, por último, destinava-se um espaço reduzido para as notícias locais. Eventualmente, reportagens de outras cidades catarinenses eram incluídas. Esse parecia ser o padrão de um jornal de interior, pertencendo, ou não, a partidos políticos.

Convém destacar ainda que, de acordo com a historiadora Rosa Cavalari, o partido de Salgado mantinha a Secretaria Nacional de Imprensa, cujo objetivo era regular e orientar as publicações, podendo inclusive efetuar punições, caso o jornal estivesse em desacordo com as normas. O *Consórcio Sigma Jornais Reunidos* era composto por 88 jornais que, entre outras atribuições, procurava manter a “uniformidade das publicações integralistas”⁴⁸.

⁴⁶ CAVALARI, op. cit., 1999, p. 80.

⁴⁷ Ibid., p. 79.

⁴⁸ Ibid., p. 83.

A preocupação do partido com sua imprensa pode ser compreendida a partir da história pessoal do fundador do movimento. Plínio Salgado entendia o papel do jornal no século XX como “doutrinário”. A concepção de imprensa de Plínio Salgado está condensada no Código de Ética Jornalística. Para o líder, o século XIX havia sido o século das “opiniões”, enquanto o século XX seria o das “angústias”, quando o “povo quer se “orientar”, assim, caberia à imprensa escrita o papel da doutrinação⁴⁹.

Outro aspecto a ser lembrado diz respeito ao início do interesse de Plínio Salgado pela política. De acordo com Hélgio Trindade, foi durante a experiência como escritor, que Salgado refletiu sobre a situação do país e desenvolveu os fundamentos para sua doutrina integralista. Trindade destacou a experiência de Salgado na literatura “como mais importante do que suas atividades políticas”⁵⁰. O autor salientou ainda, que conhecer o significado de seus romances é fundamental para entender a doutrina integralista⁵¹. Trindade atribuiu à fundação do jornal *A Razão*, em 1931, um passo decisivo para a criação da AIB, na medida em que fixou as bases do integralismo e instituiu o contato político entre grupos dispersos e homens de diversas regiões do país⁵².

Ainda em 1934, foi instalada a primeira escola noturna, oferecendo aulas de português e alfabetização gratuitamente. A escola estava destinada aos operários e descendentes de estrangeiros. Em sua dissertação de mestrado, Giovanny Noceti estudou as ações executadas pela AIB e voltadas especificamente para a doutrinação dos jovens. O autor demonstrou a importância dada à criação de escolas, tendo como um dos objetivos imediatos a formação de eleitores, no caso dos adultos, e o doutrinamento, no caso dos jovens⁵³. Em todas as sedes e núcleos espalhados pelo Brasil foram criadas escolas integralistas. Além da instalação das escolas, o jornal *Anauê* destacava o desenvolvimento de bibliotecas voltadas para a formação “integral” dos militantes. A autora Rosa Maria Cavalari também enfatizou o papel das mulheres nas

⁴⁹ Ibid., p. 85

⁵⁰ TRINDADE, op. cit., 1979, p. 48.

⁵¹ Ibid., p. 56.

⁵² Ibid., p. 80.

⁵³ VIANA, Giovanny Noceti. *Orientar e disciplinar a liberdade: um estudo sobre a educação nas milícias juvenis integralistas (1934/1937)*. Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, p. 42.

atividades relacionadas à alfabetização, porém, nas listas de militantes do *Anauê* poucos nomes femininos se destacam⁵⁴.

A campanha integralista de arregimentação de novos militantes não olvidou nem mesmo a cadeia pública. Os presos recebiam a visita de integralistas em ocasiões festivas quando eram presenteados com mantimentos e cigarros⁵⁵. Ao comemorar o primeiro ano de atividades, o núcleo de Joinville contava com 2.000 membros divididos em 10 subnúcleos municipais e 5 distritais assim denominados:

Sub-núcleos municipais: Salão Catharinense, Erzinger, Salão Schramm, Estrada da Ilha, Iririú, Salão Lueck, Salão Bächtold, Itaúm, Salão Liermann e Cubatão Graude.
 Distrito de Pedreira: S. Km.21, S. Eberhardt e Rio Bonito.
 Distrito de Bananal: Estrada Shoroeder I e Estrada Shoroeder II⁵⁶.

Nem todas as localizações dos sub-núcleos acima foram identificadas. Porém sabe-se que o Salão Catarinense (ainda existente) encontra-se na região central da cidade, entre as ruas João Colín e Blumenau. O “Distrito de Pedreira”, que hoje se chama “Pirabeiraba”, situava-se na zona norte, sendo que todos os sub-núcleos desse distrito, portanto, deveriam ficar naquela região. A “Estrada da Ilha” é uma longa rua que corta o distrito de Pirabeiraba. “Iririú”, por sua vez, é um bairro localizado na zona leste da cidade. “Itaúm” é um bairro situado da zona sul. “Cubatão” é um bairro localizado na extremidade da zona norte. O “Distrito de Bananal” atualmente emancipado chama-se agora “Araquari” e fica na região leste de Joinville, próximo ao litoral. As “Estradas Shoroeder I e II” provavelmente ficavam próximas a atual “Estrada do Sul”, que ainda pertence a Joinville e liga a cidade aos municípios de Guarimirim (que na década de 1930 fazia parte de Joinville) e Jaraguá do Sul. É importante ressaltar que a região das estradas Shoroeder é ainda hoje uma localidade interiorana da cidade, talvez a mais “distante” da zona urbana de todas que foram citadas acima. A população de tal região reivindica inclusive o desmembramento de Joinville por se considerar relegada e mais próxima

⁵⁴ CAVALARI, op. cit., 1999, p. 56.

⁵⁵ Presos. *Anauê*, 19 jan. 1935, p. 4.

⁵⁶ O integralismo em Joinville. *Anauê*, 21 abr. 1935, p. 4.

econômica e culturalmente de Jaraguá do Sul. Essa observação se faz necessária para o melhor entendimento da dimensão da distribuição dos núcleos integralistas. Com a identificação desses sub-núcleos, é possível constatar que o movimento integralista estava estrategicamente localizado em praticamente todas as regiões do município, incluindo as afastadas localidades da zona rural.

1.8 A escolha do candidato integralista

Dois nomes destacavam-se como os prováveis candidatos da AIB: o do médico Rocha Loures, o mais cogitado, chefe do partido em 1935 e um dos redatores do jornal integralista; o outro possível candidato era Aristides Largura.

Filho de pai italiano e mãe brasileira, Aristides Trentini Largura nasceu em 1906, na localidade que atualmente corresponde à cidade de Rio dos Cedros, mas na época fazia parte do município de Blumenau. Ainda jovem Largura trabalhou por aproximadamente dois anos em São Paulo, voltou a Santa Catarina porque encontrou dificuldades em se manter longe da família, que residia então em Rio do Sul. Já casado, com 23 anos, recebeu o convite do inspetor escolar federal Orestes Guimarães para trabalhar em Joinville, como diretor de um grupo escolar, atividade que exerceu por menos de dois anos. Após uma breve passagem de Largura por Blumenau em 1933, onde trabalhou em uma escola, o secretário estadual do Interior, Plácido Olympio de Oliveira ofereceu-lhe o cargo de Inspetor Escolar Estadual em Joinville. Nessa função permaneceu cerca de dois anos, quando foi transferido a Blumenau novamente, dessa vez por ordem do governador Nereu Ramos que logo depois o demitiu por conta de suas atividades partidárias.

O trabalho de inspetor escolar exercido por Largura era o de fiscalizar todas as escolas de Joinville, cargo esse instituído no estado por Orestes Guimarães. Gladys Mary T. Auras estudou a atuação do professor Orestes Guimarães no ensino catarinense. Na década de 1910, o professor foi incumbido pelo governador Vidal Ramos de “modernizar” o ensino de Santa Catarina. Entre as suas ações destaca-se o plano de nacionalização de 1911, cujo objetivo era “abrasileirar” os filhos de imigrantes, o que fez com que seu trabalho fosse reconhecido

nacionalmente⁵⁷. Orestes Guimarães criou a função de inspetor escolar para auxiliá-lo no trabalho de fiscalização das escolas:

O Inspetor Escolar era o responsável, em nível regional, pelas questões administrativas e pedagógicas das escolas, e o Chefe Escolar era o seu auxiliar na fiscalização das questões administrativas das escolas isoladas. Para que os inspetores escolares tivessem práticas uniformes e pudessem desempenhar da melhor maneira possível a sua tarefa, Orestes Guimarães também fixou regras para o seu trabalho, as quais seriam acompanhadas pelo Inspetor Geral através dos relatórios que os inspetores escolares deveriam apresentar ao final de cada ano⁵⁸.

Aristides Largura, por ter sido alfabetizado em italiano e português, exerceu a papel de “professor” em sua cidade natal durante a adolescência. Mesmo não tendo formação, era comum que em vilas e pequenas cidades do interior, na falta de um professor, a função fosse exercida por um padre ou quem tivesse maior escolaridade. Essa experiência lhe rendeu os convites para trabalhar como diretor e inspetor escolar, ao mesmo tempo em que o conhecimento do que significava ser descendente de imigrantes pode ter auxiliado no contato com os teuto-brasileiros de Joinville.

Na entrevista à Dúnia de Freitas, já mencionada anteriormente, Largura afirmou ter conhecido todo o interior de Joinville e entrado em contato com os estrangeiros e descendentes. Durante a entrevista, Largura mostrou-se emocionado ao lembrar-se da relação com os teuto-brasileiros. Segundo o ex-prefeito, antes mesmo de seu envolvimento com o partido já era uma preocupação pessoal a questão dos descendentes não “assimilados”. Para Largura, eles não representavam perigo algum na sociedade, porém, a insistência em manter sua cultura fechada era um problema. Como inspetor escolar, Largura afirmou que procurava uma maneira de penetrar nesses núcleos e trazê-los ao

⁵⁷ AURAS, Gladys Mary T. Professor Orestes Guimarães: um paulista em Santa Catarina semeando o “novo” (1911-1935). In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. *Resumos do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia: Ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 2006, p. 3786-3795.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 3794.

convívio da população⁵⁹. Já pertencendo ao movimento integralista na época, fazia questão de convidá-los a participar, mas exigia que nos núcleos municipais a língua falada fosse o português:

Quando instalava o núcleo logo dizia: aqui só se fala o português. Não que eu não queira que vocês cultivem a língua alemã ou outra qualquer língua. Mas é preciso. O Integralismo é um movimento cívico, para difundir as coisas de nossa Pátria e deve, para nós podermos senti-la, conhecê-la, [...] deve ser através de nossa língua. De forma que, ali nos nossos núcleos era uma condição fundamental⁶⁰.

O fato de Aristides Largura ter conhecido a Joinville dos agricultores e a dos trabalhadores fabris pode ajudar a explicar a vitória integralista em 15 das 20 seções eleitorais, em uma disputa onde o candidato vitorioso residia em Blumenau e voltou a Joinville apenas 15 dias antes das eleições.

59 Entrevista de Aristides Largura concedida à Dúnia de Freitas (1982).

60 Ibid.

1.9 A eleição de 1936 -“Confucionismo Político”⁶¹

A Frente Única pró-Joinville foi o nome dado a coligação composta por duas das principais lideranças políticas e econômicas da cidade, representadas por Max Colin (Partido Liberal) e Hans Jordan (Partido Republicano). Ambos haviam disputado as eleições de 1930, como candidatos a prefeito⁶². A união dos adversários foi a solução encontrada para tentar conter o avanço dos integralistas, mas essa aliança não se fez sem muita negociação.

Passaram-se meses até que os dois grupos aceitassem conversar, pois os “republicanos” diziam que preferiam o ostracismo a se unir ao Partido Liberal de Nereu Ramos. A crise não se restringia apenas a laboriosa união de adversários históricos. As duas legendas estavam desarticuladas internamente. Conforme mencionado anteriormente, os “liberais” ainda digeriam a eleição de Nereu Ramos ao governo do estado.

O governador, por seu turno, indicou o deputado joinvilense Carlos Gomes para intervir na questão, na mesma semana em que Plínio Salgado esteve em Joinville para inflamar sua militância. No mesmo dia em que Carlos Gomes saiu da cidade convicto de que formar a coligação era impossível, Salgado seguiu viagem a Blumenau depois de uma conferência aberta a quem interessasse participar que culminou em uma passeata na Rua do Príncipe, deixando a seguinte sensação à imprensa anti-integralista: “[...] vitória certa, precisa, esmagadora dos camisas-verdes, que se arregimentam com indissimulável disciplina”⁶³.

O Partido Republicano municipal estava tão desarticulado quanto o PL. Hans Jordan e Oswaldo Cabral, os principais nomes “republicanos”, estavam fora da cidade cuidando de assuntos particulares, impedidos de contribuir nas discussões sobre a aliança. Max Colin ficou responsável por arregimentar apoios, mas o prefeito não obtinha êxito em suas tentativas, pois até mesmo no interior do partido sua autoridade estava comprometida.

O prefeito Max Colin pertencia a uma tradicional família de industriais e políticos da cidade. Era filho do ex-prefeito Rolf Colin e tio de João Colin, eleito prefeito após a queda do Estado Novo. A tríade

⁶¹ Confucionismo político. Houve ou não acordo nos bastidores. *A Notícia*, 5 set. 1935, p. 3.

⁶² Como se sabe, a eleição municipal em 1930 não chegou a ocorrer devido a “Revolução”.

⁶³ A política local. *A Notícia*, 27 jun. 1935, p. 5.

Colin dá nome às principais ruas da cidade, à biblioteca municipal e às escolas. Todavia, apesar do reconhecimento público, Max Colin enfrentou oposição e instabilidade política durante seu mandato.

Durante o ano de 1935, o jornal *A Notícia* manteve uma série de editoriais, nos quais criticava severamente o prefeito Colin. Os artigos referiam-se à falta de obras, principalmente ao calçamento de ruas, aos precários serviços públicos, à paralisação nas obras de drenagem do Rio Cachoeira, e, finalmente, o que mais chamava atenção: a suposta falta de habilidade política do prefeito. Não parecia tratar-se apenas de oposição política, mas de desmoralização pública:

O pessoal que anda governando Joinville sabe Deus como, já anda assombrado com as próximas eleições. [...] E sucede ainda que todo mundo manda na prefeitura, menos o Sr. Colin, que não resolve sem uma consulta telefônica ao seu orientador a coisa mais insignificante⁶⁴.

É interessante observar como o jornal faz recorrente uso de termos como “velha república” para se referir a práticas contemporâneas em 1935, conquanto quem ocupava os cargos da prefeitura em 1935 eram os mesmos políticos tradicionais anteriores ao movimento de 1930. Um exemplo disso foi o caso de Plácido Gomes, diretor de higiene do município, acusado de abandonar sua repartição para veranejar nas praias da região. De acordo com a matéria publicada, Plácido Gomes era: “um dos maiores propagandistas da moralidade administrativa, dos cargos públicos ocupados a sério e outras tantas coisas que infelicitaram o povo na velha república”⁶⁵. Ou seja, o jornal parecia cobrar dos representantes públicos uma atitude que fosse condizente ao “novo” momento político inaugurado após a “Revolução de 1930”, mas na prática não parecia encontrar exemplos dessas mudanças.

No entanto, com o problema na sucessão no governo de Santa Catarina, o prefeito de Joinville tinha poucas condições políticas e recursos financeiros disponíveis para investir em obras na cidade. Contudo, isso não impediu o jornal de manter as críticas a Colin, ao qual atribuía adjetivos pouco lisonjeiros. Com a chegada de Nereu Ramos ao governo, a situação dos políticos tradicionais de Joinville ficou

⁶⁴ O futuro prefeito. *A Notícia*. 13 jun. 1935, p. 8.

⁶⁵ Com vistas ao Sr. Max Colin. *A Notícia*. 5 fev. 1935, p. 1.

ameaçada, incluindo o cargo do próprio prefeito, visto que o novo governador não recebia a adesão dessas lideranças⁶⁶.

Em junho de 1935, ainda não existia nenhuma certeza sobre as eleições municipais, nem mesmo o novo governador havia sido indicado. Especulava-se sobre uma possível indicação dos governadores para a escolha dos prefeitos, embora a Constituição Federal previsse somente a indicação dos prefeitos das capitais e de cidades litorâneas. Mesmo não sendo o caso de Joinville, os correligionários de Aristiliano Ramos e Nereu Ramos, que estavam na disputa, tentavam garantir seus apoios. O *A Notícia* publicava as negociações de adesões, observando que enquanto esses esforços eram canalizados nos bastidores, os integralistas estavam em pleno contato com os eleitores.

Curiosamente, o *A Notícia* foi escolhido pelo prefeito Max Colin no final do seu mandato para publicar os atos públicos do governo. A indicação motivou queixas dos demais periódicos da cidade. Coincidência, ou não, as críticas ao prefeito desapareceram. No entanto, outro motivo pode ter contribuído para a súbita mudança no tratamento ao prefeito. Com a aproximação do pleito municipal, os representantes dos partidos Liberal e Republicano não haviam decidido sobre suas candidaturas. Esse impasse parecia ajudar no fortalecimento dos integralistas. O *A Notícia* percebeu esse movimento e projetava em seus artigos a vitória dos camisas verdes diante da instabilidade adversária.

Apenas em novembro de 1935, a coligação Frente Única Pró-Joinville estava formada. Como responsáveis e integrantes da aliança assinaram: o médico Dr. Norberto Bachmann, o prefeito e industrial Max Colin, o deputado Dr. Carlos Gomes de Oliveira, Dr. Plácido Olimpio de Oliveira, Joaquim Wolff, o industrial Bernardo Stamm, Joaquim Neves, Aristides Rego, Alfredo Soares, o jornalista Antônio Ramos Alvim, Arnaldo da Luz, Dr. José Acácio Moreira Filho e Dr. Alfredo Schelemm, o industrial Otto Lepper, Beneval Moreira, o médico e historiador Dr. Oswaldo Cabral, o industrial Adhemar Garcia, Dr. Leonel Costa, Willy Boehm, Ottho Shamlz, o delegado Mimoso Ruiz e Frederico Gassenfertie.

Com todos os contratemplos nas negociações que envolveram a formação da coligação, era preciso uma intensa campanha para que a aliança tivesse credibilidade entre os eleitores. Evidentemente, o *A Notícia* foi o responsável por essa ação, embora tenha feito críticas aos envolvidos, sobretudo, ao prefeito Max Colin, considerado pelo jornal o

⁶⁶ A sinfonia municipal. *A Notícia*. 4 mai. 1935, p. 1.

responsável pelo atraso na formação da Frente. De “incompetente”, Colin passou a ser considerado “respeitável” e a chapa de “republicanos” e “liberais” era comparada à solidez das muralhas da China. Em uma das notas diárias divulgando a Frente, o jornal parecia se justificar aos seus leitores: “Para nós, presentemente, não há um só pessoa má em Joinville. Todos são nobres. Todos são bons. Todos são cavalheiros, no calor do seu idealismo sadio tendo por lema: Pró-Joinville!⁶⁷”

Além das reuniões das lideranças, a Frente divulgava convites para “reuniões proletárias”, as quais ocorriam na Liga de Sociedades. Não foi possível encontrar os nomes dos operários que participavam dessas reuniões, nem os temas discutidos⁶⁸. É provável que os “proletários de quase todas as fábricas”, que, segundo o jornal, frequentavam as reuniões, fossem trabalhadores das fábricas cujos proprietários eram integrantes da coligação.

1.10 Os candidatos

Ainda que já estivesse constituída como coligação, a Frente Única anunciou seu candidato a prefeito apenas no final de janeiro de 1936. Para representar a união entre “republicanos” e “liberais” foi escolhido como candidato a prefeito o farmacêutico Sérgio da Vieira Fonseca, que embora fosse novato na política era comerciante popular na cidade. A escolha de um farmacêutico descomprometido até então com a política pode ter sido uma resposta à candidatura integralista, que entre seus quadros não trazia representantes da política joinvilense. Com o intuito de fortalecer o grupo, fizeram parte da lista de candidatos à vaga na Câmara Municipal: o vigário da paróquia católica Monsenhor Gercino, Alberto Schmiltin, Frederico Hübner, Joaquim Wolf, Hermmann Metz (um dos fundadores da metalúrgica Tupy), Fernando Feiedeler, Frederico Hubner, José Fernandes, João Julio Pereira, Gustavo Kunde, Otto Schuzler, Cantalicio Flores e Gustavo Schosslund (pecuarista), completavam a lista de candidatos⁶⁹.

⁶⁷ Pró-Joinville! *A Notícia*, 12 nov. 1935, p. 5.

⁶⁸ Reunião operária. *A Notícia*, 13 nov. 1935, p. 7.

⁶⁹ Do diretório da Frente Única. *A Notícia*, 6 fev. 1936, p. 7.

Por sua vez, a Ação Integralista Brasileira lançou nomes que não pertenciam à política tradicional. Os nomes mais conhecidos eram o do médico Josino Rocha Loures, o do industrial Otto Pfoezenreuter e o do dentista Werner Neumann. Concorreram ainda: José Koerbel, industrial; Otto Henrique Hoenk, gráfico; Arnaldo Eberhardt, comerciante; Alvino Tabert, operário; Alcebíades Duarte, lavrador; Guilherme Zimmermann, operário; R. Elke, comerciante; Antonio João, padreiro; Ernerto Krause, chofer; João Baptista Olinger, lavrador; Jorga Mayerle, comerciante e Frederico Kricheldorf, lavrador⁷⁰.

A chapa integralista divulgava as profissões de seus candidatos justamente para evidenciar a heterogeneidade de sua composição. Padeiros, operários, lavradores, gráficos, comerciantes, chofers e profissionais liberais integrando o mesmo partido e concorrendo lado a lado, caracterizavam uma chapa popular. Embora as profissões dos candidatos da Frente Única não tenham sido elucidadas em sua totalidade, sabe-se através dos artigos publicados nos jornais que no conjunto da coligação havia o predomínio de industriais e profissionais liberais. Outro elemento a ser destacado é a presença de sobrenomes alemães em ambas as chapas, o que significa que não havia distinção entre as duas candidaturas em relação à questão étnica.

1.11 Cisões no Partido Integralista

As poucas dissensões integralistas que chegavam ao conhecimento público foram intensamente utilizadas por adversários, na tentativa de reproduzir nas fileiras do sigma o ambiente de contendas que existia no interior dos partidos republicano e liberal.

Como se sabe, as decisões do chefe nacional integralista não poderiam ser contestadas em hipótese alguma. Por sua vez, o chefe provincial reportava as ordens às secretarias municipais. Em 1935, Salgado precisou dissolver suas milícias devido às normativas da Lei de Segurança Nacional. Essa decisão foi repassada pelo chefe provincial catarinense, e contestada por alguns líderes joinvilenses, mais precisamente os chefes das milícias. O resultado foi a imediata expulsão dos integralistas, seguida de todos os rituais previstos no regulamento do partido, por exemplo, a queima das fichas de filiação.

⁷⁰ A chapa integralista. *A Notícia*, 8 fev. 1936, p. 4.

O modo de proceder integralista chamava a atenção de todos por ser distinto de qualquer outro partido brasileiro. O jornal *A Notícia*, que costumava acompanhar as negociações envolvendo os demais partidos, passou a fazer plantão na sede integralista para acompanhar o desenvolvimento do episódio e noticiá-lo com alarme, sensacionalismo, e assim, mostrar ao público que a doutrina do sigma não se diferenciava dos adversários na medida em que também enfrentava querelas internas⁷¹. Esse objetivo ficava imediatamente perceptível nos títulos das notícias: “A politicagem está contaminando tudo”, “Cisão no núcleo integralista, foram eliminados dois chefes e suspensos mais dois”⁷². O clima de desacordos no interior do partido que o jornal *A Notícia* insistia diariamente em reproduzir se constituía visivelmente em uma das estratégias para conter o avanço da doutrina do sigma.

Comparar e vincular comunistas e integralistas em uma grande aliança contra a liberal democracia é outro exemplo desse tipo de estratégia. As fotos de Luiz Carlos Prestes e Plínio Salgado ilustravam um longo texto que detalhava os interesses da suposta aliança. O autor do artigo esclareceu, porém, que a união entre camisas verdes e os camisas vermelhas deveria ser “passageira, apenas para combater o inimigo comum”⁷³. Outras tentativas de relacionar os dois partidos foram feitas, como a do caso do advogado integralista Toscano de Brito, que ao ser perguntado sobre Prestes teria afirmado tratar-se de “uma figura inconfundivelmente admirável”, e que caso não fosse integralista poderia votar em Prestes para presidente da república. O jornal concluiu o artigo com muita ironia questionando a consistência dos preceitos do sigma⁷⁴.

⁷¹ A politicagem está contaminando tudo, até nas arraias integralistas já penetra. *A Notícia*. 18 mai. 1935, p. 3.

⁷² *A Notícia*. 12 mai. 1935, p. 1.

⁷³ Confundindo as diretrizes. *A Notícia*, 12 mar. 1935, p. 1.

⁷⁴ Uma figura inconfundivelmente admirável. *A Notícia*, 6 jun. 1935, p. 3.

1.12 Os inimigos extremistas

Devido aos constantes conflitos entre integralistas e aliancistas, verificados principalmente nas capitais, o uso das insígnias integralistas estavam invariavelmente ameaçadas. Em Joinville não foram encontradas notícias sobre agressões físicas nos jornais, porém, ameaças verbais e atos de vandalismo como pichação em residências eram comuns. O clima atribulado contribuiu para a imposição de limites em manifestações públicas do partido do sigma⁷⁵.

Mimoso Ruiz era o delegado responsável por atender as ocorrências em Joinville e região, inclusive em Jaraguá do Sul onde o partido de Plínio Salgado contou com forte militância. Mimoso era conhecido pela energia empregada nos casos envolvendo integralistas. Mesmo antes das restrições impostas ao partido, o delegado servia-se dos artigos previstos na Lei de Segurança Nacional. Sendo assim, toda conduta integralista considerada suspeita era levada ao chefe de polícia em Florianópolis. Mimoso pertencia às fileiras do PL, além de ter sido a única autoridade “liberal” joinvilense a defender Nereu Ramos antes da conquista do governo estadual.

As classes operárias joinvilenses eram, sem dúvida, as grandes destinatárias das mensagens reproduzidas no jornal integralista *Anauê*, cujos textos com conteúdo sobre a condição de vida dos operários e suas formas de associação foram abundantemente explorados. Havia a preocupação explícita de impedir o desenvolvimento de ideias comunistas na cidade. Um texto chamou a atenção por alardear a tentativa de organização operária comunista: “dizem por aí que os comunistas querem (sinal de que já os há em Joinville) organizar uma frente de operários, para exterminar o Integralismo [...]”⁷⁶. O *Anauê* se preocupava em manter seus leitores temerosos em relação ao Partido Comunista e à Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em julho de 1935, o jornal publicou pequena nota sobre a instalação da ANL em Joinville:

Segundo me informaram meu Nelsinho Malho com o nariz de foice que aqui vinha instalar um núcleo da comadre “Aliança Nacional Escravizadora” desistiu. [...] dou-te um conselho fique na capital porque aqui não arrumas nada,

⁷⁵ O que diz a imprensa sobre as medidas contra os camisas-verdes. *A Notícia*, 20 jul. 1935.

⁷⁶ Boatos comunistas. *Anauê*, 11 ago. 1934, p. 4.

nem para o cafezinho no Graxa. [...] porque aqui não existe malandro nem traidor⁷⁷.

Apesar de não comprovada, há indícios que apontam para a presença da Aliança Nacional Libertadora na cidade, ou pelo menos de pessoas interessadas nos ideais aliancistas. As referências nos jornais, como a do excerto acima, não indicavam nomes ou lugares, mas tinham a função de advertir os leitores para os supostos perigos que a agremiação política poderia acarretar. Ao menos reuniões da ANL aconteceram na cidade para justificar o combate ao inimigo por parte dos integralistas:

Operários! é tempo de saberes quem te fala a verdade. O teu companheiro que frequenta as reuniões da Aliança é um revoltado, fala mal de tudo e de todos, blasfema de coisas horríveis. Entretanto, o integralista é homem de boas idéias, ponderado, equilibrado e tem confiança no dia de amanhã; ele compreende que o Integralismo precisa triunfar no Brasil e tomar conta do governo para que o trabalhador da fábrica e da oficina tenham dias de paz e prosperidade; o operário integralista sabe que a sua família terá garantias; sabe que terá um salário que permitirá viver dignamente; sabe que será favorecido com uma porcentagem nos lucros do patrão [...]⁷⁸.

Ainda no que concerne a possível existência da ANL em Joinville, a deliberação do Círculo Operário Católico da cidade proibindo qualquer associado de integrar a Aliança talvez seja o indicativo mais consistente da existência do grupo. No entanto, encontrou-se apenas a deliberação da votação, sem maiores detalhes. Outro indício sobre a existência de adeptos a ANL em Joinville foi uma greve entre os trabalhadores da estiva. Embora a greve tenha ocorrido em novembro de 1935 e a ANL tenha sido fechada em julho daquele ano, a presença de Herculino Cascardo na organização da greve pode indicar a existência de um terceiro agrupamento político na cidade.

⁷⁷ Meu Nelsinho desistiu. *Anauê*, 13 jul. 1935, p. 4.

⁷⁸ Operários. *Anauê*, 3 ago. 1935, p. 4.

1.13 A greve da estiva

Conforme a biografia de Cascardo, publicada no dicionário do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, sua atuação política começou no Rio de Janeiro quando liderou a sublevação do encouraçado São Paulo, na intenção de se juntar aos rebeldes gaúchos liderados por Luís Carlos Prestes. Em 1930, Cascardo participou do movimento revolucionário que depôs Washington Luís. Dois anos depois, combateu fazendo parte do movimento Constitucionalista contra Vargas. Em janeiro de 1935, ingressou na Aliança Nacional Libertadora, sendo eleito presidente da entidade. Em julho daquele ano, Vargas ordenou o fechamento da Aliança e Cascardo foi transferido para São Francisco do Sul, onde “assumiu a delegacia local da Capitania dos Portos e deu continuidade ao seu trabalho de arregimentação de novos militantes para a ANL, que agora atuava fora da legalidade”⁷⁹.

Estivador é uma categoria profissional que não existe atualmente em Joinville. Até a década de 1970⁸⁰, a cidade possuía um porto fluvial com duas entradas. Era através delas que as matérias-primas entravam na cidade e por elas algumas empresas da região exportavam seus produtos, principalmente madeira e erva-mate⁸¹. Em novembro de 1935, foi registrado um movimento grevista entre os estivadores que pleiteavam reajuste salarial. Os trabalhadores dos portos de São Francisco do Sul e Itajaí também reivindicavam o aumento e exigiam acatamento ao regulamento para os serviços de estiva, aprovado pelo Conselho da Delegacia do Trabalho Marítimo.

⁷⁹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Herculino Cascardo*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_hercolinocascardo.htm> Acesso em: 15 out. 2009.

⁸⁰ Em 1976 ocorreu a fusão do sindicato de Joinville com o de São Francisco do Sul. SINDICATO DOS ESTIVADORES. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.estiva-sfs.com.br/historico.html>> Acesso em: 15 out. 2009.

⁸¹ De importância fundamental para o desenvolvimento do município, o porto do Rio Bucarein representou, até a inauguração da via férrea, o único meio de embarque e desembarque de mercadorias. Carlos Ficker, em *História de Joinville*, acrescenta: “O Porto do Bucarein, ponto estratégico no lugar da confluência do Rio Bucarein com o Rio Cachoeira, ficou dentro da medição das terras dotais do Príncipe de Joinville, e ao mesmo tempo servia de porto de embarque aos moradores do ‘Sítio do Coronel Antônio João Vieira’[...] que ofereceu os seus serviços e escravos, quando em 22 de maio de 1850, chegaram [...] membros da expedição pioneira”. FICKER, Carlos. *História de Joinville, Subsídios para a Crônica da Colônia Dona Francisca*. Joinville, 1965, p. 56.

Uma vez anunciada a exigência de reajuste salarial para os estivadores, imediatamente as associações patronais se manifestaram, como as Associações Comerciais de Joinville, Blumenau e Jaraguá do Sul, suspendendo parte da produção e ameaçando o emprego dos funcionários das empresas que utilizavam o porto. De navio chegava, entre outros produtos, o papel usado na confecção do *A Notícia*, sendo que o próprio proprietário do jornal, Aurino Soares, fez pessoalmente a cobertura jornalística do movimento grevista. O primeiro editorial escrito por Soares exprime seu ponto de vista sobre os interesses envolvidos na deflagração do movimento grevista. O articulista assim se expressa:

E chegamos a criar assim um conflito de interesses [...] exigindo de todos um estudo e uma meditação muito séria para que se obtenha a solução harmônica por todos desejada. Essa solução é preciso que seja de tal caráter que, contentado as aspirações gerais dela competentes, não redunde em prejuízo completo de uma dúzia de industriais e de uma centena de operários que ficariam sem emprego, para o benefício apenas de uma classe pequena e mais digna de apoio⁸².

A apreciação de Aurino Soares coaduna com a postura adotada pelos comerciantes e industriais da cidade congregados na Associação Comercial. Reunidos no Congresso das Associações Comerciais e Industriais do Estado, poucos dias depois da reivindicação de aumento dos salários dos estivadores, os associados decretaram a paralisação de todas as atividades de exportação e importação por via marítima. Os estivadores, por sua vez, permaneceram exigindo a nova tabela salarial e a garantia dos direitos aprovados no novo regulamento.

O argumento para a paralisação da Associação Comercial estava fundamentado na majoração das despesas totais ocasionadas pelo reajuste salarial exigida pelos estivadores. O Congresso reuniu empresários de Brusque, Blumenau, Itajaí, Mafra, São Bento do Sul e Canoinhas, que aderiram ao movimento. Foram enviados telegramas elucidando a situação ao presidente da república, ministro do trabalho e governador do estado.

⁸² Paralisando todo o movimento de exportação. *A Notícia*, 19 nov. 1935, p. 1.

Como resposta a solicitação foram enviados a Joinville, por determinação do governador, o inspetor do Ministério do Trabalho em Santa Catarina, Álvaro de Albuquerque, e o chefe de polícia do estado, Claribalte Galvão. A primeira medida do inspetor foi declarar ilegal o Sindicato União dos Operários Estivadores de Joinville. Em reunião na sede do sindicato, Álvaro de Albuquerque mencionou ter encontrado várias irregularidades, por exemplo, atas sem assinatura e o fato do presidente da entidade não residir na cidade. Dissolvido o sindicato, a solução encontrada foi a reorganização da entidade, sendo realizada nova eleição para diretoria. Os jornais não mencionam como esse processo foi efetivado em tão pouco tempo. Porém, essa decisão não foi a mais essencial para a resolução da greve.

Na mesma reunião, o chefe de polícia corroborou as palavras do inspetor e enalteceu a “supremacia das leis”, lembrando que “embora tivesse carta branca, estas questões não são mais destinadas às patas dos cavalos, porque as leis são mais fortes que todas as violências”. Questionou ainda os funcionários da estiva sobre as razões de se deixarem liderar por pessoas que não residiam na cidade. Com a mesma sutileza continuou:

Se outros se dispuserem a fazer o serviço mais barato, cumpre as autoridades garanti-los, ainda que para tanto seja necessário lançar mão da força. Se os estivadores de Joinville não tiverem o apoio da lei, a polícia embora constringida terá que garantir o operário que queira trabalhar. Espero que tenham compreendido bem as minhas palavras e que nelas hajam igualmente, visto o desejo ardente que me invade de que todos se harmonizem, em seu bem próprio, do Estado e do Brasil⁸³.

Quando o chefe de polícia afirmou que caso o sindicato não “tiver o apoio da lei”, a polícia agiria, referia-se à necessidade imediata de recomposição da entidade e à remoção dos “elementos estranhos”. Sobre a reação dos filiados às imposições do inspetor do Ministério e às ameaças do chefe de polícia, pode-se apenas inferir que não foram acatadas imediatamente, ao passo que o movimento grevista se estendeu por mais quinze dias, totalizando vinte e quatro dias de paralisação.

⁸³ O movimento grevista em Joinville. *A Notícia*, 20 nov. 1935, p. 6.

Falava-se em crise e demissões em razão da greve e o tom alarmista provavelmente colocou a opinião pública contra as reivindicações dos estivadores⁸⁴.

De um telegrama do Ministro do Trabalho veio a sugestão de organizar uma convenção coletiva, na qual patrões e empregados chegassem a um acordo, todavia, não foi encontrado registro que comprove a ocorrência da convenção. No porto de Itajaí a paralisação foi encerrada com o acordo dos estivadores em trabalhar com a tabela salarial antiga. Em São Francisco do Sul e Joinville, os trabalhadores da estiva permaneceram de braços cruzados. Diante do impasse, a Associação Comercial ameaçou formalmente transferir seus negócios para o porto de Paranaguá, no estado de Paraná. A possibilidade de perda na arrecadação de impostos fez com que medidas urgentes fossem tomadas. Do Ministro do Trabalho partiu a nomeação do novo Presidente do Trabalho Marítimo, Adhemar Siqueira, substituindo o comandante Herculino Cascardo⁸⁵. Dessa forma, a greve foi encerrada sem que os trabalhadores recebessem o reajuste salarial.

Uma das consequências da greve foi que a presença do chefe de polícia e do inspetor resultou em “devassa” a todos os sindicatos de Joinville. Ao receber a visita da comitiva, os documentos e atividades das entidades foram analisados. Naquelas em que problemas foram detectados, deu-se um prazo para regularizar a situação⁸⁶. Provavelmente, a maior parte dos sindicatos estava com a situação regularizada, pois todos eram administrados por Conrado de Mira. A situação e administração dos sindicatos será analisada de forma mais detalhada no terceiro capítulo.

⁸⁴ A situação continua estacionária. *A Notícia*, 21 nov. 1935, p. 1.

⁸⁵ O caso da estiva. *A Notícia*, 5 dez. 1935, p. 1.

⁸⁶ Consequências da greve. *A Notícia*, 23 nov. 1935, p. 1.

1.14 Partido Comunista

Sobre os comunistas, não foram localizados registros ou notícias que comprovassem a presença organizada do Partido Comunista em Joinville. Nem mesmo nas eleições pós Estado Novo, quando o partido se encontrava em plena legalidade, há comprovação de organização comunista na cidade. Não faltaram, porém, acusações de “comunistas” a pessoas que provavelmente não tiveram nenhuma aproximação com o partido, por exemplo, o proprietário do *A Notícia*, Aurino Soares, que constantemente era chamado de comunista por seus adversários. Mas a ausência de organização partidária não exclui a existência de simpatizantes ao partido. O Circulo Operário Católico, os sindicatos, os integralistas e toda a imprensa da cidade insistiam em forte discurso anticomunista. Esse receio denuncia a possibilidade de influência comunista.

São poucas as referências ao Partido Comunista em Santa Catarina nesse período. No livro de Yan de Souza Carreirão, praticamente todas as informações por ele obtidas são do entrevistado Manoel Alves Ribeiro, militante do partido em Florianópolis. Manoel Alves afirmou em sua entrevista:

[...] nos lugares onde há fábricas, como Joinville e Blumenau, os trabalhadores foram muito influenciados pelo integralismo, pelo nazismo. Lá o partido teve dificuldades. Em Joinville tinha um partido regular, né, mas em Blumenau tinha grande dificuldade de penetração, devido à influência do integralismo⁸⁷.

Outras informações sobre a organização do partido em Joinville ainda não foram encontradas, no entanto, os números das eleições de 1945 podem ajudar a entender essa questão. Fazendo a comparação entre os resultados nas cidades de colonização alemã que tiveram prefeitos integralistas, Joinville apresentou a maior quantidade de votos aos comunistas, somando um total de 137 eleitores. Em Blumenau, os comunistas atingiram 35 votos dos 12.141 totais e, em Rio do Sul,

⁸⁷ CARREIRÃO, op. cit., 1990.

município vizinho a Blumenau, dos 9.433 votos, apenas 5 foram destinados ao PCB⁸⁸.

O pesquisador Carlos Alberto Silveira Lenzi, por sua vez, apontou a existência de comitês municipais do Partido Comunista na região nordeste, nas cidades de Itajaí, Blumenau e São Francisco do Sul, mas não indicou a presença organizada do partido em Joinville⁸⁹. Portanto, embora tenham sido encontrados diversos indícios que apontam para a presença da ANL em Joinville, não foi possível localizar indicações concretas sobre a organização de comunistas por meio de partido, o que não significa que não existissem indivíduos adeptos à doutrina comunista.

1.15 Concentração Operária antiextremista

A preocupação com a influência de elementos de esquerda ficou evidenciada nos tópicos anteriores. O discurso anticomunista era comum aos políticos tradicionais e aos integralistas, mas esses últimos também eram considerados extremistas: de direita. A aproximação da eleição municipal e o crescimento do movimento integralista parecem ter estimulado a organização de um suntuoso evento na cidade. A “Concentração Operária” foi uma espécie de comício organizado pelo Círculo Operário de Joinville, que trouxe à cidade o padre Leopoldo Bretano, o governador Nereu Ramos, Dom Jaime Câmara, entre outras autoridades.

Ainda que a justificativa do evento fosse a campanha “antiextremista” dirigida aos operários, a tônica provavelmente mais próxima a realidade parece ter sido a campanha para a coligação Frente Única. Realizada poucos dias antes da eleição, a Concentração Operária foi organizada pelo padre Alberto Kolb para ser o grande evento do ano. Ele procurou mobilizar toda a região nordeste do estado, percorrendo pessoalmente as cidades com o intuito de garantir o apoio e a presença de trabalhadores e autoridades. Das cidades de Mafra, Rio Negro e Hansa (atualmente Corupá), trens em horários especiais foram postos à disposição da Concentração. Para o transporte dos operários de São

⁸⁸ As eleições. *Jornal de Joinville*, 19 jan. 1946, p. 1 e 5.

⁸⁹ LENZI, op. cit., 1983, p. 216.

Francisco do Sul e Paraty (atualmente Araquari), a empresa Carlos Hoepcke destinou suas lanchas.

O padre Alberto Kolb também esteve em Brusque, Blumenau e Itajaí, de onde teria garantido o transporte de 800 trabalhadores. O convidado mais ilustre era o padre Leopoldo Brentano, criador do primeiro Círculo Operário, em Pelotas, e “inspirador” de Kolb. O evento estava destinado à família operária e o convite foi publicado nos principais jornais da cidade. Nas documentações do COJ também está o convite (bilíngue) que foi distribuído aos associados. Nele, o padre Kolb esclareceu a programação completa e solicitou que cada associado contribuísse com um almoço que seria destinado aos operários vindos de outras cidades.

De acordo com os cálculos do padre Kolb, a Concentração Operária teve início com a chegada do padre Brentano, que reuniu em sua espera cerca de 2.000 trabalhadores, dos quais 400 eram sócios do COJ. Leopoldo Brentano permaneceu quatro dias na cidade falando aos operários “sobre a função da massa operária na sociedade e religião”. O ponto alto do evento foi a missa campal de domingo, da qual teriam participado 4.000 pessoas, seguida por almoço comunitário e discursos das autoridades presentes. Além dos padres e sindicalistas, falaram também o governador, o deputado federal Carlos Gomes e o chefe municipal integralista, Rocha Loures.

O padre Alberto Kolb mantinha um conjunto de cadernos, nos quais anotava discursos e sermões, comentava eventos e colava reportagens e notícias de jornais relacionadas ao Círculo. Em um desses cadernos de recortes do padre, intitulado de *Reminiscências para a história do Círculo*, há reportagens de todos os jornais que noticiavam ações do COJ, porém, nem todos contêm data e título do periódico procedente. Em um desses recortes ficou evidenciado a quem era destinado o apoio do COJ no suntuoso evento realizado menos de um mês antes das eleições municipais:

Por mais que o gato procure esconder-se, deixa sempre a cauda de fora e o povo que sabe muito bem disso e que na atualidade, já age e pensa por conta própria, não vai mais no arrastão, e em tudo ele está vendo exploração de seu nome e de suas atitudes. [...] Aquele viva à Frente Única,

encerrando a concentração, mostrou ao operário o bichinho escondido com o rabo de fora⁹⁰.

O excerto acima foi retirado do *Jornal de Joinville*, que naquele momento apoiava o integralismo. A pequena nota discorria sobre o teor político da Concentração. A principal manchete do mesmo número do periódico lamentava a exploração que o operariado sofria:

Pobre operário! Na sua crença em Deus, é eternamente explorado, servindo de escada unicamente, para os politikeiros erguerem-se às alturas cobiçadas, afim de lá do alto cuspirem depois nas faces dessa gente laboriosa e honesta⁹¹.

O próprio padre Kolb reconheceu a acusação velada do *Jornal de Joinville* e enviou carta ao *A Notícia* respondendo aos comentários. Na carta o padre negou ser explorador dos operários, e sim “condutor das classes proletárias”. Diante da ausência na cidade do candidato Aristides Largura, o padre Kolb convidou o chefe integralista Rocha Loures, no intuito de negar a acusação do *Jornal de Joinville* de estar favorecendo os candidatos coligados e manipulando os sócios do Círculo Operário de Joinville. O padre, por sua vez, respondeu que a Concentração Operária tinha como finalidade a manifestação “de fé anti-extremista”. Porém, cabe lembrar que o padre, o jornal *A Notícia*, bem como todos os envolvidos na organização do evento, viviam o “dilema extremista” que incluía a rejeição dos extremismos de esquerda e de direita⁹².

1.16 O integralismo e o nacional-socialismo

Contra o integralismo foram usados dois argumentos à exaustão. O primeiro deles sinalizava para a notória animosidade entre o governador Nereu Ramos e a AIB, pois um prefeito enfrentando o governador não traria nenhum tipo de benefício à cidade, segundo a Frente Única. O segundo argumento era dirigido notadamente ao

⁹⁰ *Jornal de Joinville*. In: KOLB, Alberto. *Reminiscências para a história do Círculo*. Caderno 3.

⁹¹ *Jornal de Joinville*, 11 fev. 1936, p. 1. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Fatos e não palavras. Amparando os proletários catarinenses. Caderno 1.

⁹² Gato escondido. *Jornal de Joinville*, 11 fev. 1936, p. 1.

candidato Largura, por não ser natural de Joinville e ter residido pouco tempo na cidade. Para explorar melhor essa questão, o *A Notícia* ocupou boa parte de suas páginas com referências aos “primeiros colonos que fizeram, que construíram, que começaram os alicerces da cidade”⁹³. De Blumenau, Largura respondeu às críticas, mostrando que sua experiência como inspetor escolar o fez conhecer Joinville.

Na véspera da eleição, o último recurso utilizado para combater a candidatura do partido do sigma foi a publicação de um texto acusando os integralistas de não defenderem o regime nazista⁹⁴. O público alvo eram evidentemente os simpatizantes do governo de Hitler. Porém, sobre essa questão, os integralistas não realizavam manifestações diretas em seu jornal, embora regularmente fossem tecidos elogios ao modelo sindical italiano e à “autoridade” dos Estados fascista e nazista.

Como demonstrou o estudo de René Gertz, de acordo com os relatórios do cônsul alemão, o grupo que se dizia nazista em Joinville não era representativo e mantinha relações pouco amistosas com os teuto-brasileiros, o que não impedia, obviamente, a simpatia pelo governo de Hitler dos demais teuto-brasileiros da cidade⁹⁵. O trabalho de Gertz analisou relatórios policiais catarinenses, denunciando supostas provas de colaboração entre integralismo e nazismo, reunidas no volume *O punhal nazista no coração do Brasil*. De autoria de João Kühne e Lara Ribas, a publicação apresentou como provas as cartas de “partidários” nazistas de Jaraguá do Sul à NSDAP, datadas de 1935, e outra carta da Frente Alemã (DA) em Blumenau, datada de 1936, na qual é comentada a filiação de membros da DA ao integralismo. René Gertz demonstrou que embora as fontes apresentadas por Kühne, fossem importantes e autênticas, foram analisadas pelo policial de forma parcial e problemática, na medida em que apenas algumas partes desses documentos receberam destaque⁹⁶. Afirmações isoladas do restante do contexto resultaram em conclusões equivocadas, de acordo com Gertz.

Faz-se necessário enfatizar que João Kühne residia em Joinville enquanto a AIB atuava. No mesmo período, foi proprietário do jornal *Folha Nova* publicado em alemão e português⁹⁷. Na consulta a

⁹³ Os tempos, os homens. *A Notícia*, 20 fev. 1936, p. 8.

⁹⁴ Idolatria verde. *A Notícia*, 1 mar. 1936, p. 8.

⁹⁵ GERTZ, op. cit., 1987, p. 84.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 126.

⁹⁷ João Kühne. Nascido em Joinville em 1913, onde fundou o jornal *Folha Nova*, publicado em alemão e português. Em 1934 foi nomeado comissário de polícia, passando a chefiar o Serviço de Ordem Pública da DOPS, em Florianópolis, quando, com Antônio de Lara Ribas, organizou o livro “Punhal Nazista no Coração do Brasil”, assinando os capítulos “Colonização

alguns números do jornal publicado no período das eleições municipais é possível perceber que, embora estivesse nitidamente apoiando a Frente Única, não há nenhuma restrição ao movimento integralista, tendo sido a chapa do partido inclusive apresentada aos leitores do periódico. Em comparação aos demais jornais da cidade, o *Folha Nova* parecia o menos comprometido com filiações partidárias. Importa salientar que o proprietário do jornal mantinha atividades na cidade e caso suspeitasse de ligações entre integralistas e nazistas certamente não teria deixado de mencioná-las em seu relatório. Como evidenciou René Gertz, o relatório de Kühne sobre a relação entre integralistas e nazistas foi inconclusivo e expôs ambiguidades. Além disso, Kühne não apresentou indícios de atividades nazistas relacionadas aos integralistas em Joinville, seu foco ficou restrito a Blumenau, Hansa e Jaraguá do Sul. Curiosamente, Rosa Maria Cavalari, listou em seu livro o jornal *Folha Nova* como se fizesse parte da imprensa integralista. Entretanto, a autora apenas listou o jornal, não o analisou e não justificou a razão de ter incluído aquele periódico.

René Gertz mencionou autores cujos trabalhos contestam supostos auxílios vindos da Alemanha, que teriam fomentado o desenvolvimento do movimento integralista, principalmente nas colônias alemãs do sul do Brasil. Hans-Adolf Jacobsen e Kate Harms-Baltzer afirmaram que não há provas de ter existido colaboração entre nazismo e integralismo. De acordo com Baltzer, nazistas individuais podem ter se envolvido na tentativa de golpe integralista, em maio de 1938, mas isso não significa que instâncias nazistas tenham colaborado. Jacobsen acrescenta que “altos chefes nazistas teriam se mantido neutros diante do fascismo brasileiro, lamentando antes a ampla adesão dos teuto-brasileiros no sul Brasil”⁹⁸.

Gertz encontrou nos relatórios de Schlich, funcionário da embaixada alemã, um pedido de ajuda financeira de José Zamarin da Testa, secretário de estudos da AIB em Pindamonhangaba. O secretário endereçou uma carta a Hitler, solicitando financiamento para uma viagem de observação e estudos na Alemanha. A embaixada alemã indicou o funcionário Schlich para assistir de forma oculta a uma concentração integralista. O funcionário relatou que a apresentação de Salgado “foi meio ridícula”, fazendo ataques ao nazismo. Para concluir

Alemã no Brasil” e “O integralismo Nazi-fascista em Santa Catarina”. Faleceu em Florianópolis, em 1950. Cf. *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, a. X, n.11, out. de 2007.

⁹⁸ JACOBSEN apud GERTZ, op. cit., 1987, p. 121.

o relatório, a embaixada procurou o assessor jurídico de Salgado com o propósito de entender o posicionamento da AIB. O assessor teria dito se tratar de uma tática, para rebater as críticas sobre imitação e colaboração com o nazismo. O relatório do embaixador concluiu que um possível apoio ou financiamento à AIB seria “inadequado e extremamente perigoso, mesmo com o emprego do maior cuidado”⁹⁹.

A análise de Gertz é detalhada e explorou ainda outros documentos da embaixada alemã. Conforme demonstrou o historiador, houve contato entre representantes do nazismo e funcionários da embaixada com os integralistas. Militantes enviaram cartas à Alemanha adulando o regime, mas essas fontes não comprovam envolvimento oficial entre os dois movimentos. Gertz concluiu que o efeito contrário tenha sido mais provável.

Ademais, o partido nacional-socialista alemão pode ter atraído a simpatia de brasileiros e teuto-brasileiros pelo seu caráter autoritário e pelas melhorias econômicas promovidas por Hitler, constantemente divulgadas em todo o mundo. O próprio jornal *A Notícia*, que defendia a liberal-democracia, propagou diversos elogios ao governo nazista. As evidentes afinidades entre o nazismo e o integralismo, sobretudo em relação ao uso dos símbolos e do discurso autoritário dirigido às classes populares, podem ter levado a população a elaborar uma conexão entre os dois movimentos cujos limites eram difíceis de mensurar. Através da imprensa é possível apreender a confusão que envolvia essas questões. Os opositores do integralismo pareciam não ter convicção se a ligação com o nazismo surtiria o efeito desejado, de repulsa dos eleitores, ou se seria benéfico ao partido do sigma. Por outro lado, o jornal integralista não se posicionava sobre essa questão, e embora fosse um movimento de cunho nacionalista, demonstrava simpatia aos teuto-brasileiros, publicando muitas vezes textos em língua alemã. O *A Notícia*, por sua vez, enaltecia a imigração alemã, sobretudo a classe empresarial teuto-brasileira, mas criticava intensamente os colonos do interior do município que optavam por se comunicar em alemão. Como mencionado anteriormente, as duas candidaturas apresentavam nomes alemães em suas composições, o que indica que a explicação étnica de que os integralistas foram eleitos pelos teuto-brasileiros talvez não seja suficiente para entender a eleição integralista.

A única documentação referente ao movimento integralista existente no arquivo municipal de Joinville é uma pasta de arquivos

⁹⁹ Ibid., p. 136.

expedidos durante a gestão de Largura. Entre aquela documentação, está um convite do grupo nazista de Joinville. O documento com data de julho de 1936 convidava o prefeito Largura para assistir a exibição do filme *Triunfo da Vontade*. O filme produzido em 1935 e dirigido por Leni Riefenstahl é um relato sobre o Congresso Nacional-Socialista alemão de 1934. No próprio documento, está escrito à lápis uma observação para que seja feito o agradecimento ao convite, mas não há indicação de que Largura tenha comparecido à exibição do filme. O documento propriamente não é uma evidência de que o grupo mantivesse maior proximidade com Largura, pois não existem outros indícios que confirmem isso. A princípio, trata-se somente do convite de uma atividade do grupo ao prefeito municipal¹⁰⁰.

1.17 A vitória integralista

Os integralistas não fizeram planos de governo para concorrer às eleições municipais. Isso é perceptível no jornal integralista, que não apresentava compromissos concretos, no jornal *A Notícia*, que usava a ausência de promessas como argumento para rechaçar o partido do sigma, e na entrevista de Largura, que admitiu inexistir qualquer planejamento prévio. René Gertz acrescenta que no Rio Grande do Sul o partido integralista também não apresentava planos de governo, tendo sido essa uma característica das candidaturas da AIB naquele pleito¹⁰¹. Na tabela abaixo constam os números das urnas e a quantidade de votos em cada uma:

¹⁰⁰ Confira a reprodução do convite em anexo: Imagem 1.

¹⁰¹ GERTZ, op. cit., 1987, p. 181.

Tabela 3 – Resultado das eleições municipais 1º março de 1936 – município de Joinville

| Urna | Frente Única – Jlle | AIB |
|-------|---------------------|-------|
| 1ª | 68 | 173 |
| 2ª | 78 | 140 |
| 3ª | 85 | 145 |
| 4ª | 76 | 136 |
| 5ª | 71 | 157 |
| 6ª | 76 | 149 |
| 7ª | 72 | 177 |
| 8ª | 109 | 99 |
| 9ª | 113 | 111 |
| 10ª | 92 | 111 |
| 11ª | 96 | 147 |
| 12ª | 73 | 157 |
| 13ª | 99 | 148 |
| 14ª | 99 | 123 |
| 15ª | 84 | 140 |
| 16ª | 100 | 89 |
| 17ª | 103 | 118 |
| 18ª | 103 | 41 |
| 19ª | 68 | 123 |
| 20ª | 128 | 124 |
| TOTAL | 1.792 | 2.608 |

Fonte: *Jornal A Notícia*

Aproximadamente 8.5% da população de Joinville votou na eleição de 1936, enquanto a média de Santa Catarina ficou em 5%. Os números da tabela apontam que o integralismo perdeu em apenas 5 do total de 20 seções da cidade, sendo que em apenas uma houve diferença numérica significativa, com 62 votos de vantagem para a Frente Única. Os números da votação demonstram que não havia áreas determinadas de influência integralista, mas uma distribuição quase homogênea do partido na cidade.

Confirmada a vitória integralista, a primeira análise sobre os resultados das urnas foi feito pelo *A Notícia*, enfatizando a questão étnica. É preciso salientar que até então o jornal não se manifestava contra os teuto-brasileiros e até meados de 1935 elogiava o governo de Hitler, além de publicar textos em língua alemã. O artigo já mencionado anteriormente, contestando o suposto apoio integralista ao nazismo, apresentou uma espécie de “alerta” aos teuto-brasileiros para não se deixar enganar a respeito da questão.

Todavia, a derrota da Frente Única precisava ser justificada. E o jornal não o fez analisando os prováveis erros da aliança, mas atribuindo responsabilidades aos eleitores. Os culpados pela derrota da Frente Única foram, de acordo com o articulista, os teuto-brasileiros:

Percorrendo todas as seções onde mais se acentuou o predomínio do voto integralista, encontramos um eleitorado constituído na sua maioria absoluta pelos colonos, pelos elementos ligados, através das tradições de sangue, à mentalidade afeita à disciplina militarizada, que exclui a vontade individual, o conhecimento, o raciocínio para só determinar a obediência sem restrições e sem resistência. Foi esse elemento, de deficiente cultura cívica, porque só se orienta pela edição semanal dos órgãos redigidos em alemão¹⁰².

O longo artigo prossegue afirmando que faltou à Frente Única ter feito mais campanha no interior do município, onde a “massa mais precisava sofrer o trabalho de esclarecimento”¹⁰³. Praticamente todos os jornais mantinham colunas ou parte de seus textos em língua alemã. Dos dois jornais publicados na íntegra em alemão, somente o *Joinvillenser Zeitung* aderiu ao integralismo; o *Kolonie Zeitung* não assumiu nenhum posicionamento e apresentou as duas campanhas aos seus leitores. O articulista afirmou em outra passagem que a coligação Frente Única primou em fazer sua campanha na área urbana da cidade, ou seja, deixou praticamente 50% da população distante de seu discurso.

Na Câmara Municipal, os integralistas obtiveram maioria. A AIB elegeu 9 dos 15 candidatos da chapa, contra 6 eleitos da Frente Única.:

Vereadores AIB: Dr. Josino da Rocha Loures, José Koerbel, Otto Hönke, João Baptists Olinger, Julio Shoeroeder, Antonio Zimmermann, Otto Pfüetzenreuter, Rodolfo Hübndner e Alcebiades Deodoro Duarte.

Vereadores Frente Única: Max Colin, Roberto Schmidlin, Fernando Fiedler, monsenhor Dr.

¹⁰² As eleições municipais. *Anauê*, 6 mar. 1936, p. 1.

¹⁰³ *Ibid.*

Gersino de Oliveira, Gustavo Schossland e Frederico Hübener¹⁰⁴.

A mesa diretora foi dividida entre governistas e oposição: José Koerbel, presidente; Roberto Schmidlin, vice-presidente; Otto Pfützenreuter, primeiro secretário; Max Colin, segundo secretário.

Dois meses se passaram até que o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina rejeitasse todas as tentativas de invalidar a eleição. O *A Notícia* reproduziu o inconformismo dos derrotados e garantiu em suas manchetes que o governo do sigma não prosseguiria. Uma semana após o pleito, as notícias davam como certa a anulação da eleição e a invalidade de centenas de votos. Porém, em nenhum momento as “graves irregularidades” cometidas por integralistas foram mencionadas:

Se os camisas-verdes assumirem o governo do município, do que muito sinceramente duvidamos, o povo é que há de sofrer o castigo de uma série de incalculáveis males que atrasarão de anos o progresso de nossa terra¹⁰⁵.

Largura assumiu a prefeitura alheio aos processos de impugnação. Após a posse do prefeito, o diretório do Partido Liberal na cidade foi reorganizado, acatando a ordem do governador. Com tom catastrófico, os “liberais” lançaram manifesto, no qual “garantiam a ordem em Joinville” apesar do governo integralista¹⁰⁶.

Em entrevista, Largura afirmou que esteve presente na cidade apenas quinze dias antes das eleições porque ainda residia em Blumenau, tendo dois filhos ainda crianças, precisava continuar trabalhando para manter sua família. Para ele, o resultado das urnas foi uma surpresa, considerando que não residia na cidade durante a campanha e que os recursos financeiros do partido eram escassos. A única despesa do partido teria sido no valor de setenta mil réis para transportar eleitores de uma zona rural onde não havia urnas¹⁰⁷.

¹⁰⁴ Câmara Municipal. *Anauê*, 11 abr. 1936, p. 1.

¹⁰⁵ Idealismo da ambição. *Anauê*, 7 mar. 1936, p. 1.

¹⁰⁶ Manifesto do Partido Liberal. *Anauê*, 3 abr. 1936, p. 6.

¹⁰⁷ Entrevista de Aristides Largura concedida à Dúnia de Freitas (1982).

1.18 Como entender a eleição de Largura?

“O integralista típico de Santa Catarina é uma pessoa jovem em processo de ascensão social”¹⁰⁸. Essa afirmação do historiador René Gertz coaduna com as informações a respeito dos líderes integralistas de Joinville. Os principais nomes do partido tinham menos de 30 anos de idade. Aristides Largura foi o prefeito mais jovem da cidade, eleito aos 29 anos. Largura não era teuto-brasileiro, não havia nascido em Joinville, não entendia alemão precisando recorrer a intérpretes para se comunicar com eleitores e partidários, e talvez o que tenha sido mais surpreendente: não estava na cidade durante a conturbada campanha, tendo retornado apenas 15 dias antes da eleição.

As principais literaturas a respeito do integralismo explicam o sucesso do partido pela forte adesão dos teuto-brasileiros das colônias alemãs. René Gertz apresentou uma leitura diferenciada a respeito dessa questão, enfatizando que o grupo nazista da cidade conseguiu criar inimidade com quase todos os teuto-brasileiros. Entre os motivos estava o de realizar campanhas em favor de auxílio ao inverno alemão em escolas onde estudavam crianças pobres que também dependiam de donativos. Além disso, atacavam funcionários de empresas suspeitas de utilizar capital judeu, ou mesmo de manter relações com firmas judias na Alemanha. Os jornais noticiavam os ataques a funcionários da Empresul. O grupo nazista promovia ainda boicote a empresas com as quais os nazistas não simpatizavam, ameaçando verbalmente e de forma impressa. René Gertz apurou essas informações do relatório do cônsul alemão, que continha também informações do diretor da principal “escola alemã” de Joinville. O diretor Robert Soechting afirmava que: “os grupos locais da NSDAP em Santa Catarina são quase sem exceção, recusados tanto pelos alemães natos quanto pelos teuto-brasileiros, em parte porque os líderes falharam, em parte porque agiram sem tato”. Em Joinville, constavam no relatório apenas 22 pessoas inscritas como partidários¹⁰⁹.

O trabalho de Giralda Seyferth, intitulado *Nacionalismo e Identidade étnica*, foi citado por Gertz, que criticou a autora na medida em que ela identifica contradições ao defender a hipótese de que a adesão dos teuto-brasileiros ao integralismo deu-se, sobretudo devido às

¹⁰⁸ GERTZ, op. cit., 1987, p. 197.

¹⁰⁹ SOECHTING apud GERTZ, op. cit., 1987, p. 84.

semelhanças entre o partido brasileiro e os movimentos fascistas europeus, porém, as minimiza com argumentos refutáveis. A principal explicação de Giralda Seyferth para a adesão dos teuto-brasileiros ao integralismo foi a de que o pertencimento ao partido era uma forma de ajudar a preservação da sua identidade alemã. Isso porque os integrantes do sigma manifestavam relativa solidariedade ao *Deutschtum*, isto é, a preservação da identidade e cultura germânica.

O problema levantado por Gertz é que de fato houve tolerância integralista, mas existiu na mesma medida hostilidade, uma vez que se tratava de uma agremiação nacionalista brasileira. O historiador concluiu suas críticas à Giralda Seyferth questionando os motivos pelos quais os teuto-brasileiros não aderiram em massa ao Partido Republicano Catarinense, liderado pelo também descendente de alemães, Marcos Konder, caso a principal motivação fosse a luta pela preservação do *Deutschtum*¹¹⁰.

O historiador René Gertz produziu análise detalhada a respeito dos estudos sobre integralismo realizados até a publicação do seu trabalho na tentativa de compreender os fatos relacionados à explicação dominante, que prima relacionar a adesão ao integralismo pela variável étnica. Embora o autor não tenha solucionado a questão, pois encontrou fatos que apontam para negação e também para a aceitação da tese, sugeriu que o “fator étnico” não seja colocado como agente determinante. Depara-se aqui com uma tese fundamental de Gertz, qual seja, a de que o integralismo foi ideologicamente influenciado pelo nazismo, mas que isso não explica *tudo* satisfatoriamente, pois a razão dos teuto-brasileiros do sul do Brasil terem aderido ao integralismo se explica com base no contexto regional e “não através dos desígnios transatlânticos”¹¹¹.

Se a variável étnica não é suficiente, ela pode em parte ajudar a entender o fenômeno eleitoral que foi a vitória integralista. Não é possível perceber uma divisão na adesão ao integralismo entre teuto-brasileiros e aqueles que não se consideravam descendentes de alemães, já que encontramos sobrenomes alemães nas duas candidaturas. Entretanto, é mais perceptível uma divisão entre os próprios teuto-brasileiros, sendo possível que se tratasse de uma questão relacionada à qual camada da sociedade o cidadão pertencia para aderir ou não ao integralismo. Conforme mencionado, no jornal *A Notícia* há exemplos

¹¹⁰ Ibid., p. 128-129.

¹¹¹ Ibid., p. 132.

de textos em que o empresário teuto-brasileiro era enaltecido, enquanto o colono da mesma etnia era considerado um “quisto”.

A atuação de Largura como inspetor escolar junto às áreas rurais e a aparente sensibilidade que demonstrava ter ao tratar de imigrantes e seus descendentes, já que sua própria família apresentava história semelhante, são fatores que devem ser também somados ao conjunto de condições que permitem explicar o sucesso de sua eleição. O isolamento das comunidades rurais, tema abordado no início deste capítulo, permite nos fazer supor que a agremiação partidária disposta a escutá-las e conhecê-las estaria em vantagem. É certo que, pela análise realizada, a Frente Única não foi essa agremiação. A insatisfação com a política tradicional também ficou evidente ao longo deste capítulo, visto que os jornais recorrentemente cobravam mudanças de postura dos representantes. Até mesmo o jornal *A Notícia* reclamava as promessas da “Revolução de 1930” ainda não postas em prática. A população em geral talvez não estivesse preocupada com as frustrações revolucionárias, mas diante da ausência de melhorias em seu cotidiano talvez estivesse disposta a apostar em algo novo. O integralismo em sua composição apresentava pessoas jovens que não pertenciam ao mundo da política e oriundas das mais variadas origens sociais. Trazia um discurso voltado às classes até então desprestigiadas, como a operária, além de propor mudanças que ultrapassavam as questões relacionadas à administração municipal. Desse modo, é possível sugerir que não há um único fator que elucide a vitória integralista, mas o conjunto de condições anteriormente descritas permitem explicar aquela eleição.

1.19 Quando Largura “deixou de ser integralista”

Decorridos poucos meses da eleição municipal, o prefeito Largura continuava na prefeitura, a despeito das tentativas de afastá-lo do cargo. Ao jornal *A Notícia* caberia o papel de oposição oficial na imprensa escrita, uma vez que o prefeito contava com o apoio do *Jornal de Joinville* e do integralista *Anauê*. Outra possibilidade factível seria o diário de Aurino Soares radicalizar sua postura e “colaborar com a autoridade estabelecida”.

No entanto, nenhuma das hipóteses está correta, e o que se verificou no diário *A Notícia* é, no máximo, uma “oposição quando possível”. Percebe-se essa postura do jornal quando os cronistas deixam de destinar alcunhas pejorativas à Largura, especialmente quando

deixam de denominá-lo de “o integralista”. É notório que o diário e seus editores não tenham abandonado a postura anti-integralista, pois é raro encontrar um número do jornal sem apreciações severas à doutrina ou notícias sobre ameaças de fechamento do partido de Plínio Salgado, contudo, essas notas são de âmbito nacional.

Um artigo de setembro de 1936 é explícito ao afirmar que a administração de Largura estava “surpreendendo”. Nas palavras do autor: “uma coisa era o integralismo e outra era o prefeito”¹¹². Essa afirmação vai de encontro às declarações do ex-prefeito, 46 anos após sua passagem na prefeitura:

O programa que eu me tracei, a atitude que eu tomei, foi a seguinte: eleito, [...] no dia seguinte reuni os companheiros de direção do partido e disse a eles: - Até ontem eu fui o chefe, e continuo e também não vou renunciar porque não há razão de renunciar o cargo de chefe integralista aqui no núcleo de Joinville. Mas hoje, a partir, de hoje, eu tenho uma dupla personalidade. Eu tenho a... condição de chefe integralista que eu exerço nos núcleos, na ação lá fora e tenho a condição de Prefeito de Joinville que esta eu exerço aqui. Aqui eu não conheço partidos. Eu sou Prefeito de Joinville (emocionado) e Joinville tem filhos que pertencem a todos os Partidos e para cujos direitos eu tenho que ser o zelador, que respeita e que dá a eles as mesmas garantias que eu dou aos companheiros¹¹³.

É possível inferir muitas hipóteses para explicar a mudança de tratamento do jornal em relação ao prefeito, que ainda contava a seu favor a fraca referência do antecessor, Max Colin. Uma dessas hipóteses é que a administração integralista não tenha rendido acusações aos adversários, pois foi conduzida sem as extravagâncias esperadas pela oposição e com poucas exonerações de adversários de seus cargos. Essa hipótese está baseada no estilo editorial do jornal, unido às simpatias partidárias de seu proprietário, suas querelas com os demais periódicos da cidade e, finalmente, ao fazer o contraponto com a entrevista de Aristides Largura, é possível concluir que a administração integralista

¹¹² A administração municipal e o prefeito Sr. Aristides Largura. *A Notícia*, 12 set. 1936, p. 1.

¹¹³ Entrevista de Aristides Largura concedida à Dúnia de Freitas (1982).

não rendeu acusações aos adversários. Diferentemente de seu antecessor na prefeitura, Max Colin, Largura mostrou ser mais enérgico em suas ações e respondia às críticas a ele dirigidas, quando julgava necessário.

Os primeiros meses de administração foram marcados por algumas realizações e muita desconfiança. Menos de um mês após assumir o cargo, o novo prefeito contratou médicos e lançou edital de inspetoria de veículos. Nomeou o adversário Norberto Bachmann como diretor do hospital de caridade, o qual declinou do recebimento de salário ao aceitar o cargo¹¹⁴. Ninguém esperava por uma atitude como essa, nem mesmo seus companheiros de partido, afinal, Bachmann foi o presidente da Frente Única.

Apesar de toda a campanha negativa e das acusações do *A Notícia*, Largura não rompeu o contrato que Max Colin havia assinado com o jornal, concedendo ao periódico as publicações dos atos da prefeitura. A justificativa para tal medida ficou por conta da multa que precisaria desembolsar caso rompesse o acordo anteriormente firmado. Isso resultou na perda de um forte aliado, o *Jornal de Joinville*. Junto aos préstimos do jornal, o partido integralista perdeu também a filiação de seu proprietário.

Todavia, antes do desligamento, o *Jornal de Joinville* avaliou positivamente a gestão de Largura:

De princípio ninguém imaginava que Aristides Largura fosse capaz de manobrar a prefeitura com clareza e com competência, porque, para a velha mentalidade política só podiam ocupar cargos de responsabilidade os eleitos do Senhor. Era preciso ter pose, dinheiro, prédios, ou acionistas de qualquer coisa comercial. [...]. O que eles queriam e querem é o homem subserviente, para que possam manobrar a vontade. Aristides Largura vai aos poucos realizando aquilo que nós profetizamos¹¹⁵.

Dois acontecimentos evidenciaram a postura de Largura como prefeito: o primeiro teria ocorrido imediatamente após sua posse, ao ter proibido a colocação do retrato de Getúlio Vargas na parede da prefeitura. Em entrevista, Largura foi misterioso ao afirmar que o retrato

¹¹⁴ Dr. Norberto Bachmann. *A Notícia*, 21 abr. 1936, p. 3.

¹¹⁵ *Jornal de Joinville*. Publicado em *Anauê*, 6 jun. 1936, p. 1.

de Vargas permaneceu na parede. O segundo episódio dizia respeito às visitas oficiais do governador Nereu Ramos a Joinville. Quando o governador visitava a cidade, o então prefeito afirmou recebê-lo na entrevista, e tratava-lhe com cordialidade, apesar da inimizade.

O prefeito criou a escola noturna para os operários na zona norte da cidade. Na escola já existente da zona sul, retirou a administração dos domínios do padre Alberto Kolb, atitude que irritou sobremaneira o vigário. O padre queixou-se do suposto fechamento da escola, quando, na verdade, ela foi apenas retirada dos domínios do Círculo Operário, provavelmente como resposta à campanha contrária do padre Kolb à época da eleição de Largura.

Outra medida popular de Largura foi a oficialização da Associação Beneficente dos Operários Municipais e a Caixa Beneficente da mesma, com a finalidade de amparar a família dos trabalhadores em caso de doença ou morte, além da construção de um prédio que serviria de abrigo a “desvalidos”. Não obstante isso, a ação de maior destaque na administração integralista foi o início da pavimentação das ruas centrais da cidade, obra que o antecessor Max Colin não conseguiu realizar, apesar de pertencer ao mesmo partido do governador do estado. Outro ato do prefeito Largura que refletiu positivamente foi o reinício das atividades de desassoreamento do rio Cachoeira, paralisadas desde a “Revolução” de 1930. Paralelamente à gestão na prefeitura, o núcleo municipal integralista continuou com suas atividades e criou um Departamento de Assistência Social. O departamento funcionou como “agência de empregos”, cadastrando desempregados e empresas.

O reconhecimento do trabalho do prefeito ficou evidente quando o jornal *A Notícia* reproduziu em sua primeira página um texto dedicado a esse fim. O articulista distingue Largura de seu partido político:

De certo tempo a esta parte vimos observando a administração serena do Sr. Aristides Largura, que apesar de ter sido eleito por um agrupamento de reacionários, ele tem sabido fazer até agora, um governo que lhe tem granjeado muitas simpatias. Somo como todo mundo sabe demócratas convictos, batalhadores acérrimos por toda espécie de extremismos. [...]

Largura apesar de integralista que é, nunca se deixou dominar por aquele fanatismo cego que

turba a consciência de uma boa parte de seus correligionários¹¹⁶.

O texto poderia sugerir uma aproximação entre o prefeito e o jornal oposicionista, todavia, não é isso o que o conjunto das notícias envolvendo prefeitura e integralismo indica. O jornal não deixava de reafirmar que estava na oposição ao prefeito. Enaltecer o trabalho de Largura era também uma forma indireta de criticar a doutrina integralista, uma vez que o mandato só estava sendo “razoável” porque o prefeito não “parecia integralista”.

Concomitantemente ao elogio do mandato, as denúncias, críticas e reivindicações de melhorias na cidade continuavam a estampar as páginas do periódico. Qualquer problema era explorado à exaustão pelos articulistas. Até mesmo supostas irregularidades na venda de frutas na feira municipal eram questionadas. As críticas ao integralismo não diminuíram, as constantes ameaças de fechamento da legenda eram noticiadas com entusiasmo. Após a promulgação da Lei de Segurança Nacional e do fechamento da ANL, a legalidade do movimento integralista parecia constantemente ameaçada.

De acordo com o brasilianista Stanley Hilton, o governo federal mantinha relação harmoniosa com a AIB. O autor destaca o “silêncio discreto” de Getúlio Vargas em relação aos integralistas como indício da simpatia do presidente ao movimento. O elo que aproximava Vargas ao partido de Salgado era o anti-comunismo¹¹⁷. Hilton salienta que as perseguições aos integralistas partiram dos governos estaduais. De fato, as medidas proibitivas em relação ao uso da camisa verde e outras insígnias foram tomadas pelo governo catarinense, que seguia o exemplo de outros governadores. O autor acrescenta que nas semanas cruciais que antecederam o golpe de novembro de 1937, o governo federal e o partido integralista pareciam cada vez mais próximos¹¹⁸.

Enquanto Plínio Salgado colaborava com os planos de Vargas, os integralistas catarinenses sofriam restrições, principalmente em relação ao uso da camisa verde. O *A Notícia* dava como certo o fim do integralismo já em agosto de 1937. Naquele mês, o diário publicou informações sobre uma possível intervenção nas cidades governadas

¹¹⁶ A administração municipal e o prefeito Sr. Aristides Largura. *A Notícia*, 12 set. 1936, p. 1.

¹¹⁷ HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional. (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 40.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 45.

pela AIB¹¹⁹. As informações fragmentárias podem ter influenciado o desenvolvimento das atividades e criado receios entre os militantes integralistas, visto que as desfiliações aumentaram em grande proporção naquele período. As desfiliações não eram contestadas pelo jornal integralista que refutava, no entanto, as notícias sobre o fechamento do partido.

Quando o regime do Estado Novo foi decretado, bem como o fechamento dos partidos, câmaras e assembleias anunciados, as expectativas foram direcionadas para os rumos que os governos dos estados e municípios assumiriam a partir de então. Em Santa Catarina, o governador Nereu Ramos permaneceu na administração, tendo a função de indicar os novos prefeitos. Alguns prefeitos catarinenses renunciaram a seus cargos imediatamente após a decretação do regime varguista. Largura, no entanto, optou por permanecer em seu gabinete até ser exonerado, o que ocorreu em janeiro de 1938. Os quase dois meses de administração foram marcados pela pressão da imprensa adversária que exigia a renúncia do prefeito.

1.20 “Ao padre Alberto, o nosso Anauê”¹²⁰

A relação entre o partido integralista e o padre Alberto Kolb é curiosa. Desde 1935, isto é, desde a fundação da entidade, é possível encontrar referências ao padre e ao Círculo Operário no *Anauê*. No jornal, as notas encontradas continham mensagens sempre positivas, desejando sucesso em algum evento do Círculo ou felicitando o padre em datas comemorativas.

Em seu jornal, os integralistas saudavam o padre com o indefectível “anauê”. O que não significa que o reverendo fosse simpático ao credo do sigma. Tampouco revelava o contrário. O padre não escondia que primava em manter-se ao “lado da autoridade constituída”, de tal modo que não foram encontrados comentários públicos do padre em relação ao integralismo, todavia, suas anotações particulares revelaram críticas ao mandato de Largura.

A relação entre o padre e o prefeito integralista é objeto desta pesquisa por apresentar meandros instigantes, que convergem na

¹¹⁹ Teremos a intervenção. *A Notícia*, 27 ago. 1937, p. 1.

¹²⁰ Ao padre Alberto, o nosso anauê. *Anauê*, 13 jul. 1935, p. 4.

singular aliança dos dois líderes para a formação do *Partido Trabalhista Brasileiro* em Joinville, no ano de 1945. A fundação do Círculo Operário Católico de Joinville, em março de 1935, mereceu uma nota de destaque no *Anauê*. A publicação relatou a cerimônia em seus pormenores, citou as autoridades presentes, reproduzindo os discursos dos oradores de maneira sintetizada. O maior destaque da reportagem, porém, coube ao operário que conduziu as insígnias e a bandeira do movimento circulista para a benção: “envergava uma camisa verde”, pois, indubitavelmente, era um operário integralista¹²¹.

Em julho do mesmo ano, o jornal noticiava uma reunião do COJ com a presença de mais de cem sócios, na qual havia sido deliberado de forma unânime a proibição de qualquer associado em compor a *Aliança Nacional Libertadora*. A notícia foi encerrada com a felicitação aos operários católicos por “terem inscrito em seus corações com letras áureas: Deus, família e pátria”¹²².

Algumas questões se apresentam: o clima amistoso continuaria por muito tempo? Haveria espaço para duas entidades disputarem o mesmo público? As duas entidades – o partido integralista e o COJ – se mantinham financeiramente com a mensalidade pagas por seus associados, e sustentavam discursos e práticas semelhantes, baseadas em Deus, família, anticomunismo, com um aparato que incluía atividades para a família inteira.

A principal diferença entre ambas estava obviamente em suas essências: o integralismo se constituía enquanto partido político; o Círculo apresentava fins eminentemente associativos, ainda que não se possa estender a afirmação ao diretor da entidade, o reverendo Kolb. O padre negava veementemente em seus discursos e em seus diários que tivesse intenção de se candidatar a cargos eletivos, e sobre isso não nos interessa inferir, mas havia um incontestável interesse do padre em influir e participar ativamente das atividades políticas da cidade. Organizando comícios, atividades de campanha, participando de eventos partidários (independentemente do partido), o padre assumia um papel político ativo. Além disso, as solenidades do COJ eram ajustadas às agendas de políticos influentes, o padre incluía em seus sermões as disputas partidárias e talvez o mais importante: influenciava “seus” operários.

¹²¹ Conferência do reverendo padre Kolb. *Anauê*, 23 mar. 1935, p. 1.

¹²² Coluna Operária. *Anauê*, 6 jul. 1935, p. 4.

Com o jornal *A Notícia*, a relação do padre era mais próxima, chegando a assinar uma coluna religiosa dirigida aos operários. Antes da inauguração oficial da entidade, o jornal já fazia o convite aos trabalhadores para prestigiar o Círculo. Embora o padre costumasse repetir em seus sermões e entrevistas que não visava apenas o operário católico, mas todo o trabalhador fabril independentemente da religião era aos católicos que o jornal se dirigia em seus textos. Alguns dias antes da solenidade de inauguração do Círculo que, ainda sem sede, já contava com mais de cinquenta sócios, o padre Alberto Kolb publicou uma carta no jornal, na qual explanou sobre a importância das associações de auxílio mútuo. Abaixo do convite, foi publicado o “código do escoteiro”, que seria, mais tarde, um dos departamentos do Círculo Operário¹²³.

As atividades do Círculo Operário de Joinville, especialmente durante a gestão do padre Alberto Kolb, e as próprias atividades do padre serão estudadas no capítulo seguinte.

¹²³ Aos operários católicos! *A Notícia*, 14 mar. 1935, p. 7.

2 CÍRCULO OPERÁRIO CATÓLICO DE JOINVILLE

“*Res, non verba*”¹²⁴

2.1 Crise dos anos 1920

A década de 1920 é constantemente apresentada como um período que abrigou anos de crise e transformação política e econômica, tanto no contexto mundial, quanto no cenário nacional. A ascensão do autoritarismo na Europa, o sucesso da revolução comunista russa, o Movimento Tenentista, a fundação do Partido Comunista Brasileiro e a Semana de Arte Moderna de 1922 são exemplos de eventos que abalaram o mundo e o Brasil.

O surgimento de Estados autoritários ocorreu em um contexto em que se observava uma desconexão entre as propostas dos intelectuais liberais e a realidade da economia capitalista cada vez mais oligopolizada. Conforme observou Astor Diehl, a igreja católica através da análise da chamada “questão social”, ainda no final do século XIX, procurou demonstrar as falhas de ordem “moral” e de “competência” dos problemas decorridos da relação capital-trabalho¹²⁵. Para solucionar esse problema deveria ser criada uma nova ideologia que se adaptasse à realidade do capitalismo. A posição da igreja frente à “questão social” foi assinalada na encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII, em 1891. Em 1931, a encíclica *Quadragesimo Anno* ratificou algumas daquelas posições. De acordo com Astor Diehl, a *Rerum Novarum* sistematizou as críticas da igreja frente ao modelo liberal:

[...] por permitir que se criassem esferas sociais pauperizadas, pontos favoráveis á eclosão e desenvolvimento da “revolução proletária”. Portanto, ante a ineficácia do Estado a igreja toma a si a pauta de motivar o Estado para que ele assumisse a tarefa de solucionar o problema social, toma posições definidas como forma de não ficar marginalizado do processo histórico. Porém, a ausência do Estado e a crescente proliferação da organização socialista, traduz na

¹²⁴ *Res non verba*, isto é: fatos, não palavras. Foi a expressão mais usada por padre Kolb para justificar suas ações, especialmente nos momentos de crise.

¹²⁵ DIEHL, Astor Antonio. *Os círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932 – 1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990, p. 10.

igreja a responsabilidade de *educar* a elite capitalista e *promover* a organização operária dentro de uma perspectiva mutualista, assistencialista e corporativa¹²⁶.

Nessa concepção, o liberalismo teria deixado a sociedade desamparada para resolver seus problemas, ao mesmo tempo em que permitiu à igreja abertura para a sua atuação. Conforme Diehl, a igreja católica lançou um projeto “cristianizador para o capitalismo”, através da orientação de associações, partidos e sindicatos.

No Brasil, foi a partir da década de 1920 que ocorreu de forma intensa o processo de urbanização e industrialização da sociedade e a consequente mobilização de grupos sociais até então excluídos do poder. Nesse contexto, o clero brasileiro desenvolveu a chamada eclesiologia do Corpo Místico de Cristo através da “Ação Católica”, que foi a expressão do catolicismo nacional nesse período.

Alceu Amoroso Lima, presidente da Liga Eleitoral Católica (LEC) que trabalhou para desvincular a igreja católica dos partidos, dizia que à igreja competiria “os destinos espirituais e metafísicos do povo brasileiro”¹²⁷. Entre os anos de 1932 e 1934, Alceu Amoroso Lima discutiu a questão social e a plataforma dos candidatos na Constituinte. Seria nesse sentido que os grupos católicos poderiam intervir na política. De acordo com Damião Duque de Farias:

Nesse sentido podemos afirmar que a eclesiologia do Corpo Místico, ao se representar em um movimento religioso essencialmente espiritualista, provocou nos fiéis um efeito de desconhecimento ou alienação em relação às articulações entre o “campo religioso” e o poder político propriamente dito, assim como das relações de classe que estruturavam este poder, relações de dominação e exploração¹²⁸.

O desenvolvimento da “Ação Católica Brasileira” esteve sob liderança de Dom Sebastião Leme. O objetivo da entidade era “moralizar as instituições sociais e culturais”. Para tanto, a estratégia

¹²⁶ Ibid., p. 18.

¹²⁷ FARIAS, Damião Duque. *Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930 – 1945)*. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 147.

¹²⁸ Ibid., p. 147.

seria ocupar todos os espaços políticos, educacionais e de organização operária possíveis. A presença operária no cenário político nacional chamou a atenção dos intelectuais católicos para melhor articular o controle desses novos personagens. Diante do sucesso da revolução bolchevique na Rússia e a propagação de partidos comunistas pelo mundo, a igreja reagiu elegendo os comunistas como seus principais inimigos, reconhecendo-os, inclusive, onde efetivamente não existiam.

A igreja estabeleceu, dessa forma, sua oposição não apenas contra o liberalismo, mas, contra o comunismo, sobretudo a partir da década de 1930. De acordo com o pensamento conservador católico, os modelos socialistas e comunistas seriam frutos dos erros do liberalismo. Nos textos de intelectuais católicos do período, como Tristão de Ataíde, por exemplo, são encontradas definições consideradas amplas sobre o que é ser comunista, reconhecendo como tal qualquer movimentação que não fosse nacional cristã¹²⁹. De acordo com Marilena Chauí: “não há precisão no termo, todos os subversivos são comunistas”¹³⁰.

Na década de 1930, a reaproximação entre Estado e igreja católica se concretizou. O historiador Damião Duque de Farias identificou convergências entre o pensamento dos intelectuais católicos e os intelectuais que serviam ao governo. Os dois grupos reconheceram o fracasso do modelo liberal e elegeram o comunismo como a maior ameaça a ser enfrentada e extirpada. Os intelectuais responsáveis pelo desenvolvimento do pensamento conservador brasileiro estavam reunidos em torno da revista *A Ordem*” e no *Centro Dom Vital*, duas instituições criadas naquela década para fomentar o movimento da chamada restauração católica. Esse movimento, que havia sido iniciado no Vaticano, teve como um dos principais responsáveis no Brasil, o cardeal Dom Sebastião Leme. No desenvolvimento das ideias desse movimento, destacam-se os nomes de Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima.

¹²⁹ Ibid., p. 34.

¹³⁰ CHAUI, op. cit., 1978a.

2.2 Origem do movimento circulista

O projeto conservador católico brasileiro seguiu cuidadosamente os princípios da encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 1891, pelo papa Leão XIII. No entanto, de acordo com Damiano Duque de Farias, a encíclica não teve aplicação imediata no Brasil, ficando praticamente esquecida¹³¹. A razão para o temporário abandono deve-se, entre outros fatores, ao afastamento entre igreja católica e Estado brasileiro desde a Proclamação da República. Além disso, a hierarquia católica brasileira passava por uma fase de mudanças institucionais propriamente religiosas, o que absorveu esforços, impedindo um trabalho específico em relação à questão social.

Outro motivo sugerido pelo autor para explicar a demora na aplicação da encíclica seria a rudimentar industrialização, associada ao incipiente desenvolvimento urbano brasileiro na ocasião de sua publicação. Desse modo, a igreja passou a se preocupar mais efetivamente em interferir na condição operária, quando essa passou a dar sinais de crescimento numérico e de maior autonomia. Uma das primeiras experiências por parte da igreja católica de intervenção institucional na organização dos operários foi através da tentativa de criação de uma rede de sindicatos católicos. Esse projeto, no entanto, não se concretizou, pois apesar de aprovado na Constituinte de 1934, o princípio da pluralidade sindical não foi colocado em prática.

Como demonstrou a pesquisa de Damiano de Farias, embora a igreja católica se posicionasse contra a instauração do sindicato único, isso não significava uma posição doutrinária. Segundo o autor, havia espaço para negociação. Setores da hierarquia católica afirmavam que diante de um “Estado Forte” e da “Organização Social Corporativa” não se posicionariam contra esse modelo de sindicalismo, apesar de impedirem as pretensões de criação do sindicalismo católico¹³². Mesmo porque o impedimento do pluralismo sindical atrapalhava principalmente os setores à esquerda do movimento operário.

Diante do impedimento na implantação dos sindicatos católicos, uma das soluções encontradas para a inserção no meio operário veio do Rio Grande do Sul. Naquele estado, o padre Leopoldo Brentano e o arcebispo D. João Becker desenvolveram o modelo dos

¹³¹ FARIAS, op. cit., 1998, p. 184.

¹³² Ibid., p. 188, nota 3.

Círculos Operários. A primeira entidade circulista foi criada em Pelotas, em 1932, e no ano seguinte já era reconhecida pelo Governo Provisório como sendo entidade de “utilidade pública”. Naquele ano, o Círculo Operário Católico de Pelotas já contava com 3.000 sócios e 10 sindicatos filiados e reconhecidos pelo Ministério do Trabalho¹³³. Em 1935, o Círculo de Pelotas registrava o número de 10.000 associados. Além de Pelotas, foram instalados Círculos em várias cidades do interior e também na capital gaúcha, onde rivalizavam com entidades de orientação esquerdista, como a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS).

Após quatro anos da criação do primeiro Círculo, havia sido formada uma federação e realizado um congresso para discutir os rumos da entidade e de sua difusão para outros estados. A pesquisa de Damião de Farias revelou que o padre Brentano reconhecia que a escolha do local de instalação dos Círculos era decidida de modo que se pudesse competir em influência com os sindicatos de tendências socialistas ou anarquistas. O padre descreveu em entrevista ao jornal *O Legendário*, como no caso da capital gaúcha conseguiu superar a Federação Operária:

Sentimos a necessidade da organização circulista na Capital. Fomos chamados para lá, tendo iniciado o movimento em janeiro de 1934. Os comunistas dominavam o operariado pela Federação Operária e seu semanário marxista. Organizamos os Núcleos Circulistas nos bairros e os Círculos Operários no interior solapando assim o prestígio da Federação. A luta levou quase 2 anos. Resultado: foi fechada a federação e o jornal, tendo os Círculos Operários fundado, em fins de 1935, a Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul. Operou-se grande metamorfose no ambiente operário. Fundamos muitos sindicatos. A Inspetoria do Trabalho nos favoreceu o trabalho¹³⁴.

A entidade católica soube aproveitar o momento de crise pelo qual a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) passava, devido à forte repressão policial que seus movimentos grevistas sofriam.

¹³³ DIEHL, op. cit., 1990, p. 57.

¹³⁴ FARIAS, op. cit., 1998, p. 190.

Aliado a isso, os decretos do Ministério do Trabalho em relação à sindicalização abreviavam as possibilidades de atuação entre o operariado. Após a decretação da Lei de Sindicalização, em 1931, a FORGS precisou se reorganizar para continuar existindo. Isso levou, entre outros problemas, à disputa entre as lideranças da entidade, e, conseqüentemente, ao seu enfraquecimento.

O resultado dessa situação, de acordo com Astor Antônio Diehl, foi o amortecimento gradativo da FORGS, contrastando com o rápido fortalecimento do movimento circulista. A FORGS alinhou seu programa ao do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e chegou a indicar candidatos para as eleições de 1934. Porém, a série de greves deflagradas levou ao fechamento da Federação. Essa experiência demonstrou que os Círculos cumpriam a disposição da igreja católica de perseguição a qualquer organização operária que apontasse tendências à esquerda ou anarquistas. Ao afirmar que a Inspetoria do Trabalho “favoreceu o trabalho”, padre Brentano também evidenciou que a aproximação da instituição católica junto ao Estado estava se concretizando em forma de favorecimentos.

A instalação do Círculo na capital gaúcha foi realizada com planejamento e estudo da realidade social, como demonstrou o trabalho de Astor A. Diehl. Além de se beneficiar da crise pela qual a FORGS passava, ao ser convidado pelo arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, e pelo presidente da Ação Católica, Frederico Dahne, padre Brentano elaborou uma espécie de “plano de ação”, que contava com uma detalhada exposição dos fins e objetivos da criação dos Círculos, além de cronograma de instalação dos núcleos circulistas nos bairros de Porto Alegre.

Diferentemente da experiência em Pelotas, no caso da capital gaúcha, o padre decidiu criar, ao invés de um Círculo Operário, diversos núcleos espalhados pelos bairros. Seu objetivo com esse plano era lotear os principais bairros e vilas operárias e, assim, “criar um cerco circulista”, anulando a organização de comunistas e anarquistas entre a classe trabalhadora. Em 1934, foram instalados cinco núcleos e no ano seguinte mais dez. Esses números extrapolaram o plano inicial do padre, o que evidencia o sucesso de sua obra. Vinte anos após a instalação do primeiro núcleo, a cidade já contava com trinta e sete entidades espalhadas por seus bairros¹³⁵.

¹³⁵ DIEHL, op. cit., 1990, p. 65.

2.3 Círculo Operário Católico de Joinville (COJ)

De acordo com Jessie Jane Vieira de Souza, o movimento circulista seguia uma espécie de metodologia para a instalação de novos círculos. Por meio dessa metodologia, a comunidade escolhida era analisada, seus problemas observados, a existência de associações ou sindicatos, a presença de líderes, o ambiente religioso, político, cultural e sócio-profissional era investigado¹³⁶. Somente após a análise desses dados o Círculo era instalado com um discurso apropriado à região. Descrição semelhante a esse procedimento é encontrada também nos trabalhos de Damião Duque de Farias e de Astor Antônio Diehl, conforme mencionado anteriormente. No entanto, a explicação para o surgimento do primeiro Círculo Operário em Santa Catarina, instalado em Joinville em 1935, difere do padrão sugerido por esses autores.

Os registros sobre a criação do Círculo Operário de Joinville (COJ) foram retirados dos cadernos de anotações do seu padre fundador, de suas atas e de jornais publicados na cidade. O padre fundador, Alberto Kolb, mantinha um conjunto de cadernos, nos quais registrava suas memórias. Os cadernos intitulados *Reminiscências para a história do Círculo* não se tratavam de diários, pois as anotações eram feitas algumas vezes anos depois de ocorrido o evento narrado. A apresentação desses eventos também não se dava necessariamente em ordem cronológica, apesar de alguns textos estarem datados. Ao que tudo indica, o padre reuniu anotações antigas e as reescreveu naqueles cadernos. Seu objetivo parecia ser precisamente o que sugere o título dos cadernos: deixar sua versão sobre os fatos que envolvessem seu nome e sua obra.

Em as *Reminiscências*, além dos textos em que escreveu sua versão da história do Círculo, o padre também registrou alguns de seus discursos e cartas direcionadas a personalidades públicas colaboradoras do seu trabalho. Pode-se notar como uma característica do seu estilo de escrita, o recurso sempre utilizado de voltar às origens de sua chegada a Joinville. Desse modo, a despeito do assunto encaminhado na carta ou no discurso, o padre primeiramente recordava o início do seu trabalho com a classe operária, a origem modesta de seus projetos, as desconfianças que sofreu e, por fim, demonstrava a gratidão aos que o

¹³⁶ SOUZA, Jessie Jane de Vieira. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002, p. 223-224.

ajudaram. Somente após essa introdução, ele encaminhava o tema principal.

Seguindo essa espécie de roteiro ao se dirigir a destinatários particulares em suas cartas ou a um determinado público em seus discursos, o padre mostrava sua trajetória de sucesso, ao mesmo tempo em que projetava sua condição de liderança da classe trabalhadora na cidade. Esse mesmo estilo de discurso era empregado em entrevistas aos jornais. Em sua fala de inauguração do Círculo Operário, em março de 1935, padre Kolb assim se expressou:

Da humilde conversa em particular, da obscuridade de minhas palavras em público, da modéstia dos meus escritos pelos jornais, enfim, da boa vontade e da reta intenção, nasceu, cresceu e enflorou esta árvore frondosa da hodierna solenidade de fundação e instalação oficial nesta cidade do Círculo Operário Católico. O fim único que tive em mira é fazer algum bem a esta classe bem querida por meu coração de sacerdote¹³⁷.

O cuidado de padre Kolb em registrar a memória de sua entidade se revela ainda em outro conjunto de cadernos, intitulado de *Histórico do Círculo através da Imprensa*. Além de recortes de jornais em que o Círculo ou o padre foi notícia, nesses cadernos também estão coladas algumas correspondências trocadas com personalidades políticas, como Getúlio Vargas, Nereu Ramos e Filinto Müller.

Conforme seus relatos, o padre se transferiu para Joinville, em 1933, com o desígnio de assumir o cargo de secretário do bispado. No entanto, devido a “rivalidades clericais” [sic], de acordo com suas palavras, acabou não assumindo a função¹³⁸. Optou por permanecer no município, sem trabalho e sem posição na igreja. Ainda conforme relato do padre, acabou criando um grupo de escoteiros para “preencher o tempo” ocioso. Em 1934, viajou a Europa, de onde voltou no ano seguinte.

Após o retorno do jovem padre, o bispo da cidade teria então o estimulado se dedicar à causa operária. Em virtude disso, padre Kolb iniciou um trabalho de aproximação com essa classe, visitando os sindicatos, escrevendo artigos nos jornais, enfim, conhecendo a

¹³⁷ KOLB, Alberto. *Reminiscências para a história do Círculo*. Caderno 2, p. 1.

¹³⁸ KOLB, Alberto. *Reminiscências para a história do Círculo*. Caderno 3, p. 41.

realidade dos trabalhadores das fábricas de Joinville. Kolb também teria se sentido estimulado pelo sucesso do movimento circulista gaúcho. Apesar de afirmar em suas anotações que o início de seu trabalho junto a classe operária fosse resultado de estímulo do bispo, em entrevistas Kolb também declarou que decidiu por “iniciativa própria” fundar, em 1935, o Círculo Operário Católico de Joinville (COJ), que correspondeu à primeira entidade circulista de Santa Catarina.

Não foi encontrado nenhum outro registro que contenha versão diferente acerca das motivações para a instalação dessa entidade em Joinville, mesmo porque as pesquisas que mencionam o COJ recorrem à mesma fonte, quais sejam, os registros do padre¹³⁹. Os próprios jornais do período contam a versão apresentada por Kolb. No livro intitulado *Creche Conde Modesto Leal: o legado social do padre Alberto Kolb*, de Carmen Silva Meyer Miranda, a autora destacou que Kolb não “sentiu receptividade entre seus pares e na própria comunidade”, e que não assumiu o cargo de secretário do bispado por “dissidências dentro do clero local”¹⁴⁰.

Não se sabe ao certo qual o motivo que impediu o padre de assumir o trabalho no bispado. Cabe, no entanto, destacar que, apesar de ter encontrado dificuldades, decidiu permanecer na cidade. Carmen S. M. Miranda destacou as virtudes pessoais de Alberto Kolb como explicação para a reversão da situação adversa que inicialmente o padre encontrou em Joinville. A autora observou que foi “inteirando-se da situação social caótica dos trabalhadores, ao ouvir os reclames de suas necessidades, anseios e sonhos, resolveu arregaçar as mangas iniciou a sua jornada social [...]”¹⁴¹. No entanto, parece mais plausível conjecturar que Kolb tenha vislumbrado em Joinville espaço para a atuação da obra social católica voltada para a classe operária, segmento relativamente novo no Brasil e que já mostrava resultados positivos nas experiências gaúchas.

Alberto Kolb nasceu em 1898, na Alsacia-Lorena, então parte da Alemanha. Aos dez anos de idade mudou-se para o Brasil. Foi ordenado sacerdote no estado de Minas Gerais, e antes de fixar residência em Joinville morou nos estados de Goiás e Bahia. Kolb

¹³⁹ As pesquisas as quais me refiro são: SOUZA, Giane Maria de. *Cidade onde se trabalha: a propagação ideológica do autoritarismo estadonovista em Joinville*. Itajaí: Editora Maria do Cais, 2008.

MIRANDA, op. cit., 2006.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 19.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 21.

morreu prematuramente em 1948, e é possível que tenha gerado em torno de sua vida pública mais polêmicas do que a decorrente da atuação da entidade que fundou em Joinville. Seu falecimento ocorreu no mesmo período no qual se verificou uma fase de enfraquecimento do movimento circulista nacional, coincidindo, portanto, com a redução do prestígio da entidade que fundou.

Durante o período em que esteve à frente do COJ, entre 1933 e 1948, nenhum outro nome, fosse da igreja ou pertencesse à diretoria leiga da entidade, se destacou mais do que o de Alberto Kolb. O pároco respondia por todas as ações do Círculo, assumindo a responsabilidade e autoria delas. Representando o Círculo, esteve presente nos principais acontecimentos da cidade. Novos prefeitos eram eleitos, depostos ou indicados e o padre permanecia nas páginas dos jornais, tendo inclusive uma coluna religiosa no jornal *A Notícia*.

É possível analisar o impacto e o alcance de uma entidade como o Círculo Operário por meio do número de associados, dos serviços de assistência prestados aos sócios e também através da interferência nas esferas política e social da cidade na qual está inserida. Na bibliografia a respeito da experiência circulista gaúcha ficou evidente o alcance social da obra devido ao número elevado de sócios e do consequente esvaziamento de movimentos “concorrentes”. O nome do padre Brentano é destacado, evidentemente, por ser o idealizador e articulador dos círculos gaúchos. A figura do Assistente Eclesiástico nomeado pela hierarquia da igreja era o elemento fundamental na estrutura circulista. Ele poderia se integrar como qualquer membro da diretoria, contudo, possuía autoridade para orientar os Círculos em assuntos doutrinários, de fé e de moral. Conforme o estatuto circulista, o Assistente Eclesiástico possuía direito a veto nas decisões das assembleias. Como dirigente principal dos Círculos, era ele quem conduzia a ação católica entre o operariado e na sua relação com os patrões e o Estado¹⁴².

Como Assistente Eclesiástico do Círculo e ocupando o cargo de diretor, a experiência de Alberto Kolb em Joinville se destacou em função da singular interferência que o padre acabou exercendo na política do município: um padre que ao chegar à cidade não assumiu o cargo a que estava incumbido edificou em pouco tempo uma entidade de grande sucesso material. Também conquistou um papel de evidência e poder de influência nas disputas políticas da cidade. Na tentativa de entender essa mudança atípica de condição, a autora Carmen Meyer

¹⁴² FARIAS, op. cit., 1998, p. 193.

Miranda enfatizou as qualidades pessoais do padre, como capacidade de percepção da realidade da cidade, perspicácia e altruísmo, apesar das dificuldades que “inimigos invejosos” impunham. Mas a análise a partir dos predicados pessoais do padre não é suficiente para entender suas atividades.

Em relação ao número de associados, não foram encontrados dados precisos que permitam análise mais aprofundada, uma vez que até mesmo as anotações do padre indicavam oscilações. Em 1938, Kolb declarou ao jornal *A Notícia* que a entidade teria “aproximadamente 1.000 sócios”, mas em uma carta enviada ao interventor Nereu Ramos, em 1940, o padre afirmava que o Círculo contava com “510 sócios efetivos, em dia com a mensalidade”. O *Boletim do Círculo Operário de Joinville*, jornal mensal da entidade, teve tiragem de 1.000 exemplares no ano de 1938, o que leva a supor que, provavelmente, o Círculo possuía aproximadamente 1.000 associados. É interessante observar que entre as décadas de 1930 e 1940 a população de Joinville girava em torno de 40 mil habitantes. Os jornais do período apontavam para uma população operária de aproximadamente 5 mil pessoas na cidade. Evidentemente esses números não são irrefutáveis, contudo, podem ajudar na estimativa quanto à intervenção do Círculo na cidade.

Em 1940, a diretoria empenhou-se na promoção de campanhas para que o número de sócios chegasse a 1.000. O padre se comprometeu a contratar para o Círculo os serviços de médico, parteira e advogado, quando esse número fosse alcançado¹⁴³. Portanto, não é possível afirmar o número exato de associados, mas pode-se inferir que durante as décadas de 1930 e 1940, a quantidade de sócios girava em torno de aproximadamente 1.000 operários.

Como se poderá observar, em virtude de sua grande rede de sociabilidade, o padre construiu em pouco tempo um patrimônio respeitável para o Círculo. Resta a dúvida se a obra, a despeito da figura popular do padre, conseguiu interferir nas relações sociais, políticas e econômicas da cidade de outras formas. Nos cadernos também podem ser encontrados discursos proferidos e relatos sobre a obtenção de recursos para o COJ. As anotações do padre Kolb dificilmente se referiam ao dia a dia do Círculo e das empresas das quais os operários procediam ou regiões onde moravam¹⁴⁴.

¹⁴³ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, mai. 1940.

¹⁴⁴ As atas de reuniões desse período não haviam sido encontradas no COJ quando foi realizada a pesquisa. É possível que esses documentos tragam informações desse tipo.

Era sob o alicerce do assistencialismo que estava centrada a ação dos Círculos em todo o país. Jessie Jane de Souza sublinhou que o assistencialismo era fundamental para criar um “ambiente de harmonia social”, alcançando o indivíduo e “destituindo-o de todo o conteúdo de classe”.¹⁴⁵ Nessa mesma linha, Adriano Luiz Duarte compreende o assistencialismo como um instrumento usado na tentativa de se contrapor a “solidariedade de classe”, não a negando propriamente, mas substituindo-a pela “solidariedade cristã”, o que não destitui o trabalhador de sua identidade enquanto classe¹⁴⁶. A autora Carmen Miranda, rejeitou considerar as ações do COJ como assistencialistas. De acordo com a pesquisadora, a denominação adequada seria de “políticas de atendimentos básicos”. O argumento para tal designação seria o da omissão do Estado e da sociedade diante das necessidades dos trabalhadores e o fato de as ações do COJ não terem incluído todo o contingente de pessoas carentes de Joinville.

Evidentemente, as ações do COJ não alcançaram todo o contingente de pessoas carentes, embora nas anotações do padre tenha sido possível perceber a pretensão de estender seu trabalho para além da classe operária. Além disso, os registros em atas evidenciam que foi através das ofertas e promessas de serviços que o COJ atraiu associados, e não por um compromisso de “consciência de classe”. É possível que ao rejeitar a questão assistencialista, a autora estivesse preocupada em não despolitizar a obra de padre Kolb. Contudo, os demais autores consultados consideram a prática do assistencialismo uma das principais características do projeto circulista. Damião Duque de Farias observou que a ação circulista agiu justamente nos espaços vazios deixados pelo Estado, quando esse não conseguia garantir investimentos em políticas públicas para suprir as necessidades da população. Ainda de acordo com o autor, se foi nas brechas geradas pelo rápido crescimento urbano que o circulismo garantiu sua ascensão repentina, esse foi também responsável por seu declínio, pois à medida que o Estado aumentou os serviços de assistência social nas áreas de saúde, lazer, educação e seguridade social, a ação circulista perdeu seu espaço¹⁴⁷.

Para garantir um trabalho que alcançasse o operariado em suas principais necessidades, o movimento circulista atuava, de modo geral,

¹⁴⁵ SOUZA, op. cit., 2002, p. 227.

¹⁴⁶ DUARTE, A. L. *Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Campinas, 2002, 265 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, p. 141-142.

¹⁴⁷ FARIAS, op. cit., 1998, p. 209-211.

em quatro frentes instituídas no “Manual do Círculo Operário”: 1) cooperativismo, que se dividia em cooperativas de produção, crédito e consumo; 2) ensino e educação, dividido em jardim de infância, escola primária, escola elementar, escola de aprendizes, escola de artes e ofícios, cursos noturnos de alfabetização, formação social e moral, juventude operária, imprensa e propaganda; 3) beneficência e defesa, que tratava de bonificações, pecúlios, vilas operárias, abono familiar, caixa de caridade, organização profissional, assistência moral e jurídica e tribunal de arbitragem; e 4) saúde e lazer, visando garantir assistência médica, dentária, farmacêutica, centro sanitário, hospital, creche, colônia de férias, desporto e praias de banho¹⁴⁸. Conforme se expõe adiante, o COJ priorizou em sua estrutura esses quatro pontos e conseguiu atingir os objetivos propostos em quase sua totalidade.

2.4 Estrutura e setores do COJ

No setor educacional, a “Creche Conde Modesto Leal” foi idealizada por Kolb para fazer parte do corpo social do Círculo, atendendo a crianças órfãs e filhos de operários em período integral, mas acabou tomando dimensões maiores do que o próprio círculo. O cotidiano do Círculo incluía a realização de excursões de lancha à ilha de São Francisco do Sul nos finais de semana, as quais eram patrocinadas por empresas, a prestação de assistência médica gratuita aos associados na sede circulista, a distribuição dos jornais da entidade, o auxílio funerário, o oferecimento de cursos noturnos de alfabetização, aulas de corte e costura, grupo de escoteiros, juventude operária, orquestra de operários, jogos de futebol, bar operário com rádio, sapataria e alfaiataria.

Além das atividades exclusivas do Círculo Operário, sua sede social, composta por diversos pavilhões, mantinha também atividades procedentes de outras instituições. Em 1944, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) alugou uma das salas do COJ para abrir uma escola de alfabetização¹⁴⁹. No mesmo ano, o Instituto Nacional do Pinho instalou outra escola com a finalidade de formar profissionais classificadores de madeira. As sedes de alguns sindicatos

¹⁴⁸ Ibid., p. 193.

¹⁴⁹ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, 24 mai. 1947, p. 195.

também estavam localizadas nas dependências circunistas, além de outras salas terem sido disponibilizadas para o aluguel de escritórios particulares.

Ainda que estivessem ocupados por sindicatos, os salões circunistas recebiam grande procura de grêmios ou associações da cidade para a realização de eventos. Nesses casos, era a diretoria do Círculo que decidia sobre a locação, ou não, dos espaços¹⁵⁰. Embora existisse disponibilidade, havia uma série de restrições impostas, ao menos durante o período de maior êxito do Círculo. Os salões eram procurados por entidades que muitas vezes não possuíam sede própria, contudo, evitava-se alugar para o fim de realização de bailes abertos ao público que visassem à cobrança de ingressos. Muitas vezes, a venda de bebidas também era limitada. Com isso, o padre procurava evitar desordens nas dependências de “sua” entidade. Esse pode ser considerado um dos traços da condução de Kolb frente ao Círculo, pois se tratava de um encaminhamento pessoal do padre¹⁵¹. O salão principal também era palco de espetáculos teatrais promovidos por grupos de fora da cidade. Essas apresentações não mantinham relação com as atividades regulares do Círculo, portanto, não eram direcionadas aos associados¹⁵².

Os jovens tinham a possibilidade de integrar a “Juventude Operária”, também chamada de “Seção Juvenil do Círculo Operário”¹⁵³. Não há informações precisas quanto ao número de participantes dessa seção, embora, em 1941, tenha sido registrada em ata a necessidade de compra de uniformes para a juventude, que contava com 75 rapazes inscritos. As reuniões aconteciam uma vez por semana e tinham por objetivo organizar passeios a empresas de Joinville e de outras cidades, oferecer palestras sobre temas profissionais e comportamentais, aulas de ginástica, esportes e jogos. Exigia-se o uso de uniforme, composto por calça da cor cáqui com listas azul-escuro e camisa azul.¹⁵⁴ Embora não tenham sido encontradas muitas informações sobre as atividades da juventude, pode-se inferir que o grupo de jovens exerceu importante representatividade dentro do Círculo. A Juventude não dispunha de uma sala dentro da sede como os demais grupos, mas possuía um imóvel independente, localizado ao lado do COJ. Um panfleto encontrado em meio à documentação circunista divulgava uma atividade da juventude.

¹⁵⁰ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, 25 abr. 1945, p. 228.

¹⁵¹ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, 9 ago. 1945, p. 235.

¹⁵² *Ata do Círculo Operário de Joinville*, 17 mai. 1945, p. 229.

¹⁵³ Em anexo, confira a Imagem 2.

¹⁵⁴ Juventude Operária. *Boletim do Círculo Operário de Joinville*, mai. 1938, p. 1.

Sem data, o folheto foi impresso para publicar a programação do “Festival dos Operários”, organizado pela juventude para receber o padre no retorno de uma viagem. O programa incluía vinte e três atividades, entre elas, apresentação da orquestra, declamações de poesias, peça teatral e outras apresentações artísticas¹⁵⁵. O panfleto trazia ainda uma nota alertando que apenas sócios e suas famílias poderiam comparecer ao evento.

Cada pavilhão construído foi batizado com o nome de um benfeitor. No caso do imóvel destinado à juventude operária, o escolhido foi Filinto Müller. O militar foi citado em diferentes momentos nos livros de atas do Círculo e nas anotações do padre. Em 1939, o padre começou a organização de uma festa em sua homenagem. Na ocasião, Kolb fez críticas à falta de empenho dos circunistas e citou a igreja luterana como exemplo de organização a ser seguido. No ano seguinte, a festa ainda estava em fase de idealização, e para sua realização os próprios associados deveriam colaborar com doações financeiras ou de mantimentos.

Na mesma reunião, um retiro também foi planejado. O padre requisitou que cada circunista levasse ao menos mais um participante para o passeio. Passeios de lancha nas cidades vizinhas durante os fins de semana foram o tipo de atividade de lazer mais comum realizada pelo Círculo. Uma das maiores cobranças de Kolb era justamente a fraca presença dos associados às reuniões e assembleias, o que dificultava o andamento de atividades e a realização de festas, como aquela em homenagem a Filinto Müller.

Em 1940, Müller foi homenageado na creche do Círculo. Após a morte do conde João Leopoldo Modesto Leal, “presidente de honra” da instituição, coube ao COJ indicar um substituto para o cargo. Em ata ficou registrada a sugestão do padre: “entre os maiores amigos e benfeitores, o nome do capitão Filinto Müller, lembrando aos associados o que fez e o que tem feito ao COJ, considerando o seu diretor um leal amigo”. Imediatamente os circunistas aprovaram, aclamando-o presidente de honra da creche¹⁵⁶. De fato, o padre homenageou, batizando os pavilhões do Círculo e outras deferências públicas, apenas pessoas que contribuíram para seus projetos de forma intensa, financeira ou politicamente. No caso do conde João Leopoldo

¹⁵⁵ Festival dos operários. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 1.

¹⁵⁶ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, jan. 1940, p. 57, 59, 60.

Modesto Leal, além de “presidente de honra perpétuo”, seu nome também batizou a creche. O conde e sua esposa mantinham residência no Rio de Janeiro, apesar disso, o casal foi o maior doador para a construção do prédio da creche.

No ano de 1944, em ocasião à comemoração de nove anos de fundação do COJ, o padre planejou outra festa contando com a presença de Filinto Müller, que naquele momento ocupava o cargo de presidente do “Conselho Nacional do Trabalho”, e José Segadas Vianna, diretor geral do “Departamento Nacional do Trabalho”. Kolb se mantinha empenhado no intuito de levar integrantes do governo federal a Joinville e explicava aos demais associados à importância desse gesto. Naquela ocasião, os diretores de sindicatos da cidade foram convidados a participar da reunião com o objetivo de reforçar o convite às personalidades. Um requintado jantar em homenagem a Müller de fato ocorreu. Fotos identificadas como sendo do jantar foram encontradas no arquivo do Círculo, no entanto, não foi possível saber se o homenageado esteve no evento, ou se enviou um representante¹⁵⁷.

Em suas anotações, padre Kolb se referiu a Filinto Müller como “amigo”, mas não é possível assegurar a medida de intimidade que a expressão denota, uma vez que o padre poderia considerá-lo amigo em virtude de suas contribuições financeiras e apoio político às suas obras. Não se pode descartar, porém, a possibilidade de um contato mais próximo entre os dois, pois as viagens de Kolb ao Rio de Janeiro foram constantes e muitas vezes se estendiam por meses.

A autora Carmen Silva M. Miranda mencionou em seu trabalho que ao viajar constantemente para a capital federal, o sacerdote esteve “à mercê de fofocas”. De acordo com a pesquisadora: “foi nesta época que surgiram as primeiras tentativas da rede de intrigas e, para tanto, seus autores usavam os próprios beneficiados pela obra de Kolb”¹⁵⁸. A suposta “rede de intrigas” referida pela autora foi mencionada nos registros de Kolb, que se considerava vítima de acusações “injustas e caluniosas”. Contudo, o padre não tinha por hábito revelar os nomes de quem o caluniava, nem mesmo ser preciso quanto ao conteúdo exato de tais acusações. Frequentemente, esses registros eram feitos em tons lamuriosos e com raros exemplos concretos.

¹⁵⁷ Em anexo, confira a Imagem 3.

¹⁵⁸ MIRANDA, op. cit., 2006, p. 46.

2.5 Padre *outsider*?

A palavra “vítima” para se referir a Alberto Kolb apareceu em diferentes momentos no trabalho de Carmen S. M. Miranda, que justificou as inimizades e desafetos conquistados pelo padre como fruto de “intrigas e fofocas circulantes”¹⁵⁹. Para legitimar seu ponto de vista, a autora utilizou a ideia de *Os estabelecidos e os outsiders*, dos autores Norbert Elias e John L. Scotson. Apesar de não se aprofundar nessa questão, a pesquisadora identificou no padre um *outsider*, ou seja, a figura do padre forasteiro que movimentou a cidade com suas “inovadoras ideias”, mas que não conseguiu se integrar àquela sociedade.

A referência ao trabalho de Norbert Elias e John Scotson para justificar essa hipótese parece a princípio adequada, contudo, ela não é auto-explicativa como sugere a autora. A despeito das inimizades que conquistou, como é possível observar não apenas nas lamentações encontradas em seus registros, mas também nos conflitos nutridos com diferentes personagens da cidade, não é razoável reconhecer em Alberto Kolb um *outsider*, no sentido empregado por Norbert Elias. Ao contrário, embora não tenha ficado claro o motivo que o impediu de assumir o cargo a que estava designado no bispado, razão pela qual se mudou para Joinville, Kolb reverteu a posição de “padre forasteiro” com certa agilidade. Da condição de “desempregado”, como ele mesmo registrou em suas anotações, tornou-se em pouco tempo inequívoca liderança política e social da cidade.

Como é possível observar ao longo deste trabalho, Kolb se aliou a diferentes grupos políticos, que muitas vezes eram inimigos entre si. Por vezes, ele não conseguiu o imediato apoio de determinadas lideranças, e, em alguns momentos, enfrentou acirradas disputas, como foi o caso envolvendo os partidários da Ação Integralista Brasileira (AIB). Nesse sentido, são justamente as redes de sociabilidade construídas pelo padre e até mesmo as querelas em que esteve envolvido que não permitem identificar na figura de Kolb o *outsider* de Norbert Elias. Tampouco a condição de vítima na qual ele insistia em se classificar descreve adequadamente sua trajetória. Ele era, antes, um personagem que soube se utilizar do conjunto dessas situações para, em pouco tempo, se tornar uma figura decisiva em Joinville.

¹⁵⁹ Ibid., p. 49.

Em *Os estabelecidos e os outsiders*, os autores investigaram o dia a dia de um pequeno povoado inglês, ao qual foi dado o nome fictício de Winston Parva. As crenças, os valores e o padrão de conduta do povoado não se deviam a diferenças de classe social, nem à maior ou menor fatia de poder que cada um dos dois grupos daquela população possuía ou se atribuía. O fator decisivo parecia ser as representações sociais de poder que os dois agrupamentos faziam um do outro e de si próprios. O momento de chegada ao lugar se tornou o principal critério aceito pelas duas partes para a concretização da divisão social do lugar. Ele serviu de embasamento tanto para a cooperação, quanto para a discriminação e os conflitos desencadeados na convivência entre eles. As famílias “antigas” cultivavam o mito de seu passado e o tinham como a diferença decisiva entre elas e os “*outsiders*”.

Elias e Scotson mostraram como as normas de atribuição de *status* e a distribuição de papéis e tarefas dentro das instituições sociais e políticas do lugarejo obedeciam a determinados padrões, por exemplo, o de reservar para as pessoas do grupo mais antigo cargos de prestígio em entidades como a escola e o clube. Um verdadeiro “*outsider*” teria dificuldade em entender as razões das distinções e daquela lógica do grupo dos “estabelecidos”. Em Joinville, o padre Alberto Kolb, apesar de recém chegado e de ter encontrado problemas para sua permanência na cidade, demonstrou ter entendido o jogo de poder instituído, pois conseguiu manejá-lo com habilidade, diferentemente dos habitantes do loteamento de Winston Parva, que aceitaram e interiorizaram a situação de inferioridade imposta pelos detentores do poder local.

Outro tema instigante do trabalho de Norbert Elias é a questão da “fofoca”, largamente empregada para estigmatizar os habitantes do loteamento de Winston Parva. Kolb também utilizou esse recurso, no entanto, seu objetivo parecia ser o de estabelecer para si o papel de vítima. Não é difícil supor que as constantes queixas do padre em relação à fofoca contra ele de fato procedessem. Porém, o interessante aqui é considerar a possibilidade de Kolb se aproveitar da situação de vítima para construir uma imagem de relativa fragilidade.

Executar o trabalho social a que se propunha com os operários exigia de Kolb desenvoltura para obter os recursos materiais necessários, além do diálogo e da negociação com os patrões. Afinal, um dos maiores objetivos dos Círculos Operários era justamente o de “conciliação entre as classes”, evitando, assim, conflitos. Não parece ter sido simples, na condição de recém-chegado, a missão de obter a confiança e o apoio dos tradicionais empresários de uma cidade como Joinville. Desse modo, construir uma imagem que se compusesse de

audácia para realizar esses objetivos, mas, ao mesmo tempo, demonstrasse certa humildade de um jovem padre “vítima da desconfiança e de fofocas injustas” pode ter sido uma estratégia adotada pelo sacerdote.

A justificativa para a situação de “vítima” foi desmontada por meio de uma série de fatos narrados pela própria autora Carmen Silvia M. Miranda. Entre esses fatos, merece destaque o episódio da construção de uma capela nas dependências da creche. Embora a sede circulista e a creche estivessem localizadas exatamente em frente ao endereço de uma das maiores e mais tradicionais paróquias da cidade, a igreja Sagrado Coração de Jesus, padre Kolb se empenhou na construção de uma capela própria para sua entidade. A justificativa do padre para a obra, reiterada pela autora, estava mais uma vez fundamentada em “relações conflituosas”, dessa vez envolvendo outro padre, identificado apenas com o nome de Augusto, responsável pela paróquia Sagrado Coração de Jesus. Contudo, novamente não foi exposto o motivo da desavença. De acordo com os entrevistados pela autora, a postura “mais conservadora” do padre Augusto teria contrastado com os “empreendimentos progressistas de padre Kolb”¹⁶⁰.

Construir uma capela não é em si um fato extraordinário. O curioso é precisamente a justificativa para o empreendimento, qual seja, o fato de Kolb não manter um bom relacionamento com o pároco da igreja vizinha. Como dito, o Círculo Operário e a Creche encontram-se localizados precisamente em frente à igreja do Sagrado Coração de Jesus, o que reforça a proposição de que o motivo para a construção da capela tenha sido um possível conflito entre os dois padres. Não ficou claro o que a autora Carmem S. M. Miranda entende por “orientação conservadora” de padre Augusto, ou seja, se isso significou que sua posição era contrária ao projeto circulista, ou à postura política de padre Kolb.

Uma carta escrita em 1940 por Kolb, dirigida a Arnaldo da Luz, então provedor da creche, pode ajudar a entender essa questão. A carta não foi escrita em primeira pessoa, sendo que o padre se expressou em nome de toda a diretoria do Círculo Operário e não apenas em seu próprio nome. O início da mensagem revela que aquela não era a primeira vez que queixas eram feitas sobre as freiras que trabalhavam na administração da creche: “as irmãs não se convenceram ainda que vieram unicamente a Joinville pelo e para o Círculo Operário”. Por se

¹⁶⁰ Ibid., p. 52.

tratar de um problema antigo que persistia, a carta continha um tom intimidador, por meio do qual exigências foram feitas. Entre as reivindicações estavam o pedido para que a creche fosse passada em escritura definitiva para o Círculo e que as irmãs trabalhassem exclusivamente para a creche e o COJ.

Mas em que outro local as freiras estariam trabalhando? O padre explicou: “as irmãs só e unicamente devem trabalhar na creche, portanto, não dar aulas de catecismo na paróquia”, e prosseguiu: “evitando qualquer contato com as obras paroquiais”. Para não deixar dúvidas, a carta seguiu enfatizando ainda que levar às crianças da creche até a paróquia também era desnecessário, pois “para elas chega o ensino dado pelas irmãs dentro de casa”. As visitas domiciliares feitas pelas freiras também deveriam se dirigir exclusivamente aos sócios circulistas, aos benfeitores ou a indigentes. Padre Kolb não queria qualquer aproximação com a paróquia vizinha. Ele dizia que antes da construção do Círculo e da creche, as freiras da paróquia “resolviam seus problemas sozinhas”, e reiterou que o melhor seria cada entidade cuidar do seu próprio trabalho: “a inteligência e a experiência nos obrigam a exigir que a paróquia viva para si e o Círculo com sua creche igualmente para si, assim teremos ótimas vizinhanças e em paz, e do contrário não teremos”¹⁶¹.

O padre encerrou a carta afirmando que sua obra era dirigida exclusivamente aos operários, e caso as irmãs vicentinas não estivessem de acordo, que criassem uma instituição para elas, ou, então, que se adaptassem às exigências. É importante lembrar que na década de 1940, o projeto circulista vivia em todo o país o seu melhor momento, no qual as entidades se desenvolviam com êxito, graças aos incentivos financeiros e políticos oferecidos pelo governo estadonovista de Vargas. Em Joinville, a situação não foi diferente e a obra de Kolb já era considerada um sucesso, mas isso não significou, como se pode perceber naquela carta, que essa opinião fosse compartilhada por toda a igreja católica na cidade¹⁶². Além da relação pouco amistosa com a paróquia vizinha, o texto revelou ainda a comunicação atribulada entre o padre e as freiras vicentinas. No início da carta, Kolb solicitou que o controle da creche fosse retomado pelo Círculo, demonstrando profunda insatisfação com o trabalho da ordem religiosa e revelando que sua obra

¹⁶¹ KOLB, Alberto. *Reminiscências para a história do Círculo*. Caderno 1. Carta ao provedor da creche.

¹⁶² *Ibid.*

estava tomando rumos diferentes dos desejados por ele. Porém, a situação de desconforto iria se agravar.

2.6 Viagens frequentes

No ano de 1940, Kolb esteve na então capital federal em duas oportunidades, sendo que na segunda vez permaneceu lá entre os meses de agosto a dezembro. Embora as viagens do padre fossem registradas em atas, nem sempre os motivos eram explicitados. Contudo, sua ausência era constantemente mencionada nas reuniões, que nessas ocasiões apresentavam conteúdo enxuto e um número de participantes menor que o habitual¹⁶³. Mesmo que o motivo não fosse elucidado completamente, ocorria uma espécie de ritual antes das viagens e em seu retorno. Ao se afastar, o padre deixava uma série de recomendações aos membros da diretoria que deveriam ser repassadas por eles aos demais associados. Geralmente as recomendações diziam respeito a questões do cotidiano circulista, como a cobrança de maior empenho em determinada atividade ou a conquista de um maior número de sócios. Deixando uma mensagem que era ao mesmo tempo de cobrança e de estímulo, o padre prometia melhorias:

O Sr. Diretor falou de outros melhoramentos e empreendimentos a serem feitos brevemente, como: o aumento do salão, o cinema, etc. Disse que se começamos do nada e hoje somos bastante, e que virá visitas ilustres visitar este Círculo de Operários. Espera que todos compreendam e **na sua volta verá o que fizeram** durante sua próxima estadia no Rio de Janeiro. Espera finalmente que quando voltar haja um número maior de sócios e que para isso todos os associados deveriam trabalhar para o engrandecimento do Círculo¹⁶⁴. (Grifos meus)

Ao retornar, o padre costumava apresentar a obtenção de novas doações financeiras, geralmente sem especificar valores. Esse foi o caso

¹⁶³ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, ago/dez. 1940.

¹⁶⁴ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, ago. 1940, p.78.

de uma viagem feita em 1944. Ao retornar, Kolb expôs em linhas gerais o saldo de sua ida à capital federal, mencionando ter recebido quantias em dinheiro, segundo o padre, diretamente do gabinete do presidente da república. Aquele valor seria utilizado para a aquisição de um terreno localizado nas proximidades do Círculo onde seria construída uma capela. Na mesma viagem, o padre afirmou ter obtido do “grande amigo do Círculo”, Filinto Müller, a promessa sobre a construção de cem casas para operários¹⁶⁵.

Poucos dias depois de comemorar o compromisso firmado no Rio de Janeiro sobre a construção das casas, o padre se queixou em assembleia sobre a urgência no despejo de inquilinos residentes em habitações pertencentes ao Círculo. O padre afirmou que a medida extrema era necessária, uma vez que os moradores haviam ignorado o aviso para se retirar das casas e, por isso, pareciam estar “zombando do diretor do Círculo”, pois se tratava de pessoas associadas. Quanto aos motivos do esvaziamento das residências, foi citado apenas que se devia à necessidade de “melhoramentos indispensáveis ao prosseguimento da boa marcha das obras de assistência social do Círculo”¹⁶⁶.

O compromisso firmado com Filinto Müller não foi o primeiro projeto do COJ para construção de casas populares. Um dos sonhos de Kolb era construir uma vila operária. Fazia parte do audacioso projeto a construção da vila nas proximidades da sede do Círculo, incluindo maternidade e hospital operários, orfanato e abrigo para idosos. A vila operária no modelo em que sonhava o padre não foi concretizada, porém, o Círculo possuía um conjunto de casas populares, cujo número nem mesmo a atual diretoria soube apontar, destinada à locação para associados.

Aproximadamente sete anos antes da promessa de Filinto Müller, o padre tentou dar início ao projeto da vila, fazendo, inclusive, o lançamento da pedra fundamental do que chamou de “Casa do Operariado Joinvilense”. Um dos primeiros doadores desse projeto foi o então governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira. O padre também recebeu doação para aquela obra do governador gaúcho, Flores da Cunha. O governador catarinense, Nereu Ramos, por sua vez, não doou naquele momento, mas se comprometeu a ajudar no futuro.

Imediatamente após a divulgação das doações, padre Kolb iniciou uma intensa campanha a favor da candidatura de Salles à

¹⁶⁵ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, ago. 1944.

¹⁶⁶ *Ibid.*

presidência da república, vinculando sua imagem à do governador paulista. Em nota publicada no *Jornal de Joinville*, o padre negou que influenciasse politicamente seus associados ou que pedisse a eles votos, no entanto, afirmou que “daria seu voto conscientemente e prazerosamente” ao candidato Salles Oliveira¹⁶⁷. A campanha de Kolb não se restringiu a Joinville, pois o padre também acompanhou o governador em visita ao Paraná. Com o apoio de Plácido Olímpio de Oliveira, ex-prefeito joinvilense e então deputado estadual, Kolb organizou um comício público pró-Salles em Joinville¹⁶⁸. Como se sabe, as eleições foram canceladas devido ao golpe de estado perpetrado por Getúlio Vargas, em 1937, que originou o chamado Estado Novo.

O movimento circulista, levando em conta as disposições contidas nas encíclicas papais, enumerou, enumerou e classificou os problemas sociais que deveriam ser defendidos prioritariamente, sendo que a questão da habitação operária foi eleita a mais importante e preocupante. Segundo os circulistas, era inviável construir uma sociedade ordenada sem que esse problema fosse resolvido¹⁶⁹. Para a igreja católica, no lar são formadas as virtudes do ser humano, portanto, a habitação operária representava uma solução social e moral. Essa era mais uma questão que distinguia a atuação da igreja da ação de grupos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, conforme apontou Nabil Bonduki, não defendia a necessidade da casa própria para o trabalhador¹⁷⁰. Além disso, como destacou Jessie J. de V. Souza, o problema da habitação articulava-se com a questão do lazer operário, sendo necessária uma ação permanente dirigida às massas populares para despertar-lhes o gosto pela casa, fixar o trabalhador em sua residência e fazer com que ocupasse seu tempo livre na dedicação ao lar, no cultivo da horta, etc.¹⁷¹.

¹⁶⁷ Casa do Operariado Joinvilense. *Jornal de Joinville*, 12 ago. 1937, p. 1.

¹⁶⁸ KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 1.

¹⁶⁹ SOUZA, op. cit., 2002, p. 228-230.

¹⁷⁰ BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo. Estação Liberdade, 1998, p. 88-106.

¹⁷¹ SOUZA, op. cit., 2002, p. 232.

2.7 Conflitos com os integralistas

As ações e a vida pública de padre Kolb apontam para uma pessoa de habilidade política excepcional, sendo difícil exprimir seu verdadeiro posicionamento, até porque esse se mostrava bastante adaptável a situações diversas, podendo ser alterado conforme a necessidade. Apenas eventualmente é possível identificar os opositores, pois nas anotações do padre, apesar das constantes queixas contra os desafetos, esses eram citados apenas de forma generalizante, sem citações nominais. De modo geral, pode-se dizer que seus maiores desafetos políticos conhecidos publicamente foram os comunistas e os integralistas.

Aos comunistas e integralistas, as críticas eram diretas, especialmente aos últimos. A gestão do prefeito integralista Aristides Largura (1936-1938), além de fechar a escola noturna¹⁷² para operários, não teria repassado nenhum tipo de subsídio ao Círculo e teria tentado cobrar impostos municipais da entidade. No caderno *Reminiscências para a história do Círculo*, o padre queixava-se:

Na gestão do Sr. Max Colin foi fundada a Escola Municipal Noturna para o Círculo Operário e outros favores muitos recebemos do coração magnânimo do então prefeito, guardo do Sr. Max Colin a mais grata recordação.

Seu sucessor, Aristides Largura, fechou para os operários esta escola, e durante sua gestão na prefeitura, nem nosso guarda-livros nem nosso tesoureiro tiveram trabalho de escriturar e recolher subvenção alguma. Ao Círculo tudo foi negado¹⁷³.

Embora não tenha mencionado em suas anotações, o padre foi um dos maiores entusiastas na campanha da “Frente Única de Joinville”, coligação na qual se reuniram os demais candidatos desistentes da eleição a prefeito em 1935, na tentativa de derrotar o candidato integralista. Largura venceu com ampla margem de votos, e, além de cortar todos os benefícios concedidos ao Círculo, ainda denunciou o

¹⁷² Em anexo, confira a Imagem 4.

¹⁷³ KOLB, Alberto. *Reminiscências para a história do Círculo*. Caderno 1, 5 mai. 1940, p. 23.

padre por desviar dinheiro da entidade, fato que ocasionou troca de acusações entre ambos nas páginas dos jornais de 1936.

A escola noturna subsidiada pela prefeitura foi aberta no mesmo ano de fundação do Círculo pelo então prefeito Max Colin. Padre Kolb foi contratado para ser o professor da escola, contudo, não assumiu o cargo, terceirizando o serviço a outro professor. O problema detectado por Largura estava no fato de Kolb pagar somente uma parte do salário ao professor substituto e ficar com o restante para si. Comprovada essa situação, a escola foi retirada dos domínios do Círculo e reaberta em outro local. Além do fechamento da escola, o prefeito e o inspetor escolar publicaram uma nota no periódico *Jornal de Joinville*, onde explicaram a ocorrência em todos os seus detalhes, insinuando que o padre obtinha lucros dos subsídios destinados ao Círculo. Cabe lembrar que o prefeito Aristides Largura exerceu em Joinville a função de inspetor escolar, estando, portanto, bem informado sobre o assunto.

No intuito de responder às acusações, Kolb publicou uma extensa carta com forte teor autobiográfico para apresentar a sua versão dos fatos. O padre se justificou afirmando que em Joinville não recebia nenhum tipo de provento particular, mas suas experiências sacerdotais anteriores na Bahia teriam rendido quantias consideráveis em dinheiro, pois naquela região ele foi responsável pela maior freguesia do sertão brasileiro. Kolb assegurou que poderia ter saído daquela região “rico e independente”. Para justificar sua pretensa humildade e abnegação, o padre revelou que era proprietário de uma fazenda com mais de quatrocentas cabeças de gado. No terreno, medindo aproximadamente meia légua¹⁷⁴, residiriam “várias” famílias, das quais o padre não cobrava nada pela moradia. Referindo-se a si mesmo como “modesto”, o sacerdote explanou longamente sobre suas obras de caridade em Joinville. Também adiantou a informação de que o governo estadual, dirigido pelo interventor Nereu Ramos, já havia restabelecido a situação no COJ, abrindo uma nova escola noturna. Por fim, encerrou o artigo anunciando seus próximos projetos para o operariado joinvilense, e desafiou seus interlocutores integralistas para que no futuro fizessem uma visita ao seu túmulo no cemitério:

[...] vestido ou não de sua camisa verde, penetrar no cemitério – e sem receio de perturbar a paz do

¹⁷⁴ A légua é uma unidade de medida em desuso atualmente no Brasil. Meia légua equivaleria a aproximadamente 3 mil metros.

meu eterno sono como não conseguiu perturbar a serenidade da minha vida, – riscar sobre a lousa do meu túmulo: “Padre Alberto Kolb, o que roubou 60\$000 dos operários”¹⁷⁵.

Para a felicidade do padre Kolb, a gestão de Largura perdurou apenas por dois anos devido à extinção dos partidos políticos e à deposição de prefeitos e governadores após a decretação do Estado Novo. A implantação do novo regime não pareceu ter causado nenhum tipo de problema ao sacerdote. Em pouco tempo, o padre, a despeito de não ser brasileiro e manter o hábito de escrever textos em língua estrangeira, transformou-se rapidamente em um defensor inveterado da “Campanha Nacionalizadora”. Sua biblioteca está repleta de livros publicados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), além de muitas de suas anotações desse período se referirem à importância e ao êxito da Campanha.

2.8 “Concentração Operária”

O sucesso da obra de Kolb foi vertiginoso, visto que dois anos após a criação da entidade, o Círculo já possuía sede própria e um prédio destinado à creche, ambos construídos com recursos provenientes em grande parte de doações. O padre soube criar uma rede de doadores bastante diversificada, a qual incluía desde o bispo de Joinville, D. Pio de Freitas, até políticos de diferentes orientações partidárias, empresários influentes, além dos próprios operários que contribuíam por meio do pagamento das mensalidades.

Entre a pasta de ofícios expedidos por prefeitos, no Arquivo Histórico de Joinville, está uma carta de recomendação escrita pelo prefeito Max Colín, dirigida a Getúlio Vargas. Na carta, Max Colín apresentou Kolb e relatou a importância do trabalho do padre para a conservação da “ordem” no ambiente operário:

O prefeito que subscreve estas linhas não é católico, é protestante luterano, mas é grato como brasileiro e como cristão, ao honrado padre Kolt

¹⁷⁵ Jornal de Joinville, 1936. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 1.

[sic] pela sua notável atuação na sociedade de Joinville, que é um dos grandes parques industriais do Brasil, não tem a perturbar-lhe o seu trabalho as idéias de choque que conseguiram medear [sic], embora por pouco tempo, em outros pontos do país¹⁷⁶.

Padre Kolb também foi a Florianópolis, onde se encontrou com o interventor Nereu Ramos em busca de subsídios fiscais¹⁷⁷. Oito anos após a fundação do Círculo, a entidade possuía nove prédios próprios, distribuídos em uma área de 34.359.80 metros, devidamente pagos e escriturados¹⁷⁸.

Essa sucessão de grandes resultados positivos teve seu início um ano após a fundação do Círculo, quando padre Kolb organizou um audacioso evento em Joinville, denominado de “Concentração Operária”. O programa do evento apresentava como principal atração a presença do padre Leopoldo Brentano, responsável pelo “Círculo Operário de Porto Alegre”, a mais importante referência e inspiração para o trabalho de Kolb. A programação previa atividades para um dia inteiro e foi dividida em três partes principais.

Na parte da manhã, a abertura ficou sob responsabilidade do bispo de Joinville, seguida por uma palestra do padre Leopoldo Brentano. Ao meio-dia, o tema definido para a conferência foi a “questão proletária”. Além das falas de diversos bispos catarinenses, destacou-se a presença do deputado federal joinvilense Carlos Gomes de Oliveira e do médico integralista Rocha Loures, que prestava serviços ao COJ. O período vespertino ficou reservado para o que foi chamado de “préstimo cívico”, contando com atividades envolvendo religião e civismo. O canto do “hino proletário-cristão queremos Deus” foi definido para marcar o encerramento do evento. Essa programação foi amplamente divulgada na cidade através de panfletos. Além da programação, outros modelos de panfletos foram distribuídos, alguns destacando a biografia dos convidados, outros pedindo uma boa recepção aos visitantes que chegavam à cidade. Esperava-se para aquela

¹⁷⁶ *Pasta de ofícios dos prefeitos municipais*. Confira em anexo a Imagem 5, que apresenta o ofício na íntegra.

¹⁷⁷ KOLB, Padre Alberto. *Reminiscências para a história do Círculo*. Caderno 1, p. 8 a 15.

¹⁷⁸ MARQUES, Jaqueline L.; BARBOSA, Susana C. *Círculos Operários: doutrina e ação da Igreja e do Estado*. Círculo Operário de Joinville (1935-1948), Joinville, 1992, p. 68.

oportunidade a presença de representantes eclesiásticos e lideranças operárias de todo o estado catarinense.

A “Concentração Operária” foi uma forma encontrada por Kolb para dar visibilidade ao Círculo Operário para aqueles que não o conheciam, ou desconfiavam de suas intenções, esclarecendo a população sobre os desígnios da entidade. Afinal, se o contexto era de formação de sindicatos em todo o país, qual seria a finalidade de mais uma entidade de classe? Responder a esse questionamento que poderia partir de um trabalhador comum parecia ser um dos objetivos do evento. Mas o evento também poderia ter o intuito de deixar claro aos sindicalistas que o Círculo não representava concorrência, tanto que. De tal modo, alguns panfletos traziam a explicação sobre quem poderia ser sócio circulista. Neles se lia que qualquer trabalhador poderia se associar, sem distinção de sexo ou profissão, sindicalizado ou não, bem como os que não estavam incluídos no Decreto Lei 19.770, que regularizava o direito de sindicalização. Embora a entidade fosse ramificação da igreja católica, o padre não fazia restrições nem mesmo de religião, e costumava dizer que bastava ser operário para fazer parte do Círculo:

Ao receber a visita de um novo associado no Círculo eu não lhe pergunto:

- “Você é católico?”

Mas só exclusivamente:

- Você é operário? Então venha comigo!¹⁷⁹

Os textos dos panfletos também escritos em língua alemã afirmavam ainda que as atividades circulistas não apenas eram compatíveis com a dos sindicatos, mas que procuravam promover aquelas entidades, incentivando o trabalhador a se sindicalizar. Pelo exposto, ficou evidente que o Círculo não desejava representar uma ameaça às demais organizações classistas da cidade, desde que seus princípios e objetivos fossem semelhantes aos dos circulistas¹⁸⁰. Esse objetivo foi alcançado em pouco tempo e com êxito pelo padre, pois os

¹⁷⁹ Se você é operário venha comigo! *Diário Popular*, 20 fev. 1937. Trecho da entrevista de Alberto Kolb ao jornal paulistano em que contava o sucesso do Círculo de Joinville e como agia ao convidar novos sócios. Recorte de jornal sem data. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 1, p. 28.

¹⁸⁰ KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 1.

sindicatos, além de se tornarem parceiros nas atividades do Círculo, também instalaram suas sedes nas dependências do COJ.

Como dito anteriormente, o padre costumava lamentar o fato de ter sido muitas vezes vítima das desconfianças alheias. Suas atividades partidárias futuras ajudam a explicar a origem de alguns desafetos. Contudo, sua vida pública esteve continuamente exposta à suspeitas e acusações. Muitas delas revertidas favoravelmente, como foi o caso envolvendo o periódico *Jornal de Joinville*. Mais tarde esse jornal se tornou um dos parceiros do Círculo, mas na ocasião da realização da “Concentração Operária” dirigiu provocações ao padre. Na mesma página em que publicou o convite do evento, o jornal editou em destaque a seguinte manchete:

Pobre operário! Na sua boa fé, na sua crença em Deus, é eternamente explorado, servindo de escada unicamente para os politiquinhos erguerem-se às alturas cobiçadas, a fim de lá do alto, cuspirem depois nas faces dessa gente laboriosa e honesta. Mas outros dias virão mais alegres e festivos, mais serenos e felizes para o pobre operário!¹⁸¹

Atento, o padre percebeu a afronta do jornal e não se omitiu. Enviou uma carta ao jornal concorrente, *A Notícia*, na qual afirmou estranhar a atitude do editor, segundo ele, incoerente por publicar concomitantemente o convite do evento e a crítica. Afirmando ser inconsistente aquela acusação, o padre negou as denúncias¹⁸². Dias após o evento, o periódico *Jornal de Joinville* emitiu outra nota em que reafirmou a acusação de partidarização da “Concentração Operária”. O editor assegurou que ao fim da Concentração, a organização do evento puxou um coro em que se ouvia “viva a Frente Única”, dissipando qualquer dúvida sobre suas intenções partidárias. Conforme apresentado no primeiro capítulo, na ocasião, o candidato integralista acabou eleito. Esse evento pode ser considerado, portanto, a primeira atividade partidária na qual padre Kolb esteve envolvido publicamente.

Embora não tenha impedido a vitória integralista, o resultado da “Concentração Operária” foi considerado um “grande triunfo” pelo

¹⁸¹ Pobre operário! *Jornal de Joinville*, 11 fev. 1936, p. 1.

¹⁸² Uma carta. *A Notícia*. [19--?]. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 1.

padre Kolb. De acordo com o jornal do “Círculo Operário de Porto Alegre”, o evento teria reunido dezoito mil operários, vindos de todo o estado¹⁸³. Seus resultados reverberaram não apenas nos dias subsequentes, mas foram recordados em muitos de seus discursos futuros por ter sido um evento que exigiu “audácia”, visto ter sido realizado quando o COJ ainda estava em seu início.

Padre Kolb costumava viajar a outros estados diversas vezes por ano, normalmente em busca de contribuições para o Círculo. Contudo, arrecadar subsídios não era a única finalidade das viagens. O padre mantinha regular contato com Círculos Operários e outras entidades de representação classista, especialmente aquelas ligadas à igreja católica. Ele buscava inspiração, trocava experiências e fazia muita propaganda de seu trabalho. Em outros estados, Kolb representava o “operariado catarinense” e não apenas o Círculo de Joinville. No seu caderno de recortes, há matérias publicadas em jornais de outros estados apenas um ano após a fundação do COJ, em que foi apresentado como “acatada figura da Ação Social Católica”¹⁸⁴.

A realização da “Concentração Operária” com pouco tempo de existência do Círculo rendeu fama e respeito ao padre, extrapolando os limites do estado catarinense. Em menos de dois anos, Kolb passou a viajar a São Paulo, para dar palestras a entidades mais tradicionais e experientes que a sua. Em uma visita à “Organização Sindical Paulista” (OSP), em 1937, Kolb descreveu suas atividades em Joinville. Na ocasião afirmou que o COJ já possuía mais de 800 associados e revelou ainda que ajudou a fundar o “Círculo Operário de Itajaí” e o “Círculo Ferroviário da São Paulo – Rio Grande”, entidade que atenderia cerca de sete mil operários¹⁸⁵. Não foi encontrada na documentação do COJ nenhuma informação a respeito dessas duas entidades. Chama a atenção o fato de Kolb se corresponder e visitar com maior intensidade as associações de outros estados e pouco se referir a entidades catarinenses em suas anotações.

¹⁸³ Concentração Operária de Joinville. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 5.

¹⁸⁴ KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 1.

¹⁸⁵ Os Círculos Operários do Brasil. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 1.

2.9 O dia a dia no Círculo: “Obra cristã, patriótica e nacionalizadora”¹⁸⁶

As demonstrações de patriotismo são perceptíveis não apenas nas falas, mas nas ações de Alberto Kolb. Sempre defendendo e apoiando o regime estadonovista, não foi encontrada nenhuma demonstração de preocupação ou desconforto em relação aos eventos ocorridos em Joinville, resultantes da campanha nacionalizadora de Getúlio Vargas.

A historiadora Marlene de Fáveri apresentou em seu livro, *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*, uma versão menos otimista sobre as ações do governo de Vargas em Santa Catarina¹⁸⁷. Utilizando como fontes de pesquisa, jornais, correspondências, processos-crime do Tribunal de Segurança Nacional, além de entrevistas, a autora analisou o cotidiano da Segunda Guerra Mundial, em Santa Catarina. Marlene de Fáveri tematizou o medo da delação vivido por aqueles que não podiam se expressar em língua estrangeira e tiveram que entregar seus rádios, fechar suas sociedades entre outras coerções sob o risco de serem presos.

Este clima de *front* de guerra fez parte do cotidiano vivido por imigrantes estrangeiros e descendentes de alemães e italianos no estado catarinense. Entre os resultados da campanha nacionalizadora estão as prisões e perseguições por todo o estado. Os presos eram enviados a presídios políticos, como o Oscar Scheneider, localizado em Joinville. O “sucesso” da campanha nacionalizadora foi também consequência do intenso empenho pessoal do interventor catarinense Nereu Ramos, eminente colaborador do Círculo Operário de Joinville.

Um leitor das documentações circunistas que desconheça o processo de nacionalização, não encontrará nenhum indício da existência do clima descrito pela historiadora Marlene de Fáveri. Não há nenhum comentário do padre sobre as perseguições e prisões aos descendentes de alemães. Tampouco sobre pichações em muros e casas, fechamento de sociedades e ligas recreativas. Mas isso não significa que o padre não fazia referências à campanha nacionalizadora. Ao contrário,

¹⁸⁶ “Obra cristã, patriótica e nacionalizadora”: nessas três premissas estava baseado o trabalho do COJ.

¹⁸⁷ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: UFSC; Itajaí: UNIVALI, 2005.

era um entusiasta daquele processo, elogiando os resultados da nacionalização em todas as oportunidades que encontrava.

Um desses momentos foi o da inauguração do “pavilhão nacional”, nome dado em homenagem ao então ministro da guerra, Eurico Gaspar Dutra, que enviou a Joinville um representante para a solenidade. Como presente do ministro, o COJ recebeu uma bandeira do Brasil. Usando o hino nacional e a bandeira como inspiração para o discurso com alto teor nacionalista, o padre relembrou com louvor alguns episódios do exército brasileiro. Fazendo referência a Guerra do Paraguai, o padre enalteceu o desempenho brasileiro:

Ao heróico Caxias levaste com a espada
desembainhada às plagas do Sul da América para
fazer um povo arrogante estremecer vencido!
Onde estão os heróis do Paraguai? Onde estão os
teus filhos, ó pátria de heróis que não gera
escravos?¹⁸⁸

Apesar de ter nascido na Alemanha, Alberto Kolb sempre se referiu a si mesmo como brasileiro. Seus cadernos foram escritos em impecável português. Ainda assim, algumas páginas ao final desses volumes revelarem que, eventualmente, o padre escolhia o idioma alemão para se expressar¹⁸⁹. Kolb se orgulhava do conhecimento que afirmava possuir sobre história do Brasil, e sua biblioteca, em parte ainda conservada na sede do COJ, indica um leitor curioso de uma diversificada bibliografia, que, além das publicações nacionalistas do Departamento Nacional de Propaganda (DNP), incluía autores como Leon Trotsky, Plínio Salgado, Max Beer, entre outros.

2.10 Colaboração de classes e anticomunismo

Getúlio Vargas era chamado pelo padre de o “Operário n.º 1 da Pátria querida e estremecida”. Ao presidente Getúlio Vargas, as homenagens e agradecimentos eram pensados à exaustão. Sempre que possível, o padre reiterava sua lealdade ao regime getulista, sobretudo,

¹⁸⁸ KOLB, Alberto. *Reminiscências para a história do Círculo*. Caderno 3, p. 28-31.

¹⁸⁹ Algumas dessas páginas foram traduzidas e, ao que tudo indica, se tratavam de orações ou cartas destinadas à familiares na Alemanha.

após a implantação do Estado Novo. Em 1939, foi inaugurada uma cooperativa para operários e a data, cuidadosamente escolhida por Kolb, foi 19 de abril, aniversário de Vargas. Sabendo aproveitar a ocasião em que não apenas circulistas estariam no evento, mas também associados dos sindicatos da cidade, diversas autoridades, políticos e empresários, o padre convocou uma “passeata cívica” com os operários em homenagem ao aniversário do presidente.

Com isso, o evento de inauguração da cooperativa tomou proporções ainda maiores do que prometia inicialmente. Alberto Kolb ocupou a maior parte do seu discurso enfatizando a importância do governo e da figura do presidente Getúlio Vargas à classe operária, bem como os benefícios conquistados, ao invés de falar sobre o funcionamento e o destino da cooperativa. O empreendimento inaugurado era resultado da aparentemente consolidada união entre sindicatos, COJ e empresários da cidade.

A forma mais prestigiosa de agradecimento aos benfeitores do COJ consistia em intitular os pavilhões do Círculo com seus nomes. Esse foi o caso do Pavilhão Victor Konder e do Pavilhão Felinto Müeller. Mas não foi apenas batizando pavilhões com os nomes de parceiros que Alberto Kolb rendeu homenagens. Ele também citava nomes em discursos de grandes eventos públicos e, dependendo do peso político do benfeitor, o agradecimento era mais apurado. Além disso, o padre colocava retratos de colaboradores nas paredes do COJ, distribuía diplomas de sócio-benfeitores, batizava recintos da creche e do Círculo, entre outras homenagens. O padre sempre encontrava uma forma de se lembrar daqueles que o amparavam.

Os auxílios para as obras não vinham apenas de empresários joinvilenses. No caso da creche, a maior parte das doações teve origem do Rio de Janeiro, onde o padre mantinha contatos. Em Santa Catarina, além da capital, de onde procediam as subvenções estaduais e contribuições de amigos políticos, o padre mantinha boas relações com empresários e políticos da região do Vale do Itajaí. A empresa de Carlos Renaux, em Brusque, e as famílias Konder e Bornhausen, de Itajaí, são os exemplos mais conhecidos. De Blumenau, o industrial Curt Hering enviava anualmente doações ao Círculo que pareciam ser generosas, pois seu retrato também foi colocado com destaque na parede da entidade¹⁹⁰.

¹⁹⁰ KOLB, Alberto. *Reminiscências para a história do Círculo*. Caderno 3, p. 14.

Kolb soube ser grato à classe patronal joinvilense, e, por intermédio de seus sermões, não deixava de lembrar a generosidade dos empresários. Entretanto, ficava evidente também que sua relação com os empresários se baseava em uma troca mútua de benefícios, uma vez que a manutenção e o sucesso do Círculo Operário eram revertidos em favor dos próprios empresários. Os empresários colaboravam com o Círculo por meio de doações, financiando atividades e fazendo parcerias com Círculo e sindicatos, mas recebiam a contrapartida:

É justo, pois, que uma obra de proteção ao operariado joinvilense seja protegida, ajudado e secundado, em primeiro lugar pelo capital de Joinville, pela Indústria Joinvilense; o operariado joinvilense seja ajudado em primeiro lugar pelo empregador joinvilense¹⁹¹.

Tem-se assim que a classe empresarial contribuía de diferentes formas com a obra do padre Kolb, de generosas doações financeiras, até contribuições simbólicas, como o patrocínio de passeios, ou pequenas doações, como a oferta de chocolates feita pelo empresário Julio Wetzel para a páscoa das crianças da creche Conde Modesto Leal. Depois de realizada, a doação era anunciada e o gesto agradecido exaustivamente¹⁹².

Por outro lado, o padre também não esquecia aqueles que não cooperavam com o Círculo. A loja Casa do Aço não comprou um exemplar do boletim do COJ e, por essa razão, o padre organizou um boicote ao estabelecimento¹⁹³. De forma semelhante, negava-se auxílio aos trabalhadores não associados. Procurado por uma comissão de carroceiros que pleiteava apoio para conseguir aumento, o padre sugeriu que retornassem outro dia e se associassem caso quisessem seu apoio¹⁹⁴.

É importante observar que a atuação de Kolb frente ao COJ estava centrada no assistencialismo, no combate ao comunismo e na defesa da “colaboração entre as classes”. Conforme destacou Damiano D. de Farias, a “luta de classes”, princípio fundamental do comunismo, subvertia o pensamento organicista católico que buscava como solução para a crise da sociedade a revitalização do Corpo Social e do Corpo

¹⁹¹ KOLB, Alberto. *Reminiscências para a história do Círculo*. Caderno 2, p. 40-45.

¹⁹² *Ata do Círculo Operário de Joinville*, 11 abr. 1945, p. 226.

¹⁹³ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, 6 dez. 1938, p. 27.

¹⁹⁴ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, 9 jun. 1937, p. 10.

Místico através da “colaboração entre as classes”¹⁹⁵. O anticomunismo esteve presente maciçamente nos jornais circunistas distribuídos aos sócios, e em grande parte dos sermões. Os discursos de 1º de maio eram ainda mais carregados desse teor. Em 1937, Kolb esteve em Brusque na Fábrica Carlos Renaux para proferir o discurso ao Dia do Trabalhador:

Queremos Deus em oposição ao materialismo doentio e às idéias errôneas de filósofos berrantes sem nexos nem solidez; queremos Deus contra os sem-Deus, contra o comunismo bestificador, que reduz os proletários a condição humilhante de mera máquina trabalhadora ou de animal de carga, sem vontade, escravizado, esfomeado, maltratado ou fuzilado¹⁹⁶.

A longa fala foi repleta de dados sobre o governo russo que, segundo as estatísticas do padre, teria assassinado mais de dois milhões de pessoas. Depois de esmiuçar esses números, identificando quais as profissões que mais pessoas eram mortas, o reverendo aconselhava:

Meus operários: Não vacilheis, não arredeis um passo deste programa de glória. Resisti às vereias enganadoras dos agitadores das massas proletárias enviados da Rússia, semeadores da desordem da fome, de sangue, de massacres, de horrores e de lágrimas. Não abduquemos às justas aspirações da classe, dentro, porém da ordem e da paz¹⁹⁷.

Nesse trecho da fala de Alberto Kolb, além do anticomunismo sempre presente, podemos inferir ainda outra questão observada em diversos discursos e entrevistas pronunciadas pelo padre, a saber, que ele nunca sugeriu que o trabalhador “abdicasse às suas justas aspirações da classe”. Contudo, lembrava que não era através da “luta de classes” que isso deveria ocorrer, mas dentro da “ordem e da paz”, ou seja, através da “conciliação entre as classes”, expressão, aliás, muito usada pelo padre. Inclusive, o “repúdio à luta sistemática de classes” era um dos artigos que compunham os estatutos dos Círculos Operários¹⁹⁸.

¹⁹⁵ FARIAS, op. cit., 1998, p. 76.

¹⁹⁶ KOLB, Alberto. *Reminiscências para história do Círculo*. Caderno 2, p. 28.

¹⁹⁷ *Ibid.*

¹⁹⁸ *Súmula dos Estatutos dos Círculos Operários*. Princípios Básicos (Parágrafo 3º).

Ao que tudo indica, o padre anotava em seu caderno apenas os discursos mais marcantes, pensados para grandes solenidades ou para eventos realizados em outras cidades. Os discursos dirigidos ao trabalhador de Joinville em situações comuns não foram encontrados em suas anotações. No entanto, é razoável supor que o conteúdo e o tom de suas falas no cotidiano da cidade não diferissem muito do exemplo citado. Como dito anteriormente, é possível identificar um estilo usualmente presente nos discursos de Kolb.

Ironicamente, apesar de ser militante fiel na luta anticomunista, o padre se queixou em mais de uma oportunidade de ter sido acusado de comunista por seus desafetos. Não se sabe de quem e em qual situação partiu a acusação. Evidentemente, a insinuação não correspondia à realidade, e possivelmente tenha sido feita devido ao teor pejorativo que o termo poderia conter naquele contexto. É importante observar, no entanto, que em Joinville não foi encontrado nenhum registro nos jornais, nem nos trabalhos produzidos sobre períodos aproximados em relação à atuação de militantes comunistas na cidade, ou mesmo de organizações populares reivindicatórias e associações de bairros. Portanto, a obstinação do padre na “caça aos comunistas de Joinville” parece pouco justificável.

Essa situação é diametralmente oposta à encontrada em capitais como Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo, por exemplo, onde o período do pós-guerra é extremamente efervescente no que concerne a movimentos populares e classistas. Importa destacar que há uma inegável disparidade entre os contextos catarinense e paulista ou carioca. Um único bairro de São Paulo, na década de 1940, era maior que a cidade de Joinville no mesmo período. Ainda assim, Joinville era a cidade mais industrializada de Santa Catarina e concentrava um número razoável de operários que se dividiam em dezessete sindicatos e organizações classistas¹⁹⁹.

Por outro lado, não seria necessária uma organização de militantes comunistas na cidade para que esse elemento estivesse presente no discurso de Kolb. A igreja católica usou em sua propaganda uma figura satânica para representar o comunismo. Fazia parte da recomendação do Papa Pio XI atuar contra o inimigo eleito e “desmascarar suas falsas promessas”. Damião Duque de Farias acrescenta que o instrumento de propaganda mais utilizado pela igreja

¹⁹⁹ SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.). *Álbum histórico do Centenário de Joinville. 1851-1951*. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951, p. 25.

eram as informações sobre os “acontecimentos” ocorridos em países onde haviam ocorrido revoluções dos “sem-Deus”: Rússia, Espanha e México²⁰⁰.

2.11 “A palavra de um sacerdote católico”

Além do sucesso material, chama a atenção no Círculo Operário de Joinville a forma singularmente centralizadora com a qual seu fundador conduziu a entidade. As decisões não apenas dependiam de sua aprovação, como também partiam dele. Dificilmente uma resolução, por mais simples que aparentemente fosse, era proposta por outro integrante da mesa diretora. O comum nas reuniões registradas em atas era que as determinações de padre Kolb fossem apenas aprovadas pelos demais. Não obstante, o contrário disso não ocorria, ou seja, as determinações do padre diretor eram sempre aprovadas. Mesmo que as eleições para a escolha da mesa diretora ocorressem regularmente conforme os estatutos circulistas, era comum que o padre indicasse uma chapa e essa fosse aceita por aclamação, portanto, sem votação.

Uma reunião ordinária iniciava com saudação, seguida de oração feita pelo padre. Os encaminhamentos eram feitos de forma breve também por Kolb, que costumava vincular a promessa de algum novo serviço prestado pelo Círculo ao trabalho dos associados. Geralmente o trabalho cobrado pelo padre se referia ao aumento no número de sócios. Em 1940, o padre prometeu aos circulistas a prestação de serviço de parteira, advogado e médico, quando o número de sócios alcançasse um mil²⁰¹. As reuniões costumavam ser breves, sendo raras as oportunidades em que a participação de outros membros fosse registrada. Por fim, os trabalhos eram encerrados com oração e eventualmente o hino nacional cantado pelos presentes. Fazia parte também do roteiro das reuniões ordinárias, a apresentação de novos circulistas, uma referência aos sócios afastados destacando o motivo para tal atitude, além da prestação de contas, incluindo despesas e arrecadação de forma sucinta.

Apesar das constantes reclamações em relação ao pouco engajamento dos associados, o padre descrevia o dia a dia na sede do

²⁰⁰ FARIAS, op. cit., 1998, p. 77.

²⁰¹ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, 11 mai. 1940, p. 72.

Círculo como um ambiente de grande sociabilidade dos operários, notadamente após o expediente nas fábricas. Durante o dia, a sede oferecia os cursos profissionalizantes e de artesanato, os serviços de atendimento médico, alfaiataria, sapataria, atendimento de advogado, além da creche e jardim de infância. Durante a noite, um “bar operário” funcionava no salão de recreios, onde jornais e revistas estavam disponíveis, além de jogos “lícitos” permitidos dentro da sede. No mesmo local, os sócios tinham a sua disposição uma rádio, que parecia fazer sucesso entre o público.

No que se refere ao lazer, os bailes públicos e os times de futebol do Círculo pareciam ser as atividades que mais mobilizavam os associados. No entanto, eram também as duas atividades que menos agradavam o padre, pois ambas geravam além do entretenimento, problemas e discussões entre os circulistas. Nos bailes em que eram permitidas bebidas alcoólicas geralmente resultavam brigas. Da mesma forma, o futebol ocasionava problemas devido a rivalidades e desentendimentos.

O COJ possuiu em seu momento de maior prestígio dois times disputando duas divisões do tradicional campeonato amador da cidade. Além do sucesso de seus resultados, o time do COJ também era respeitado no seu significado social, por representar a maior entidade classista da cidade. Em datas comemorativas como o dia do trabalhador, eram realizados jogos especiais em que o time do COJ era convidado. Contudo, o time de futebol e os bailes sociais, apesar de agregarem maior mobilização, eram também de difícil controle por parte do padre. Por essa razão, quando os problemas gerados nessas atividades ficavam fora do seu domínio, Kolb resolvia da forma que lhe era característica: extinguindo o time de futebol e proibindo a realização de bailes sociais.

O caso do time de futebol é emblemático para exemplificar o estilo com que o padre administrava as questões internas do Círculo. Logo após as comemorações de aniversário da seção esportiva circulista foi realizado um jogo, no qual ocorreram desentendimentos entre os jogadores, resultando em brigas e bebedeiras. No dia seguinte, o padre convocou uma reunião em que comunicou que não aceitaria situações como aquela, mas que também não tinha condições de administrar o time de futebol. Assim, passou todas as responsabilidades para o presidente do Círculo, mas se comprometeu a escolher pessoalmente um diretor técnico para o time, que apesar de continuar representando o COJ, deveria a partir de então conseguir recursos financeiros próprios. O padre continuaria apenas “auxiliando moralmente” e fiscalizando as

finanças. Depois de um longo discurso onde expôs as novas regras, o padre encerrou sem aceitar comentários:

Para isto vos peço se retirem logo sem comentários, pensando e refletindo, assim chegarão à última conclusão que só pode ser esta: o padre tem razão e ele é amigo do nosso Club, quer tudo em ordem e tudo direitinho, ele é amigo de cada um, ele é meu amigo²⁰².

Pouco tempo depois desse episódio o time do COJ foi extinto, o que gerou um clima de frustração entre os associados. A participação das mulheres nas diretorias durante o período pesquisado foi muito restrita, apesar de existir. A única ocupante de cargo na mesa diretora durante o período pesquisado foi na gestão de 1940, Olga Salves Vieira, que ocupou a vaga de oradora do círculo²⁰³. Ademais, a participação das mulheres ocorria de forma mais efetiva para as associadas frequentadoras dos cursos profissionalizantes, as professoras desses cursos, e na creche do círculo, criada justamente para possibilitar às mulheres o direito de trabalhar fora de casa.

2.12 Participação escassa de associados: tempos de mudanças

O sucesso material do Círculo Operário de Joinville é inquestionável, no entanto, uma das maiores dificuldades se encontra em analisar a participação efetiva dos associados no dia a dia da entidade. Não é possível afirmar com precisão nem mesmo o número de sócios, apesar de ser possível conjecturar a esse respeito. A questão que parece mais significativa nesse aspecto não diz respeito ao número de associados, mas, sim, a interferência deles na atuação circulista. Raramente o padre deixava de mencionar nas reuniões a fraca participação dos associados nas atividades e assembleias. Devido a isso, planejava estratégias para mudar aquela realidade. Embora se queixasse da exígua participação dos circulistas nas reuniões mensais, a maior reclamação de Kolb se dirigia a necessidade de aumento no número de

²⁰² KOLB, Alberto. *Reminiscências para a história do Círculo*. Caderno 3, p. 15-18.

²⁰³ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, 29 mar. 1940, p. 67.

associados e do envolvimento desses na organização dos eventos promovidos.

Se, por um lado, havia intensa campanha para a agregação de novos associados, por outro, existia também rigor para a permanência dos membros circulistas. As faltas injustificadas rendiam o afastamento dos integrantes da mesa diretora de suas funções. Os demais associados corriam o risco de ser eliminados em caso de atraso no pagamento das mensalidades. Algumas reuniões ordinárias tinham como finalidade apenas o registro dessas expulsões, como foi o caso de uma assembleia em 1946, onde mais de 60 associados foram eliminados de uma única vez²⁰⁴. Nesse período, verificou-se a retração do movimento circulista em todo o país, devido à queda do governo varguista.

Em Joinville, padre Kolb também dava demonstrações de frustração quanto aos rumos de sua instituição e às constantes críticas que lhe eram direcionadas. Embora estivesse cada vez menos presente nas reuniões ordinárias, o padre continuava exercendo sua liderança, ao manter a responsabilidade pelas decisões. Também foi possível perceber que o momento era de prostração entre os próprios associados. Além do número de desligamentos ser superior ao de novas filiações, a diretoria registrava reclamações de sócios quanto ao desânimo observado na instituição. Entre as sugestões para reverter essa situação, alguns associados solicitavam a reabertura do bar existente na sede, fechado por determinação do padre depois de tumultos ocorridos no local²⁰⁵.

Outro indício que sugere tempos de mudanças no Círculo foi a autorização do aluguel da sede para a promoção de bailes com venda de ingressos. O COJ, que até então rejeitava pedidos para eventos desse tipo, passou a alugar o salão sem maiores restrições para associações e clubes esportivos promoverem festas públicas²⁰⁶. No ano de 1947, houve mais bailes de clubes que alugaram os salões do Círculo do que festas da própria entidade. Mesmo ausente no dia a dia da entidade, padre Kolb continuou influenciando os rumos do Círculo.

Nos períodos de eleição para novas diretorias, o sacerdote costumava formular as chapas e essas eram aceitas por aclamação dos associados. Em 1948, depois de um período afastado, em que esteve na Europa, preocupado com a crise que se instalara no Círculo, o padre resolveu voltar a exercer sua influência, propondo que não houvesse

²⁰⁴ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, 27 mar. 1946, p. 251.

²⁰⁵ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, mai. 1946, p. 263.

²⁰⁶ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, jan. 1947, p. 273.

mudanças na composição dos nomes da diretoria²⁰⁷. Essa sugestão foi prontamente atendida pelos demais associados.

Nas reuniões ordinárias do Círculo raramente participavam quantidade maior de pessoas do que o grupo pertencente à diretoria. O número reduzido de participantes efetivos causava preocupações em diversos sentidos. Enquanto o padre comemorava novos subsídios e doações para o Círculo, o número de associados e, conseqüentemente, o valor total das mensalidades por eles pagas permaneciam paralisados, ou até mesmo diminuía devido aos constantes atrasos. Com seu característico tom emotivo e lamentoso, o padre queixava-se sobre esse assunto: “[...] tantos sacrifícios tem feito em prol do Círculo, sofrendo as maiores humilhações, percorrendo a cidade implorando auxílios para a grandeza desta obra, hoje sente ferir o seu íntimo a incompreensão e o desprezo por parte dos associados²⁰⁸.” A fala do padre revela também a preocupação com a legitimação de sua obra: como ele poderia obter subsídios para uma associação com pouca representatividade?

Não obstante, a intervenção e o poder pessoal do padre diante das decisões a serem tomadas no Círculo foram evidentes em diversos momentos. Isso é bastante perceptível nos anos de 1941 e 1942, pois tal intervenção se destaca na documentação da entidade devido a uma crise relacionada à participação dos associados. Diante do problema e da falta de resposta dos circunistas aos seus apelos, o padre comunicou em uma reunião, na qual participaram, além dele, cinco associados, que a seção esportiva do Círculo estava encerrada. Não houve registro na ata sobre uma discussão do assunto. O padre apenas comunicou que ouvia muitas reclamações relacionadas a jogos de futebol, e sendo essa a origem de aborrecimentos, a melhor solução seria dar a questão por encerrada²⁰⁹.

2.13 Creche Conde Modesto Leal

Embora seu discurso e ação estivessem voltados aos operários, padre Alberto Kolb demonstrava ter maior motivação para projetos envolvendo crianças. Antes mesmo de instituir o COJ, ele deu início a um grupo de escoteiros na cidade, mais tarde incorporado ao programa

²⁰⁷ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, mar. 1948, p. 303.

²⁰⁸ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, dez. 1941.

²⁰⁹ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, jul. 1942.

do Círculo. Contudo, o trabalho pelo qual demonstrou ter mais estima foi a “Creche Conde Modesto Leal”, que também lhe rendeu diversas polêmicas, críticas e decepções. A creche foi idealizada para servir em tempo integral aos filhos de operários e crianças órfãs, e com esse propósito se manteve por décadas. Construída em frente às instalações do Círculo, a creche já atendia às crianças antes mesmo de ter seu próprio prédio, funcionando de forma provisória nas dependências do Círculo Operário desde março de 1936.

Carmen S. M. Miranda mencionou em seu trabalho que o setor da educação teve destaque no organograma do Círculo e teria despertado “ciúmes em inúmeros políticos”²¹⁰. A mesma autora fez referência à creche como sendo “um grande sonho” de Kolb, sensibilizado pelo desamparo ao qual estavam submetidos os filhos das famílias da classe operária²¹¹. Ao longo desta pesquisa foi possível observar o especial carinho destinado pelo padre à creche através dos seus discursos, anotações nos cadernos e entrevistas aos jornais. Kolb se referia ao trabalho com as crianças como sendo seu maior orgulho. O nome com o qual batizou a creche foi uma homenagem ao conde João Leopoldo Modesto Leal e sua esposa, a condessa Isabel Fernandes Moreira Leal. Apesar de residentes no Rio de Janeiro, eles foram responsáveis por doações de generosas quantias, permitindo, em pouco tempo, a construção do prédio da creche.

O custeamento das duas entidades administradas por Kolb se baseava nas doações de empresários e políticos, conseguidas com a boa penetração do reverendo nesses ambientes. As disposições legais no que se refere a subsídios públicos na década de 1930 foram criadas no mesmo período em que se deu a fundação das entidades do sacerdote. Como exemplo, tem-se a Lei 2.497 de 24, de dezembro de 1935, que criou o “Departamento de Assistência Social do Estado”, garantindo recursos permanentes, ainda que insuficientes, à creche. Enquanto no Círculo Kolb gerenciava pessoalmente as questões burocráticas e financeiras da entidade, na Creche o padre passou a administração para a “Ordem das Irmãs São Vicente de Paula”. Como mencionado, de acordo com os registros do padre, os subsídios do Estado destinados à Creche não eram suficientes para sanar as despesas e, por essa razão, Kolb mantinha permanentemente seus pedidos de apoio financeiro aos empresários e políticos.

²¹⁰ MIRANDA, op. cit., 2006, p. 64.

²¹¹ Ibid., p. 63.

Embora não estivesse presente na administração da creche como permaneceu no Círculo, o padre manteve as duas entidades funcionando em permanente parceria, m. Mesmo porque a creche servia aos filhos de operários, sobretudo, aos de sócios circulistas. Aos trabalhadores não associados havia a possibilidade de pagamento de mensalidade. Assim, ao convidar as quatro freiras vicentinas para gerenciar a creche, elas prestavam serviços também para o Círculo. Carmen S. M. Miranda destacou o trabalho das religiosas no atendimento dedicado ao ensino profissionalizante, destinado às mães das crianças, e os serviços de enfermagem para as crianças da creche, bem como às famílias operárias, atendendo inclusive em suas casas quando necessário e tendo como meio de transporte uma carroça²¹².

O sucesso da creche foi imediato. Não havia na cidade nenhuma instituição educacional semelhante que oferecesse educação em tempo integral e gratuita aos filhos de operários. Pouco tempo depois da construção da sede da creche, o padre planejava a abertura de uma filial da creche na zona norte da cidade, visando beneficiar os trabalhadores de fábricas daquela região²¹³.

Nas dependências da Creche funcionava também um “departamento higiênico e sanitário”. Na tabela abaixo, alguns números sobre os atendimentos prestados nesse departamento:

Tabela 4 – Atendimento médico prestado pelo COJ

| Atendimentos realizados entre 1937/1943 | Total |
|------------------------------------------------|--------------|
| Visitas de doentes a domicílio | 16.806 |
| Injeções aplicadas | 11.376 |
| Curativos | 8.128 |
| Consultas Médias gratuitas | 1.239 |

Fonte: KOLB, A. *Reminiscências para a história do Círculo*. Caderno 3.

De acordo com anotações do padre, o “departamento higiênico/sanitário” da creche era considerado pela inspetoria geral do estado o mais moderno e completo de todos os estabelecimentos escolares catarinenses. De fato, atendimentos como a aplicação de injeções e curativos estavam disponíveis não apenas às crianças da

²¹² *Ibid.*, p. 67.

²¹³ “Trinta mil cruzeiros de subvenção ao Círculo Operário de Joinville”. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

creche e aos sócios circulistas, mas também a qualquer pessoa que necessitasse. Em 1943, os ferroviários trabalhadores da rede Paraná - Santa Catarina, residentes em Joinville, receberam injeções e curativos oferecidos pelo Círculo²¹⁴.

Dos benefícios oferecidos pelo Círculo, um dos primeiros a ser criado e considerado de grande importância foi o auxílio funerário. Depois desse, destacavam-se em importância a assistência médica e o auxílio jurídico. Tão importante quanto qualquer benefício era a garantia de que no Círculo o sócio estava “protegido”, amparado pelos auxílios, e tinha a possibilidade de desfrutar de uma vida social “apropriada ao trabalhador, com divertimentos honestos”²¹⁵.

As documentações relativas à creche Conde Modesto Leal, arquivadas nas dependências da entidade, não foram disponibilizadas para esta pesquisa, diferentemente do Círculo Operário de Joinville, que tornou acessível todo o seu material. Desse modo, as passagens referentes à creche são provenientes das anotações do padre, de artigos de jornais, além do livro já citado, de autoria da pedagoga Carmen S. M. Miranda. Faz-se necessário destacar que o principal foco do trabalho dessa autora é precisamente relatar a história da Creche Conde Modesto Leal. Ainda que o título do livro seja *O Legado Social do Padre Kolb* e de ter escrito sobre o Círculo na primeira parte do trabalho, é a creche o legado principal do padre ao qual se refere à autora. Carmen S.M. Miranda reproduz a versão de Kolb registrada em seus cadernos, sem contestação. É apropriado mencionar também que a autora possui familiaridade com a creche, pois trabalhou na entidade de 1985 a 2004, ocupando diferentes cargos, como o de secretária eleita da diretoria e de diretora por duas gestões.

Conforme mencionado, foi precisamente no contexto de surgimento da creche, isto é, entre as décadas de 1930 e 1940, que foram criadas as leis regulamentando a subvenção de instituições de assistência social. De acordo com Carmem S. M. Miranda, para fortalecer laços com órgãos como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), Kolb “precisou se ajustar como dirigente de instituição e não mais como entusiasta político-partidário, em prol de sua obra social”²¹⁶.

Durante todo o período em que esteve no cargo de diretor do COJ, isto é, até sua morte, Kolb dirigiu de fato a entidade e, a despeito

²¹⁴ KOLB, Alberto. *Reminiscências para a história do Círculo*. Caderno 3, p. 44.

²¹⁵ *Ibid.*

²¹⁶ MIRANDA, op. cit., 2006, p. 69.

dos membros da mesa diretora, as decisões sempre passavam por seu crivo. Alberto Kolb se referia à creche como sendo seu maior orgulho. No entanto, repassou a administração da entidade para uma ordem religiosa, enquanto continuou dirigindo pessoalmente o Círculo. A pedagoga Carmen S. M. Miranda não se ateu aos motivos dessa decisão, e apenas mencionou o fato. Contudo, é preciso enfatizar que o aspecto centralizador é uma característica que se destacava na personalidade do padre e se abster do controle da creche, causa no mínimo estranhamento.

No entanto, também se faz necessário ressaltar as diferenças de natureza entre as duas entidades e supor que administrar o Círculo estivesse mais ao alcance do padre do que uma creche. Evidentemente, a dificuldade em administrar as duas entidades simultaneamente também deve ser levada em consideração. Ainda assim, o episódio discutido neste capítulo, ocorrido em 1940, em que o padre enviou uma carta ao provedor Arnaldo da Luz solicitando que a creche fosse incluída aos domínios do COJ definitivamente, revelou que o padre desejava ter maior controle sob sua entidade.

Apesar de Carmem S. M. Miranda ter se referido ao ano de 1948 para explicar a saída das irmãs vicentinas e o consequente fechamento temporário da creche, a autora não mencionou uma crise ocorrida três anos antes. Um anúncio sobre a remoção da irmandade e o fechamento da creche pode ser encontrado no periódico *Jornal de Joinville*, com data de 5 de novembro de 1945²¹⁷. No dia seguinte ao anúncio, o próprio padre Kolb procurou o jornal para negar a notícia de fechamento, mas confirmou mudanças na administração. Não se sabe se as mudanças ocorreram, visto que não foram encontradas informações sobre como essa crise foi solucionada. Sabe-se, no entanto, que a creche continuou aberta e sob administração da mesma irmandade, pois, em março do ano seguinte, uma ampla matéria de propaganda da creche foi publicada naquele jornal.

Ocupando duas páginas inteiras, sendo uma delas a capa, e contendo mais imagens do que texto, a matéria intitulada “Fundação Padre Kolb” informa os números relativos ao trabalho da instituição, dando destaque ao trabalho do padre, evidentemente. De acordo com o jornal, desde a fundação da creche até aquela data, 1.979 crianças haviam sido atendidas. Entre outros dados, constam os números de

²¹⁷ Deve deixar de funcionar a Creche Conde Modesto Leal. *Jornal de Joinville*, 5 nov. 1945, p. 6.

refeições oferecidas nos últimos anos. Contendo fotos da fachada e do interior da creche, a capa apresentou com destaque, ocupando lugar central da página, uma foto da filha do casal Modesto Leal, Dona Áurea de Modesto Leal. Ao lado da imagem foram dispostos fragmentos de uma carta datada de 1936, redigida pelo Conde João Leopoldo Modesto Leal e dirigida a Alberto Kolb, onde aquele assegurava sua grande estima pelo padre.

Na página seguinte do jornal, encontram-se mais fotos do interior da creche e de atividades das crianças fora do recinto escolar, como, por exemplo, em retiros e passeios. Em meio às fotos são anunciados os números dos benefícios relacionados à saúde, como a distribuição de remédios, e o total de crianças matriculadas. Encerrando a vultosa matéria, ao lado de uma conhecida foto do padre, constava um recado que já era marca do seu estilo, pois foi empregado por ele em diversas ocasiões: “Minha única resposta a tudo e a todos: *Res non verba*. Fatos, não palavras.”²¹⁸. Novamente, padre Kolb defendia-se de acusações, mas não nomeava seus opositores, nem o conteúdo preciso das críticas que a ele eram direcionadas. Entretanto, o teor de suas defesas sugere que as acusações envolviam questões financeiras, devido ao detalhamento das despesas da creche e dos atendimentos lá prestados. A matéria foi uma espécie de “prestação de contas” pública feita pelo padre em 1946.

Entretanto, em 1948, ocorreu de fato a saída da “Ordem São Vicente de Paula”. Não é possível afirmar com precisão se a retirada da irmandade representou a instauração ou o desfecho de uma crise já anunciada dois anos antes. O resultado prático do afastamento da irmandade, porém, foi o encerramento temporário das atividades da creche. De acordo com Carmen S. M. Miranda, por ter aceitado a imposição do então governador, Kolb se reaproximou do governo do estado, que assumiu a administração da creche, reabrindo suas portas um ano depois²¹⁹.

Durante o regime de Getúlio Vargas, o movimento circulista recebeu incentivos financeiros e apoio político do governo. Além disso, a instituição contava ainda com as doações de empresas e de políticos interessados no prestígio do padre junto à classe operária. O COJ mantinha imóveis e salas alugadas e contava com as mensalidades de seus associados. Contudo, o padre tinha em mente projetos ambiciosos

²¹⁸ Fundação Padre Alberto Kolb. *Jornal de Joinville*, 7 mar. 1946, p. 1 e 3.

²¹⁹ MIRANDA, op. cit., 2006, p. 71.

para a sua instituição. As aquisições de imóveis nas imediações do Círculo registradas nas atas surpreendem pela quantidade naquele período. Essa grande movimentação financeira possivelmente levantava a desconfiança e fomentava burburinhos na cidade envolvendo o nome do fundador do Círculo.

Em pleno auge econômico de sua entidade, o padre emprestava dinheiro do Círculo aparentemente para uso pessoal, ao mesmo tempo em que contraía empréstimos no Rio de Janeiro para o COJ. Curiosamente, uma de suas fontes de empréstimo foi a senhora Áurea Leal, a herdeira do casal Modesto Leal. D. Áurea, por sua vez, emprestou a juros quantias significativas a Kolb²²⁰. Novamente, não foi especificado qual seria o destino do dinheiro. O registro serviu para formalizar a autorização da diretoria para que o padre contraísse o empréstimo.

As prestações das contas do Círculo eram feitas de forma precária, sem regularidade. Ao menos nas atas, os registros são escassos e com pouca ordenação. Os livros-caixa ficavam arquivados na casa do pároco. Através da leitura das atas é possível perceber que, após a morte do padre, os demais diretores desconheciam os saldos de contas bancárias e os valores exatos do patrimônio do Círculo. No entanto, de acordo com os registros de Kolb, todas as propriedades estavam pagas e a entidade não possuía dívidas.

Atualmente, a diretoria do COJ tem dificuldade em informar os números, ainda que aproximados, dos bens da entidade em décadas anteriores. Alguns imóveis pertencentes ao Círculo teriam sido perdidos para a especulação imobiliária na região, que atualmente é uma das áreas mais valorizadas da cidade. Ainda que anotações do padre tenham revelado sua preocupação e empenho em manter a documentação do patrimônio circulista em situação regular, é possível que após sua morte as diretorias subsequentes tenham sido negligentes em relação a essa questão. De qualquer modo, as quantias financeiras doadas ao padre, contabilizadas de forma pouco profissional, e o sistema de prestação de contas do Círculo davam margem às críticas nada elogiosas em relação à administração daqueles recursos.

Somente no ano de 1942, o sindicalista Conrado de Mira foi indicado ao cargo de membro da “Comissão de Contas do Círculo”, passando a ser um dos responsáveis pela contabilidade da instituição. Não obstante, seu nome já era conhecido no ambiente circulista em

²²⁰ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, 5 set. 1945, p. 238.

função das atividades entre COJ e sindicatos. Apesar da contratação de Conrado de Mira, a prestação de contas continuou ocorrendo da mesma forma que antes, ou seja, nas reuniões os responsáveis apenas informavam que os livros de contas estavam “em ordem”, sem mencionar valores. Os livros de balanços, porém, não foram encontrados entre a documentação do Círculo.

Em 1944, o padre retirou da conta bancária do Círculo a quantia de dez mil cruzeiros, destinada à compra de um imóvel, e se comprometeu a devolver o valor assim que voltasse da viagem que faria ao Rio de Janeiro²²¹. A transação parecia se tratar de empréstimo particular do Círculo ao padre. Essa poderia ser uma das origens de acusações contra Kolb, pois, segundo o próprio sacerdote, as críticas relacionadas à sua lisura na administração da entidade partiam de dentro do ambiente circulista. Com o objetivo de acabar com o clima de insinuações, o padre passou a publicar nos jornais os resultados de suas viagens. O artigo publicado e contendo a “prestação de contas” apresentava os nomes dos doadores e valores ofertados ao COJ e a creche. Na viagem de 1944, a lista continha mais de vinte doações particulares, destacando-se as realizadas em nome do presidente da república, da primeira dama, de esposas de ministros, além de empresários²²².

2.14 A Morte de Alberto Kolb e o futuro do COJ

Conforme a autora Carmem S. M. Miranda, que em seu trabalho de pesquisa entrevistou familiares e pessoas próximas a Alberto Kolb, aos 49 anos, o padre estaria enfrentando problemas de saúde, aos quais não estava dando a devida atenção²²³. Na manhã do dia 24 de abril de 1948, ao sentir um mal estar, ele foi levado ao hospital, mas não resistiu ao que teria sido uma parada cardíaca. Segundo o relato descrito na ata de falecimento, os diretores do Círculo encaminharam as providências para o velório, realizado na creche conforme desejo do padre registrado em seu testamento. Ainda de acordo com o registro

²²¹ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, 10 fev. 1944, p. 187.

²²² Reverendíssimo padre Kolb. *Jornal A Notícia*, 10 ago. 1944. Em anexo, confira a Imagem 6.

²²³ MIRANDA, op. cit., 2006, p. 88.

feito em ata, uma multidão entristecida participou do velório, da missa de corpo presente e acompanhado o enterro²²⁴.

No cemitério, o primeiro secretário falou em nome do Círculo, expressando a gratidão dos operários joinvilenses. Dentre as personalidades políticas municipais, apenas Dr. Plácido Olímpio de Oliveira teria expressado “poucas, mas entusiastas palavras” enaltecendo a obra do padre. A ata de falecimento foi encerrada ressaltando que a morte do padre ficaria “eternamente gravada na memória dos circunistas, sendo um fato que “abalou toda a cidade”²²⁵.

De todas as afirmações em que Kolb eventualmente deixava transparecer que, apesar do orgulho sentido por seu trabalho com os operários, a verdadeira satisfação sentida estava no seu trabalho com a creche Conde Modesto Leal, nenhuma foi mais precisa que a deixada em seu testamento:

Meu corpo revestido com os paramentos de minha ordenação sacerdotal que se acham na creche deverá ser exposto ao pé do *hall* da creche, no divã que por quatro anos serviu de cama no Rio de Janeiro, quando duramente esmolei os recursos para fazer o círculo, **onde jamais fui compreendido**, e a creche para a educação das crianças, **casa esta que foi meu único consolo**. A razão de ser, de eu querer ficar no *hall* é para testemunhar a todos que nada quis para mim, mas tudo fiz para os outros, pelo Brasil e para Deus²²⁶.
(Grifos meus)

Essa passagem do testamento escrito em 1945, cujo título é *Minha última vontade*, retirado do livro de Carmen S. M. Miranda, revela o contexto na qual foi escrita. A autora observou que o testamento serviu como uma mensagem de desabafo, sobretudo em relação aos integrantes do Círculo Operário, que supostamente “aumentaram a rede de intrigas com informações desencontradas”²²⁷. Mais do que um desabafo, a mensagem pode ser considerada o último ato político planejado por padre Kolb. Ao afirmar que no Círculo Operário nunca foi compreendido e, mais do que isso, ao declarar que a

²²⁴ Em anexo, confira a foto do velório, Imagem 7.

²²⁵ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, 24 abr. 1948, p. 309-310.

²²⁶ KOLB apud MIRANDA, op. cit., 2006, p. 81.

²²⁷ *Ibid.*, p. 82.

creche foi “seu único consolo”, o padre demonstrou que a intenção parecia maior do que apenas registrar a mágoa de um momento²²⁸. Para os desabafos cotidianos, o padre usava de outros recursos menos simbólicos, como diários e notas em jornais.

Com efeito, conforme observou Carmen S. M. Miranda, o contexto em que foi escrito o testamento parece ter sido de crise pessoal e pública para o padre, afinal, em 1945, ocorreu a queda do Estado Novo e, com isso, o enfraquecimento do movimento circulista em todo país. Apesar do seu envolvimento com o PTB e do empenho na campanha da UDN, o momento era de incertezas sobre o futuro de suas atividades e do destino do próprio Círculo. Além disso, apesar do sucesso material de sua obra no COJ, a falta de participação efetiva dos associados foi uma queixa constante do padre ao longo de toda a sua trajetória. No mesmo período em que escreveu seu testamento, é possível verificar através das atas a diminuição de sua participação nas atividades do Círculo.

Kolb encerrou o texto da carta-testamento com o peculiar hábito de se proteger de supostas acusações contra sua conduta, afirmando que a ideia de ser velado no *hall* seria uma forma de expressar sua falta de pretensões individualistas. Com isso, procurou demonstrar que toda a sua obra era destinada “aos outros, ao Brasil e para Deus”, e jamais para si. Entretanto, ter seu corpo exposto no *hall* da creche pode sugerir outras interpretações que não apenas a abnegação pretendida, a saber, demonstra personalismo. Era também vontade do padre ser enterrado no terreno da creche. Não obstante, esse último pedido não foi atendido, apesar de constar nas atas do Círculo menções sobre esse compromisso. Recentemente foi construído na creche um mausoléu, para onde se pretende levar os restos mortais do padre.

Ao analisar os documentos do Círculo Operário de Joinville, no período referente à 1935 e 1948, percebe-se que a atuação do padre Alberto Kolb nas campanhas políticas, bem como sua presença nas principais discussões da cidade e sua relação de amizade com o patronato, acabaram se sobressaindo à interferência da entidade Círculo Operário na cidade daquele período. Mesmo que se apresentasse como representante do Círculo, era o padre Alberto Kolb que se destacava. Em outros termos, ele não era apenas o diretor, mas, simbolicamente, era como se ele fosse o próprio Círculo. Mais do que isso, muitas vezes, ele

²²⁸ Ibid., p. 82.

se apresentava como legítimo “representante do operariado de Joinville”.

Conforme a característica altamente centralizadora na condução do círculo, o padre não deixou que a entidade se desenvolvesse de forma autônoma sob nenhum aspecto. Enquanto esteve a sua frente, não deu espaço aos associados e a partidariizou. Quando morreu, deixou uma entidade sem identidade própria e, embora rica materialmente, seus associados não souberam o que fazer com o legado.

Por outro lado, torna-se imprescindível lembrar que no projeto circulista não havia espaço para a “autonomia” de seus associados. Como dito anteriormente, a doutrina social católica baseou sua obra em dois documentos fundamentais: as encíclicas *Rerum Novarum*, de 1891, e a *Quadragésimo anno*, de 1931. As duas encíclicas sistematizaram um conjunto de temas que serviram como orientação para o desenvolvimento das atividades católicas, incluindo os Círculos Operários no Brasil: a defesa da propriedade privada, o papel do Estado, o combate ao comunismo, o princípio da colaboração entre as classes, o papel da Igreja na sociedade e a organização do operariado. A encíclica *Rerum Novarum* é mais incisiva no que diz respeito à organização do proletariado. O papa Leão XIII criticou o crescimento das organizações operárias socialistas e afirmou que os católicos deveriam reagir a esse fato. Entre as orientações do Papa estava a preocupação que as entidades católicas deveriam ter com a vida material do proletariado. O papa afirmou que se as necessidades deles fossem atendidas, os conflitos entre capital e trabalho seriam evitados. Era necessário que a igreja oferecesse “defesa e proteção” aos trabalhadores²²⁹.

Evidentemente a morte prematura do padre abalou o ambiente circulista. Porém, Kolb demonstrava insatisfação com os rumos que o Círculo Operário tomou. Ele estava frustrado com os problemas enfrentados na administração da creche Conde Modesto Leal e sofria com as críticas e acusações que não partiam apenas de desafetos políticos, mas de membros do próprio Círculo. O padre não escondia seu descontentamento com a situação que enfrentava. A crise pela qual passava a entidade apenas se generalizou após sua morte. Os registros das atas apontam para a falta de rumo da diretoria. Um mês após a morte de Kolb, o padre Sebastião Scarzello foi nomeado novo diretor do Círculo. Imediatamente após assumir o cargo, o novo diretor precisou viajar a capital federal e a Florianópolis para regularizar o recebimento

²²⁹ FARIAS, op. cit., 1998, p. 178.

dos subsídios do Círculo. Ele também tentou retomar os métodos praticados por seu antecessor, ao buscar junto aos empresários e políticos da cidade o apoio para a reabertura da creche Conde Modesto Leal²³⁰. Enquanto o novo padre diretor encaminhava seus trabalhos, a diretoria regularizava o setor financeiro do Círculo. De acordo com os registros em ata, a mesa diretora procurava unificar as contas bancárias da entidade. Apesar da crise administrativa que enfrentava e do seu afastamento das assembleias, padre Kolb permaneceu controlando o caixa da entidade até o último momento, guardando inclusive em sua casa os livros-caixa e quantias em dinheiro.

Poucos meses após a morte de Kolb, quando as atividades burocráticas pareciam se normalizar, toda a diretoria circulista, incluindo o padre Sebastião Scarzello, decidiu se afastar de seus cargos. Não foi encontrada na documentação a justificativa para esse episódio, apenas houve a comunicação e convocação de assembleia para escolha de uma diretoria interina. É possível supor que a motivação para essa atitude tenha sido as antigas disputas internas entre grupos, pois os circulistas que assumiram a diretoria não eram nomes novos, mas membros de gestões anteriores. Destaca-se entre os novos diretores o nome de Conrado de Mira, que dessa vez assumiu o cargo de primeiro tesoureiro²³¹. Nos meses que restaram daquele ano, a nova diretoria realizou poucas atividades, dando prioridade para as questões financeiras, como aluguel das dependências do Círculo.

Embora as reuniões presididas por esse novo grupo contassem com a participação de um número maior de pessoas do que na gestão anterior, o conteúdo permanecia pouco diversificado. Não se pode deixar de mencionar que o sindicalista Conrado de Mira ganhou destaque naquele período. Embora suas falas fossem direcionadas no sentido de motivação do grupo, sem propostas efetivas, seu nome teve um papel de relativa proeminência, tendo em vista que ocupava o cargo de tesoureiro, sem ter, portanto, a função de se manifestar em reuniões ordinárias. Quando ocupou o cargo na comissão de contas em anos anteriores, não era característica do sindicalista se manifestar ou ter suas falas registradas, até mesmo sua presença nas reuniões não era comum. Cabe lembrar que, em pouco tempo, o sindicalista se candidataria a vereador na cidade, não sendo surpreendente, desse modo, a tentativa de se tornar popular dentro do ambiente circulista.

²³⁰ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, mai./set. 1948.

²³¹ *Ata do Círculo Operário de Joinville*, set. 1948, p. 321.

De acordo com Carmen S. M. Miranda, apesar da reativação da creche em 1949, as atividades da instituição foram normalizadas apenas em 1959, quando a Ordem Beneditina assumiu a direção e também devido a um acordo estabelecido entre Círculo Operário e creche. Ocorria que todas as instalações da creche pertencem ao Círculo Operário e, sobretudo após a morte do padre, incidiram problemas de ordem administrativa e burocrática em relação à gerência das duas instituições. Um acordo firmado definiu um regime de comodato, em que o Círculo Operário cedeu todas as instalações, bem como a administração da creche, para a Mitra Diocesana de Joinville²³².

No período de 1948 a 1959, conforme apontou a autora, os jornais da cidade foram responsáveis por uma permanente campanha de amparo à creche²³³. Carmen S. M. Miranda acrescentou ainda que uma crise semelhante ocorreu em 1987. Nas duas ocasiões, poderes públicos e entidades sociais se mobilizaram para evitar o fechamento da instituição educacional²³⁴. Em 1960, a Congregação do Divino Salvador, ordem religiosa que ainda permanece em atividade na instituição, assumiu a direção da creche.

Após a morte do padre, a documentação se tornou escassa e as atas não foram atualizadas com periodicidade. Contudo, uma tentativa de “nova reminiscência” foi encontrada junto à documentação do Círculo. Trata-se de duas folhas avulsas datilografadas em papel timbrado do COJ, nas quais está registrada uma breve memória da entidade. O texto descreve que após a morte de padre Kolb, as atividades e trabalhos até então desenvolvidos foram se tornando inativos. Embora não esteja datado, o documento destacou que a partir de nova diretoria voluntária formada em 1989, as atividades foram retomadas, como, por exemplo, a realização de cursos profissionalizantes que atendiam a 400 alunos.

Entre os cursos oferecidos estavam: corte e costura, datilografia, pintura em tecido, cerâmica e porcelana, manicure, violão, cabeleireiro, formação comunitária, entre outros. Além dos cursos, o documento dizia oferecer benefícios aos cerca de 500 sócios, entre os quais se destacam: creche, atendimento odontológico, atendimento jurídico, salão social e corte de cabelo gratuito. Mais de 50 anos após sua fundação, o Círculo

²³² MIRANDA, op. cit., 2006, p. 74.

²³³ *Ibid.*, p. 73.

²³⁴ *Ibid.*, p. 73.

Operário de Joinville oferecia menos serviços que nos anos iniciais de suas atividades.

3 SINDICATOS E PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO EM JOINVILLE

3.1 Legislação trabalhista no Brasil

As primeiras medidas de proteção ao trabalhador produzidas no Brasil são do século XIX. Conforme assinalou Rosa Maria Barboza de Araújo, essas medidas foram apresentadas através de cláusulas que regulavam as relações de trabalho, inseridas no Código Comercial de 1850. Uma das primeiras medidas foi a introdução do princípio da Justa Causa para dispensa de empregados, seguida da indenização por acidentes de trabalho e do aviso prévio para rescisão de contrato. Em 1852, estimulou-se a contratação de trabalho livre, proibindo-se as estradas de ferro de utilizarem mão-de-obra escrava²³⁵.

Porém, a simples transição legal do trabalho escravo para assalariado não garantiu aos trabalhadores novos direitos, que viriam somente quando reivindicados. Na primeira fase republicana foram assinados alguns decretos referentes às questões trabalhistas que não apresentaram utilização prática. Somente a partir da crescente organização do proletariado, o governo passou a dar maior atenção à legislação trabalhista, sobretudo, após as greves de 1917 e 1919. Em 1919, o presidente em exercício, Delfim Moreira, pediu ao Congresso que colocasse o Brasil em dia com as decisões do Tratado de Versailles. Esse Tratado recomendou melhores condições de vida para os trabalhadores. A partir daí, iniciou-se um terceiro período mais rico em leis, que só seria interrompido com o movimento de 1930.

O trabalho de Joseli Maria Nunes Mendonça destacou que os direitos essenciais do trabalho, referentes à jornada de trabalho, regulamentação de trabalho do menor e da mulher, férias remuneradas, sindicalização e acidentes de trabalho, são oriundos de legislação criada em períodos anteriores a década de 1930. É do ano de 1923, a lei que instituiu a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, configurando o início da previdência social brasileira. Em 1925, foi criada a Lei das Férias, prevendo o descanso remunerado de 15 dias anuais. Para essa autora, a década de 1920 ficou marcada pela

²³⁵ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 35.

combinação da repressão violenta ao movimento operário e um “grande empreendimento legislativo em torno da questão social”²³⁶. Rosa Maria de Araújo advertiu, no entanto, que a legislação trabalhista só ofereceu valor nos lugares e para as classes com condições de impô-la, portanto, sua validade foi bastante limitada²³⁷. A historiadora Joseli Maria Mendonça destacou que o descumprimento sistemático daquela legislação pelos patrões redefiniu as demandas do movimento operário²³⁸.

A chamada “Revolução” ou movimento de 1930, amplamente debatido pela historiografia brasileira, modificou o cenário político brasileiro. Antigas e novas lideranças políticas se reorganizaram em torno da luta pelo poder. De acordo com Rosa Maria de Araújo, a vitória da Aliança Liberal pode ser explicada pela “conjugação de forças, movidas por questões diversas, contra a política vigente e as dificuldades desses grupos em enfrentar o período de crise do final da década de 20”²³⁹. O grupo vitorioso, conforme a historiadora, não possuía identidade política ou social, formando uma aliança heterogênea, uma vez que não existia um setor social com força para exercer o poder exclusivamente. Apesar da união de antigos adversários em torno da candidatura de Getúlio Vargas, eram expressivas as divergências entre os aliancistas²⁴⁰. Derrotado nas urnas, Vargas acabou assumindo a chefia do Governo Provisório em 3 de novembro de 1930, governando a favor de diferentes interesses.

²³⁶ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Unicamp, 2007, p. 382.

²³⁷ ARAÚJO, op. cit., 1981, p. 43.

²³⁸ MENDONÇA, op. cit., 2007, p. 382.

²³⁹ ARAÚJO, op. cit., 1981, p. 48.

²⁴⁰ Rosa Maria de Araújo destaca que no Rio Grande do Sul, os seguidores de Julio de Castilho e os chamados maragatos, “adversários seculares”, se reuniram em torno da candidatura de Vargas. Usando a expressão de Joseph Love, pela primeira vez na história da república “os políticos gaúchos uniram-se em torno do mesmo candidato”. No entanto, isso não significou o fim do antagonismo de ideias. *Ibid.*, p. 49.

3.2 Criação do Ministério do Trabalho

As reformas defendidas pela Aliança Liberal foram efetivadas sem mudanças estruturais no sistema sócio-econômico. A criação do Ministério do Trabalho expressou a decisão do Estado de interferir na relação do trabalho com o capital. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi criado pelo Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930, em nível de Secretaria de Estado. O Ministério exclusivamente do Trabalho passou a ter essa designação apenas em 1974, depois do desmembramento do Ministério da Previdência e Assistência Social. Antes disso, fazia parte também o Ministério da Indústria e do Comércio²⁴¹.

O ministério do Trabalho não era uma pasta “chave” para o governo, recebendo uma verba pequena do orçamento da União, que não alcançava 1% da verba do tesouro nacional. Segundo Rosa Maria Barboza de Araújo, Vargas, a princípio, era contrário à criação da pasta e à nomeação do gaúcho Lindolfo Collor para assumi-la. Collor atuou como jornalista, redator-chefe, deputado federal, diretor de “A Pátria”, órgão oficial da campanha aliancista, e teria sido indicado para o cargo porque foi um dos mais empenhados combatentes na Aliança, todavia, não era especialista para assumir a pasta. Os “rudimentares conhecimentos” de Lindolfo Collor fizeram com que ele se cercasse de uma equipe diversificada, composta de especialistas e também da tecnocracia do movimento operário²⁴².

Joseli Maria Mendonça assinalou que além de Collor ser inexperiente em assuntos relacionados ao trabalho, seu envolvimento com Borges de Medeiros desagradava setores mais à esquerda da Aliança. Por isso, ele reuniu em seu ministério pessoas experientes na “questão social” e alguns com tradição na militância em torno do tema, como Evaristo de Moraes, que assumiu o cargo de consultor jurídico²⁴³. O ministro pretendia instituir um código do trabalho e, embora o plano não tenha sido concretizado, sua gestão foi marcada por um grande conjunto de funções legislativas. Não obstante, a maior parte dos projetos de leis formulados em sua gestão foi sancionada somente quando Salgado Filho assumiu o ministério²⁴⁴.

²⁴¹ Ibid., p. 26.

²⁴² Ibid., p. 62.

²⁴³ MENDONÇA, op. cit., 2007, p. 386.

²⁴⁴ Ibid., p. 388.

Rosa Maria de Araújo destacou cinco pontos fundamentais do pensamento de Collor que estiveram presentes no conjunto de leis assinadas em sua gestão: a) a legislação social do Brasil não é cópia de experiências externas e tem por princípio estabelecer um modelo brasileiro de Direito Social, b) a colaboração de classes, c) a sociedade brasileira precisa da intervenção do Estado, d) o princípio da nacionalização implica na defesa do trabalhador brasileiro e no cultivo do sentimento nacional pelas massas, e) o movimento operário tornou-se vitorioso em nome da liberdade de pensamento²⁴⁵. Como salientou a autora, a dualidade do pensamento liberal/intervencionista no discurso de Lindolfo Collor, proclama a intervenção do Estado a nível econômico e social, opondo-se aos princípios do liberalismo, que “defende a liberdade de pensamento e condena a intervenção do governo na política partidária bem como a manifestação política das classes sociais”²⁴⁶.

Joseli Maria Mendonça acrescenta que a produção legislativa da gestão de Lindolfo Collor foi admirável, apesar de ter ficado na função por apenas 14 meses. O foco principal do trabalho dessa autora foi a papel desempenhado por Evaristo de Moraes, ferrenho defensor da intervenção do Estado nas relações de trabalho²⁴⁷. Embora tenha participado no processo de elaboração de diversas leis, Evaristo de Moraes parece ter tido maior participação no processo de elaboração da Lei de Sindicalização²⁴⁸. A lei, aprovada pelo Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, definiu as normas com base nas quais os sindicatos operários e patronais deveriam funcionar. Entre as normas instituídas estavam: os sindicatos deveriam reunir pelo menos 30 associados, de ambos os sexos, maiores de 18 anos e ter no mínimo dois terços dos associados brasileiros natos ou naturalizados. Para ser reconhecido, o sindicato deveria remeter ao ministério uma lista dos associados contendo: nomes dos sócios, profissão, idade, estado civil, nacionalidade, residência e empresas de ocupação profissional. Além disso, o sindicato deveria enviar também cópia autenticada da ata de instalação e dos estatutos, das atribuições dos diretores, dos direitos e deveres dos sócios e da forma de constituição, administração e dissolução do patrimônio social. Contudo, o processo de reconhecimento do sindicato não era concluído no momento de sua

²⁴⁵ ARAÚJO, op. cit., 1981, p. 89.

²⁴⁶ Ibid., p. 95.

²⁴⁷ MENDONÇA, op. cit., 2007, p. 38.

²⁴⁸ Ibid., p. 390.

constituição, e deveria ser reiterado trimestralmente através do exame da situação financeira.

Joseli Maria Mendonça chamou a atenção para o texto da lei referente à sindicalização, no que diz respeito às regras de constituição e funcionamento de associações operárias e patronais²⁴⁹. Conforme a autora, o texto procurava materializar a integração de capital e trabalho ao colocar sindicatos patronais e operários na mesma condição jurídica. A “colaboração entre as classes” foi uma espécie de *slogan* do Ministério do Trabalho. Entretanto, o mesmo texto de lei limitava a “integração”, uma vez que proibia a demissão de operários sindicalizados, o que significava “proteção” aos operários.

O texto da Lei de Sindicalização procurou envolver todos os espaços que possibilitassem a efetivação do controle sobre as entidades. Joseli Maria Mendonça ressaltou a concepção de uma espécie de “pauta de reivindicações”, que serviria como norteadora para negociações dos sindicatos. O artigo 8º da lei apresentava a proposta:

- a) medidas de proteção, auxílios, subvenções, para os seus institutos de assistência e de educação, já existentes ou que venham a criar;
- b) a criação, pelo Governo da República, ou por colaboração deste e dos Governos estaduais, de serviços de assistência social, que, por falta de recursos, não puderem ser instituídos ou mantidos pelos sindicatos;
- c) a regularização de horas de trabalho, em geral, e, em particular, para menores, para mulheres e nas indústrias insalubres;
- d) melhoria de salários e sua uniformização, em igualdade de condições, para ambos os sexos; fixação de salários mínimos para trabalhadores urbanos e rurais;
- e) regulamentação e fiscalização das condições higiênicas do trabalho em fábricas, em oficinas, em casas de comércio, usinas e nos campos, tendo-se em conta a localização, natureza e aparelhagem técnica das

²⁴⁹ Ibid., p. 392.

indústrias, sobretudo quando oferecerem perigo à saúde e à segurança física e mental dos trabalhadores, ou quando, tendo-se em vista o sexo, a idade e a resistência orgânica dos mesmos, se lhes dificultar ou reduzir a capacidade produtiva, pelo uso de maquinismos deficientes ou inadequados ou por má distribuição do trabalho;

f) medidas preventivas ou repressivas contra infrações de leis, decretos e regulamentos que prescreverem garantias ou direitos às organizações sindicais²⁵⁰.

Dessa forma, o Estado não teria somente a função de “arbitrar”, mas de determinar quais as questões que o movimento operário deveria levar às instâncias ministeriais. Joseli Maria Mendonça acrescenta que assim o Estado evitava a “luta entre as classes” e definia as demandas operárias consideradas legítimas²⁵¹.

Conforme analisou Rosa Maria de Araújo, a legislação trabalhista tem sido vista de diferentes formas pela historiografia. Uma dessas formas seria aquela disseminada pelos intelectuais ligados ao Estado Novo, de que não havia nenhum tipo de legislação anterior a 1930, de modo que as leis trabalhistas seriam fruto da “generosidade de Vargas”. Evaristo de Moraes Filho foi o primeiro a desmistificar o mito da outorga dos direitos sociais, lembrando o papel desempenhado pelo movimento operário da Primeira República. Outra interpretação corrente seria a de que a legislação trabalhista e sindical, criada a partir de 1930, seria apenas um mecanismo de controle por parte do Estado. Embora, por um lado, a política social do governo de Getúlio Vargas restringiu a autonomia de organização dos trabalhadores, por outro lado, “desenvolveu um processo progressivo de transformações sociais”²⁵². Nesse sentido, a autora avalia a legislação trabalhista como consequência de uma combinação da repressão efetivada pelo controle do Ministério perante os sindicatos e da manipulação do consenso, ou seja, o reconhecimento dos benefícios adquiridos pela classe operária.

²⁵⁰ Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931. In: *Ibid.*, p. 393-394.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 394

²⁵² ARAÚJO, op. cit., 1981, p. 97.

3.3 O conde do sindicalismo de Joinville

Em 1931, como apontou Vito Giannotti, com a criação do Ministério do Trabalho e a edição da Lei da Sindicalização, o Estado passou a controlar e a “criar” sindicatos oficiais em todo o país²⁵³. É nesse contexto que se insere o surgimento dos sindicatos joinvilenses. Em 1931, foi fundada a Aliança dos Trabalhadores em Construção Civil e em seguida surgem os Sindicatos dos Trabalhadores em Olarias, Metalúrgicos, Gráficos, Operários e Empregados em Moinhos, Sindicato das Oficinas Mecânicas, Sindicato dos Estivadores e Sindicato dos Trabalhadores em Massas Alimentícias.

A historiografia sobre Joinville durante muito tempo pouco se referiu aos sindicatos da cidade. Apolinário Ternes, historiador e jornalista que publicou diversos trabalhos sobre Joinville, foi categórico em relação ao tema, afirmando que a falta de organização operária na cidade, ajudaria a explicar seu desenvolvimento industrial. Em seu livro *História Econômica de Joinville*, Ternes assim se expressou:

Outra faceta decisiva para a evolução industrial e econômica de Joinville, acompanhando a realidade nacional determinada pelo autoritarismo, foi o asfixiamento da luta operária por melhores salários e condições de trabalho, através da emasculação do papel dos sindicatos. Aqui, da mesma perduraram as lideranças sindicais atreladas ao discurso autoritário, não ocorrendo ainda o processo de renovação que já rapidamente se registrou nos centros operários mais expressivos, muito especialmente na região do ABC paulista²⁵⁴.

O trabalho de Ternes, publicado na década de 1980, também tentou esclarecer as razões pelas quais a organização de movimentos grevistas em Joinville seria um “fenômeno raro”, o autor identificou dois motivos principais:

²⁵³ GIANNOTTI, Vito. *Cem anos de luta operária*. Petrópolis: Vozes, 1988.

²⁵⁴ TERNES, Apolinário. *História Econômica de Joinville*. Joinville: Meyer, 1989, p. 202.

[...] a visão mais esclarecida do empresário, que procura estabelecer condições de trabalho mais dignas e humanas a seus operários; uma política de formação de mão-de-obra, com reflexos naturais nos salários, esclarecida e atualizada; e o diálogo permanente com os colaboradores, que é um traço cultural da elite empresarial quer alemã quanto luso-brasileira. O diálogo, contudo, muitas vezes não foi suficiente e o período anterior a 1964 registra a eclosão de movimentos de paralisação de significativa representatividade, inclusive sob o comando de lideranças sindicais ou políticas, de esquerda, relativamente entrosadas com o sentimento reivindicatório operário. E é preciso dizer, ainda, que o Brasil como um todo, vivia a psicose da greve, como, aliás, chegou a se reeditar nos meses imediatamente posteriores à abertura política, na presente década. Este efeito psicológico de contágio grevista também ocorreu em Joinville, com a eclosão de greve em importantes empresas locais. No momento, todavia, operários e empresários se reciclam com vistas aos novos tempos de democracia e negociação.

Em Joinville, porém, perdura o modelo sindicalista corporativo fascista, que vigiu [sic] em todo o país durante os anos de repressão²⁵⁵.

Os excertos acima envolvem toda a análise de Ternes em relação a sindicatos e à organização operária da cidade. O Círculo Operário e o integralismo em Joinville não aparecem nos trabalhos do historiador. Recentemente, outros autores buscaram investigar a organização dos trabalhadores na cidade. Giane Maria de Souza, por exemplo, focalizou em seu trabalho a ideologia do autoritarismo estadonovista em Joinville. A autora analisou os sindicatos da cidade durante o período do Estado Novo como instrumentos educativos. De acordo com Giane de Souza: “as entidades sindicais transformaram-se em aparelhos difusores da pedagogia do trabalho disciplinado e do capital honesto”²⁵⁶.

²⁵⁵ Ibid., p. 203.

²⁵⁶ SOUZA, op. cit., 2008, p. 35.

O Arquivo Histórico de Joinville abriga um conjunto de documentos relacionados às atividades de alguns desses sindicatos. A documentação consiste em livros de atas, livros-caixa, correspondências e documentos avulsos referentes a processos trabalhistas. Um nome aparece em diversos desses documentos: Conrado de Mira. Não por coincidência, Conrado de Mira foi o nome dado ao conjunto de documentação referente a sindicatos do arquivo municipal. Toda a documentação do “Fundo Conrado de Mira” foi cedida ao Arquivo Histórico pela família do sindicalista, que a manteve sob sua posse durante décadas.

Entre a documentação estão também processos que o próprio Conrado de Mira moveu contra os sindicatos dos quais foi funcionário. Nesses processos ele alegava ter direitos trabalhistas a receber. Mira recebeu salário de todos os sindicatos em que trabalhou simultaneamente, inclusive quando exerceu atividades na comissão de finanças do Círculo Operário de Joinville. Os processos trabalhistas eram uma das especialidades de Conrado de Mira, que cuidava pessoalmente das reclamações levadas aos sindicatos, o que explica a grande quantidade de documentos dessa espécie sob sua posse.

Das três personalidades estudadas nesta pesquisa, Conrado de Mira é o personagem que deixou mais lacunas não preenchidas. A contradição se encontra justamente no fato de ele ter sido entre os três, o que apresentou a mais extensa vida pública em Joinville. No entanto, é também o personagem menos popular fora do seu campo de influência. Aristides Largura e Alberto Kolb tiveram suas atividades altamente expostas pela imprensa.

Conrado de Mira exerceu intensa liderança e influência entre os trabalhadores sindicalizados, mas, ao que tudo indica, não conseguiu ter o mesmo apelo popular que o prefeito integralista ou o padre Kolb. Embora tenha conseguido ser eleito vereador por um mandato, não alcançou o cargo de prefeito para o qual também se candidatou. Além disso, depois de se afastar das entidades sindicais e passar a mover processos contra elas, Mira enfrentou o julgamento das novas lideranças sindicais. Em um dos processos encontrados, Conrado de Mira foi chamado por um dos novos dirigentes de o “conde do sindicalismo de Joinville”.

Não é uma tarefa simples entender a forma como Conrado de Mira conseguiu se projetar como liderança sindical na cidade, situação na qual se manteve por quase quatro décadas. Diferentemente de Largura e Kolb, Mira trabalhou nos bastidores das entidades nas quais manteve vínculo, esteve menos exposto às críticas da imprensa em

comparação ao líder integralista e tampouco escreveu cadernos de memórias.

Conrado de Mira foi apenas mais um entre os 166 operários que assinaram a ata de fundação da Aliança dos Trabalhadores em Construção Civil de Joinville, em 17 de novembro de 1931²⁵⁷. Porém, poucos anos depois, exercia a função de “secretário” simultaneamente em diversos sindicatos da cidade. Ao que tudo indica, o cargo de “secretário” seria uma espécie de assessoria política que Mira prestava àquelas entidades. Embora redigisse reclamações trabalhistas e representasse os sindicatos de Joinville em eventos e atividades fora da cidade, sua função não eliminava os serviços dos advogados e contadores. Os salários de Mira normalmente representavam as maiores despesas dos sindicatos, apesar da carga horária reduzida que dispunha para atender a todas as entidades, incluindo o Círculo Operário, onde também foi funcionário. Funcionário registrado dos sindicatos de Joinville, de 1939 a 1976, na carteira de trabalho de Conrado de Mira está registrada também sua admissão na fábrica de móveis “Reu e Cia” em 1935 e demissão em 1939, mesmo ano em que foi registrado como funcionário do Sindicato da Construção Civil.

3.4 Atividades dos Sindicatos

A maior parte dos livros de atas conservados no “Fundo Conrado de Mira” pertence ao Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil, categoria da qual Mira fazia parte originalmente. Apesar do material não estar completo cronologicamente, é possível observar que a gestão da diretoria do ano de 1933 se diferenciou em relação àquelas que a sucederam. Naquele ano, a diretoria elaborou um ofício que foi enviado aos empresários e demais sindicatos da cidade. Com exceção das reclamações trabalhistas, redigidas posteriormente pelos sindicatos e estritamente amparadas na legislação trabalhista, esse foi um dos raros episódios de enfrentamento por parte dos sindicatos encontrada naquela documentação:

Os operários que trabalham em V. conceituada
firma, vem, por meio desta respeitosamente

²⁵⁷ *Ata do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil*, 17 nov. 1931, p. 1.

solicitar de V.S., o trabalho diário de 8 horas, ou sejam, 48 horas semanais sem redução de ordenado de acordo com o decreto nº 21.964 de 4 de maio de 1932, o qual é o seguinte:

Decreto nº 21.964 de 4 de maio de 1932: Fixa o dia do trabalho em 8 horas, ou sejam, 48 horas semanais sem determinar isso redução no salário. Mensalistas ou diaristas perceberão o mesmo que recebiam anteriormente. Outrossim pedimos a V.S. só ter em seu serviço operários sindicalizados.

Para vosso governo informamos-lhe que damos 3 dias de prazo para resolver este caso amigavelmente, e, na falta de uma solução favorável a nós, não assumimos responsabilidade futura por qualquer movimento anormal que disso surgir e para tal terá a comissão a V. disposição na sede deste sindicato.

Aguardando seu pronunciamento a respeito, firmo-me com alta estima e consideração²⁵⁸.

Aos demais sindicatos foram enviados cópias do ofício, solicitando que o encaminhassem a todos os patrões, e uma mensagem de solidariedade: “sem união não temos força, unidos levamos nossos ideais avante, pois, sejamos unidos, um por todos, todos por um”²⁵⁹. Após três dias, a diretoria do Sindicato da Construção Civil voltou a se reunir, dessa vez com a adesão dos sindicatos dos Empilhadores e Classificadores de Madeira, dos Ervateiros e dos Estivadores²⁶⁰. Devido à ausência de resposta dos patrões, as diretorias dos respectivos sindicatos decidiram declarar “greve geral” até suas reivindicações serem atendidas²⁶¹. Entretanto, não há registro sobre os encaminhamentos da greve, e se de fato ela ocorreu. Apenas no final de fevereiro, portanto, mais de um mês depois do encaminhamento de greve, a diretoria dizia que o sindicato necessitava ser “reorganizado”, devido a “falta de decisão da resolução de greve”²⁶². Após esse episódio, as anotações passaram a ter conteúdo mais enxuto, relacionado, sobretudo, a questões meramente burocráticas.

²⁵⁸ *Ata do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil*, 3 jan. 1933, p. 4.

²⁵⁹ *Ibid.*

²⁶⁰ As denominações dos sindicatos seguem de acordo com as anotações dos livros de atas.

²⁶¹ *Ata do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil*, 5 jan. 1933, p. 5.

²⁶² *Ata do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil*, 21 fev. 1933, p. 17.

Em 1936, os Sindicatos da Construção Civil, dos Metalúrgicos e dos Encaixotadores em Armazéns aceitaram a proposta de padre Kolb para transferir suas sedes para o prédio do recém criado Círculo Operário de Joinville²⁶³. O Sindicato dos Trabalhadores em Moinho decidiu por manter sua sede em endereço distinto. No mesmo ano, Conrado de Mira passou a integrar a diretoria do Sindicato da Construção Civil, ocupando o cargo de segundo secretário²⁶⁴. No ano seguinte foi eleito presidente da categoria²⁶⁵.

Ao se tornar presidente, Mira impôs novo ritmo ao cotidiano da entidade. Até então, as reuniões ocorriam após longos períodos de intervalo e apresentavam pouco conteúdo. Assim que assumiu a presidência, Mira propôs a realização de duas reuniões mensais e de atividades que estimulassem novas adesões. Além disso, sugeriu maior número de ações em conjunto com os demais sindicatos da cidade e o COJ, como o encaminhamento de ofícios dirigidos ao prefeito protestando contra o aumento no preço de alimentos, a realização de bailes, missas campais e passeatas. O novo estilo conferido ao sindicato incluía também maior rigor em relação ao pagamento das mensalidades.

Em 1938, Mira passou a ocupar o cargo de vice-presidente, mas permaneceu em destaque com suas propostas e com um maior perfil de liderança em relação aos demais diretores²⁶⁶. Assim, em 1939, por solicitação dos demais associados, Mira voltou a ocupar a presidência da categoria, mas para isso estabeleceu algumas condições: maior empenho dos sócios para o alcance de novos sindicalizados, desconto nas mensalidades dos novos associados e a compra de uma máquina de escrever²⁶⁷.

Na mesma assembleia convocada para discutir questões sobre fundo de caixa mortuário, auxílios em caso de doença, campanha para novos sócios e impostos sobre bicicletas, Conrado de Mira discorreu sobre legislação trabalhista aos 320 operários presentes²⁶⁸. Os eventos em comemoração ao Dia do Trabalho costumavam ser organizados em conjunto pelos sindicatos e Círculo Operário. Em 1939, a programação previa a execução de missa no pátio da Creche Conde Modesto Leal, almoço com churrasco, bebida e bazar realizados no pátio do Círculo

²⁶³ *Ata do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil*, 2 abr. 1936, p. 2.

²⁶⁴ *Ata do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil*, 23 jan. 1936, p. 1.

²⁶⁵ *Ata do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil*, 6 jan. 1938, p. 8.

²⁶⁶ *Ata do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil*, 23 jan. 1936, p. 1.

²⁶⁷ *Ata do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil*, 9 jan. 1939, p. 20.

²⁶⁸ *Ata do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil*, 16 abr. 1939, p. 5.

Operário e marcha operária com lanternas luminosas e estandartes em homenagem ao presidente Getúlio Vargas, acompanhada por banda musical militar do batalhão²⁶⁹. Além do Sindicato da Construção Civil e do Círculo Operário, participaram da organização do evento: Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Gráficos, Sindicato dos Estivadores e Sindicato dos Empilhadores e Classificadores de Madeiras. De acordo com o registro em ata do Sindicato da Construção Civil, a marcha operária do Dia do Trabalho teria sido um sucesso, reunindo somente daquele sindicato mais de 400 sócios²⁷⁰.

Ainda na condição de presidente do Sindicato da Construção Civil, Conrado de Mira propôs em assembleia a criação de um novo sindicato que representasse os trabalhadores das fábricas de fios e tecelagem²⁷¹. Um ano depois, o novo sindicato efetivava o registro de diversas reclamações trabalhistas. Entre a documentação pertencente ao “Fundo Conrado de Mira” estão mais de 30 queixas individuais feitas em curto espaço de tempo, procedentes de operários de duas empresas têxteis. A queixa em comum nas denúncias teria sido o fato de as empresas Estabelecimento Fabril Colin, Lepper & Cia e Indústrias Têxteis Silvia Ltda. terem demitido funcionários para não pagar o salário mínimo posto em vigor naquele ano através do Decreto-Lei nº 2162, de 1º de maio de 1940. De acordo com os trabalhadores, que na sua maioria eram mulheres, as empresas estariam efetivando demissões em massa e contratando menores de idade para não pagar o salário mínimo previsto em lei²⁷².

O nome de Conrado de Mira consta em atas de outros sindicatos quando ainda não era funcionário deles. Em 1939, Mira esteve no Sindicato dos Metalúrgicos e em ata foi registrado que ele auxiliaria na reorganização da entidade²⁷³. Embora não estejam descritos os motivos da reorganização, a pequena quantidade de registros naquele livro de atas e a desordem do documento são indícios da situação daquela entidade. Os livros de atas inacabados, mal redigidos e fora dos padrões oficiais dificultariam nos meses seguintes a ratificação do Sindicato dos Metalúrgicos junto ao Ministério do Trabalho²⁷⁴. Conrado de Mira

²⁶⁹ *Ata do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil*, 19 abr. 1939, p. 8. Em anexo, confira Imagem 8.

²⁷⁰ *Ata do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil*, 4 mai. 1939, p. 9.

²⁷¹ *Ata do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil*, 17 ago. 1939, p. 13.

²⁷² *Pasta de reclamações trabalhistas*.

²⁷³ *Ata do Sindicato dos Metalúrgicos*, 1 ago. 1939, p. 11.

²⁷⁴ *Ata do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Joinville*, 19 fev. 1941.

parecia ser a pessoa disposta a “organizar” o sindicato, unção que acabou exercendo por mais de três décadas em pelo menos oito sindicatos da cidade. No caso do Sindicato dos Metalúrgicos, Mira também recomendou mudanças na administração da entidade. A maior parte das propostas do dirigente estava sendo postas em prática com sucesso no Sindicato da Construção Civil. Entre as sugestões estavam: intensificação da campanha para obter novos sindicalizados, oferta de auxílios em caso de doença e morte, maior divulgação entre os trabalhadores sobre os benefícios de ser sindicalizado, realização de reuniões ordinárias duas vezes ao mês, além de tornar a presença obrigatória nas assembleias, sob pena de exclusão em caso de falta sem justificativa. Essas sugestões foram prontamente aceitas pelos 44 sócios presentes na reunião²⁷⁵. Um mês após as deliberações, a diretoria comemorava a sindicalização de 120 novos operários²⁷⁶.

No ano de 1940, antes de terminar sua gestão e sem explicitar os motivos, Mira pediu demissão do cargo de presidente do Sindicato da Construção Civil. Em ata foi registrado apenas que a assembleia aprovou o pedido, e indicou um nome provisório até que se atingisse o período eleitoral do sindicato. Na mesma reunião foi determinada a contratação de um novo funcionário, conforme o registro, um “empregado para todos os serviços que o mesmo tem sob sua responsabilidade e para melhor servir aos interesses dos sócios”. Para desempenhar o cargo foi indicado o nome de Conrado de Mira²⁷⁷. A contratação foi aprovada pelos 86 trabalhadores que assinaram a ata daquela reunião. Contudo, a contratação de Mira estava proposta e aceita desde abril de 1939²⁷⁸.

A cópia de um documento enviado à Inspeção Regional do Ministério do Trabalho, de Florianópolis, em janeiro de 1940, comunicava a contratação de Conrado de Mira, não apenas pelo Sindicato da Construção Civil, mas também pelo Sindicato dos Operários Metalúrgicos, Sindicato dos Classificadores e Empilhadores de Madeira e Sindicato de Fiação e Tecelagem²⁷⁹.

No entanto, a contratação de Mira não foi uma unanimidade. Em novembro de 1940, o chefe da 4ª Zona de Fiscalização do Trabalho, Cláudio Barboza esteve no Sindicato dos Metalúrgicos e convocou uma

²⁷⁵ *Ata do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Joinville*, 24 ago. 1939, p. 1.

²⁷⁶ *Ata do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Joinville*, 25 set. 1939, p. 3.

²⁷⁷ *Ata do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil*, 11 jan. 1940, p. 2.

²⁷⁸ *Ata do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil*, 6 abr. 1939, p. 4.

²⁷⁹ *Documento avulso*, 29 jan. 1940.

assembleia extraordinária. Entre os motivos da reunião estavam a sugestão de demissão de Conrado de Mira e a mudança de endereço da sede. O fiscal sugeriu ao sindicato mudança de endereço para um local onde o aluguel fosse mais barato que o cobrado pelo COJ. Cláudio Barboza acrescentou que todos os sindicatos deveriam se retirar da sede do Círculo para, em conjunto e com o apoio da Fiscalização do Trabalho, construir uma sede própria. O fiscal indicou a demissão de Conrado de Mira, argumentando que os próprios diretores do sindicato poderiam se responsabilizar pelo trabalho executado por Mira. O principal motivo apresentado por Cláudio Barboza para a demissão seria o corte de gastos. Antes de encaminhar a votação das propostas, o presidente do sindicato se mostrou contrário às duas indicações. As indicações foram levadas à votação e a maioria da assembleia seguiu a disposição do presidente, rejeitando as duas sugestões do fiscal.

Cláudio Barboza recomendou então que o salário de Conrado de Mira deveria ser diminuído. Sem fazer referência a valores, a recomendação do fiscal foi aprovada pela assembleia. Como mencionado anteriormente, os salários destinados a Conrado de Mira costumavam representar as maiores despesas das entidades. Em 1946, o pagamento de Mira pelo Sindicato dos Metalúrgicos estava fixado em Cr\$ 500,00, enquanto o salário destinado ao advogado do sindicato foi de Cr\$ 150,00. No mesmo sindicato, em 1949, Mira recebia Cr\$ 900,00, enquanto o valor das despesas destinadas à assistência médica ficou em Cr\$ 255,00 mensais²⁸⁰. No ano em que o fiscal sugeriu a demissão de Mira, seu salário no sindicato era de Cr\$ 260,00, enquanto o aluguel proposto por Cláudio Barboza e rejeitado pelo sindicato era de Cr\$ 90,00.

Ao que tudo indica, Conrado de Mira permaneceu normalmente no emprego de “secretário” dos sindicatos de Joinville até 1964. Em um episódio relacionado aos desdobramentos do golpe militar, Conrado de Mira teria sido preso e levado a Florianópolis, onde teria permanecido por aproximadamente um mês. Esse fato foi narrado em um dos processos movidos por Mira contra os sindicatos, na década de 1970. De acordo com Giane Maria de Souza, Conrado de Mira foi indiciado pelo 64º Batalhão de Joinville como “suspeito do credo comunista”²⁸¹.

É importante observar que Conrado de Mira permaneceu integrando os quadros dos sindicatos até 1976, mas, diante do

²⁸⁰ *Livro-caixa do Sindicato dos Metalúrgicos.*

²⁸¹ SOUZA, op. cit., 2008, p. 165.

surgimento de novas lideranças, o dirigente teria sido afastado de suas atividades, embora continuasse recebendo seus salários. Em um dos processos movidos por Conrado de Mira contra os sindicatos, o dirigente foi denominado por um dos novos gestores como o “Conde do Sindicalismo de Joinville”. A alcunha foi assinalada evidentemente em tom pejorativo, mas é sugestiva na tentativa de compreensão do papel desempenhado por Conrado de Mira. O termo “conde” designava durante o Feudalismo e na Idade Moderna o dignitário feudal que governava, de maneira independente e hereditária, um senhorio ou um feudo, ou aquele que detinha o comando militar de um território. Poucas palavras expressariam melhor o comando exercido por Conrado de Mira sobre praticamente todos os sindicatos da cidade, durante aproximadamente 30 anos. O sindicalista “comandou” os sindicatos de forma quase independente e manteve toda a documentação das entidades guardadas em sua residência durante décadas. Para Giane Maria de Souza, o trabalho de Conrado de Mira não se limitava a burocracia sindical. Inspirada no conceito do intelectual urbano, de Gramsci, a autora assim se expressou:

Sua atuação era dirigida intelectualmente para o controle ideológico dos trabalhadores, intermediado pelo monopólio da burocracia sindical, condicionando os trabalhadores e suas respectivas diretorias a legitimar sua hegemonia nas instituições²⁸².

3.5 Reclamações trabalhistas

Além dos livros de atas dos sindicatos, integra o conjunto de documentação do “Fundo Conrado de Mira” um volumoso conjunto de reclamações trabalhistas. Os processos, sobretudo aqueles produzidos durante a década de 1940, eram redigidos nos sindicatos pelo próprio Conrado de Mira. Em diversos desses processos, além de redigir, Mira intermediava as questões. Esse foi o caso da operária Anna Detroz, funcionária da empresa Arp e Cia. Anna teria recebido de sua chefia um documento, mas teria se recusado a assinar por não saber ler. Um dos patrões teria segurado Anna pelo braço “brutalmente” e obrigado a operária a assinar sua demissão. Conrado de Mira representou Anna

²⁸² Ibid., p. 165.

Detroz no processo e recebeu a quantia referente ao aviso prévio e à indenização por demissão sem justa causa²⁸³. Em outro caso, além de mover o processo, Mira enviou correspondência diretamente ao Procurador Geral Oswaldo Bulcão Viana, para atender um caso de indenização por morte em acidente de trabalho²⁸⁴.

Embora as causas dos processos fossem variadas, predominaram questões referentes à demissão sem justa causa, não pagamento de férias ou aviso prévio, falta de pagamento de horas extras e salários abaixo do mínimo estipulado em lei. Em meio às centenas de cópias de processos, podem ser encontradas reclamações até mesmo contra a Comunidade Evangélica de Joinville, denunciada por não cumprir a legislação trabalhista²⁸⁵.

3.5 Processos trabalhistas movidos por Conrado de Mira contra os sindicatos

O teor de um dos processos movidos por Conrado de Mira permite visualizar o modo como o sindicalista conseguia estar empregado em diversos sindicatos simultaneamente. O processo foi aberto no ano de 1970, contra o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Joinville, do qual Mira era empregado registrado desde agosto de 1940²⁸⁶. O sindicalista reivindicava a revisão de rescisão contratual, indenização, diferença salarial, 13º salário, salários atrasados, salário família, aviso prévio, férias proporcionais e 13º salário proporcional. De acordo com os autos do processo, Conrado de Mira teria trabalhado até o final da década de 1960 em 8 sindicatos concomitantemente. O contrato de trabalho estabelecia 1 hora de trabalho por dia no Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Mecânicos e Sindicato dos Marceneiros, recebendo o valor mensal de Cr\$225,00. Para os demais sindicatos, o dirigente deveria estar disponível de meia hora a 45 minutos diariamente. Nesses outros sindicatos, cujos nomes não foram citados no processo, o valor

²⁸³ Reclamação trabalhista. *Sindicato Aliança dos Operários em Fiação e Tecelagem*. 5 ago. 1940.

²⁸⁴ *Correspondência Oswaldo Bulcão Viana*. 20 jan. 1943.

²⁸⁵ *Reclamação trabalhista*. Alfredo Voos, 20 jun. 1944.

²⁸⁶ *Processo nº JCJ – 985-70*. Justiça do Trabalho. Pasta 8.

do pagamento recebido seria o salário mínimo vigente, cujo valor na época era de Cr\$175,00 mensais.

No processo em questão, os representantes do sindicato processado alegaram que Conrado de Mira teria se licenciado devido a problemas de saúde, e não recebia seus salários apenas porque não iria buscá-los. O presidente do sindicato, Herberto Baschtold, revelou que Mira não prestava nenhum tipo de serviço aos sindicatos desde 1964, porque esteve preso em Florianópolis naquele ano por aproximadamente um mês, sem que a diretoria do sindicato soubesse os motivos da prisão e se houve condenação, ou não. A diretoria teria optado por continuar pagando os salários a Mira, mesmo sem trabalhos prestados. O motivo da prisão não foi declarado, e em seu depoimento Conrado de Mira se limitou a falar em “certos fatos ocorridos durante a revolução de 1964”, mas sem se referir à prisão, e sim à mudança de endereço da sede do sindicato ocorrida no mesmo período.

As testemunhas de defesa do sindicato afirmaram que Mira era procurado para receber a remuneração devida, mas não era encontrado e, quando isso acontecia, não atendia imediatamente às solicitações. Além disso, Mira não teria o hábito de ir pessoalmente às sedes dos sindicatos receber seus salários. Segundo o depoimento das testemunhas e do presidente do sindicato processado, o ex-dirigente enviava terceiros para receber seus proventos.

Diante dos fatos apresentados e do depoimento das testemunhas do sindicato, a Junta de Conciliação e Julgamento considerou por unanimidade de votos improcedentes as alegações de Conrado de Mira. A juíza responsável observou que Mira, tinha conhecimento da falta de consistência de suas alegações ao abrir o processo, mas que “procurou fugir à realidade” e ocultou muitas informações. A juíza concluiu que não existiam de fato atrasos nos pagamentos por parte dos sindicatos e que não havia procedência para reclamações referentes a diferenças salariais de décadas anteriores, consideradas prescritas. Sobre essa questão, a juíza acrescentou que Mira estava recebendo salários acima do mínimo previsto em lei para 8 horas diárias, sendo que o sindicalista trabalhava apenas 1 hora ou menos que isso em cada sindicato diariamente.

Além de ter seu processo julgado improcedente, Conrado de Mira foi condenado a pagar as despesas referentes aos custos processuais. Não obstante, o sindicalista recorreu à decisão, alegando se sentir “humilhado” por receber salários mesmo sem trabalhar desde 1964. O advogado acrescentou que aquela situação confirmava a “indisfarçável má vontade” dos sindicatos em relação a Mira. Afirmou

também parecer “óbvio” que um “assalariado não poderia se dar ao luxo” de não receber seu salário por “mero capricho”²⁸⁷. A resolução final do processo não consta entre a documentação mantida no arquivo.

O ex-sindicalista continuou movendo processos contra as entidades sindicais das quais foi empregado. Em 1974, o Sindicato do Trigo, Milho, Mandioca, Arroz de Torrefação foi processado por Mira devido à complementação salarial, rescisão indireta de contrato e indenização²⁸⁸.

Ao que tudo indica, Conrado de Mira obteve resultados positivos em algumas de suas reclamações trabalhistas. Ao menos em primeira instância, em 1976, foi vitorioso no processo contra o Sindicato dos Trabalhadores em Oficinas Mecânicas. Embora os autos do processo não tenham sido localizados, um recibo de depósito em nome do Sindicato revela que a entidade recorreu à decisão da Junta de Conciliação e Julgamento, o que indica decisão favorável ao ex-dirigente sindical²⁸⁹.

Em 1976, Conrado de Mira apresentou uma declaração por meio da qual se desvinculou do cargo de “encarregado de serviços de secretaria”, do Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias de Olaria, Cal e Gesso, de Ladrilhos Hidráulicos, etc., onde era contratado desde janeiro de 1939, para fins de pedido de aposentadoria²⁹⁰.

3.6 “Não sou político, mas somente administrador”²⁹¹

Padre Alberto Kolb negava ser político, pois, de fato, nunca se candidatou a nenhum cargo. Mas de todos os trabalhos realizados desde que decidiu residir em Joinville, a atividade política que desempenhou foi inegavelmente a de maior destaque em sua biografia. Até porque não parece apropriado dissociar as atividades político-partidárias do trabalho social desenvolvido por Kolb. Com base nisso, a vida pública do padre em Joinville pode ser dividida em três fases principais:

²⁸⁷ *Processo nº JCJ – 985-70*. Justiça do Trabalho. Pasta 8.

²⁸⁸ *Processo nº JCJ – 1758/74*. Justiça do Trabalho. Pasta 8.

²⁸⁹ *Recibo avulso*. Justiça do Trabalho – Junta de Conciliação e Julgamento de Joinville, 1976.

²⁹⁰ *Declaração autenticada*. Folha avulsa.

²⁹¹ Cem casas para operários joinvilenses. *Jornal de Joinville*. [19--?]. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

- 1) 1933 a 1937: é o período em que chegou a Joinville, fundou o COJ e se consolidou como liderança na cidade.
- 2) 1937 a 1945: foi a fase áurea do COJ e correspondeu ao período do Estado Novo. Com os incentivos recebidos do governo Vargas e da ampla gama de apoiadores, Kolb ergueu uma grande estrutura física que compreendia a sede do COJ e a Creche Conde Modesto Leal.
- 3) 1945 a 1948: nesses três anos Kolb se envolveu intensamente em campanhas partidárias, se desiludiu com o COJ, rompeu com antigos aliados, assistiu ao fechamento de sua creche e acabou falecendo vítima de ataque cardíaco.

Pelo exposto, pode ser visto que nessas três “fases” Kolb exerceu intensa atividade política, não apenas de forma indireta, se envolvendo com lideranças partidárias para obter recursos ao COJ, mas trabalhando diretamente para eleger seus candidatos e também na tentativa de impedir a vitória de adversários. Embora o período estudado compreenda em sua maior parte o regime do Estado Novo, no qual não houve eleições, antes do golpe de estado, Kolb havia escolhido Armando Salles como seu candidato e participou diretamente da eleição municipal de 1936, na tentativa de evitar a vitória integralista. Na ausência de eleições federais, o padre prontamente se aliou ao regime varguista.

O comício em favor de Salles se revelou inócuo e a campanha contra os integralistas não surtiu efeito. Apesar das aparentes derrotas iniciais, os acontecimentos futuros não poderiam ter sido melhores para o padre. O governo de Vargas desempenhou papel preponderante para o desenvolvimento dos Círculos. O mandato integralista, por sua vez, não resistiu à decretação do novo regime. Sendo inimigo da liderança derrotada, o padre acabou ocupando mais esse espaço na cidade ao se aliar às autoridades instituídas.

Conforme apresentado no segundo capítulo, excluídos os integralistas e comunistas, foi difícil identificar quais eram os opositores dos quais o padre constantemente se queixava. É certo que, desde sua chegada à cidade, Kolb atraiu adversários. Foi possível perceber que as lamentações apresentavam fundamento, pois havia quem duvidava de sua propalada abnegação. Mas o padre não revelava as identidades dos desafetos em suas anotações. Os jornais da cidade, com exceção de raras ocasiões, foram parceiros de Kolb e, portanto, não publicavam críticas ao padre. Kolb se queixava das “focas”, “burburinhos das ruas” e “conversas de bastidores”. Possivelmente, eram daqueles espaços

públicos que partiam as críticas. Contudo, essas vozes foram silenciadas pelo tempo, escamoteadas pelas anotações vitimizantes que o padre projetou de si, reproduzidas na bibliografia a seu respeito.

Certamente, o sacerdote não foi unanimidade na cidade, porém, a versão de padre *outsider* também não parece ser a mais adequada. Kolb foi habilidoso na maior parte de sua vida pública em Joinville e soube administrar as intempéries que enfrentou. Manteve estreita comunicação com sua heterogênea gama de apoiadores. Por meio de correspondências, ele agradecia à exaustão as contribuições e relatava os gastos gerados. Ao interventor Nereu Ramos, as cartas destinadas eram detalhadas e Kolb não se furtava à oportunidade de reiterar que estaria sempre “ao lado da autoridade constituída”. Concedeu ao interventor o título de “sócio-protetor” da entidade.

Nereu Ramos e Adolfo Konder foram inimigos pessoais e políticos declarados, no entanto, Kolb conseguia manter boas relações com ambos, sem constrangimentos. Diplomático, o padre dedicou títulos do Círculo ao interventor, mas como Konder não ocupou cargos públicos naquele período, o reverendo destinou-lhe homenagens mais singelas. Para Adolfo Konder, o padre declarou em um discurso que “havia erguido inconfundivelmente e indelevelmente um altar dentro do meu próprio peito, ornado pela fidelidade, dedicação e amizade eterna”²⁹². De fato, o padre evidenciou durante o período democrático após 1945, que mantinha vínculos mais estreitos com o grupo udenista das famílias Konder e Bornhausen do que com o PSD de Nereu Ramos.

Não obstante, a confortável situação do padre mudaria com o fim do Estado Novo. O reagrupamento de antigas coligações, o surgimento de novos partidos e a disputa declarada de antigos rivais fizeram com que o contexto se transformasse completamente. Aparentemente, durante o período que antecedeu a queda de Getúlio Vargas, o padre optou pela discrição, ao menos no início de seu envolvimento nas eleições de 1945. É importante lembrar que além do novo momento político, o contexto incluía ainda os graves problemas administrativos envolvendo a creche e a profunda frustração com os rumos do COJ.

Kolb esteve presente na fundação do PTB de Joinville, em julho de 1945, mas não expôs que fazia parte dos bastidores de composição da legenda, nem mesmo mencionou a presença do antigo desafeto Aristides Largura, integrante dos quadros do partido. Uma fotografia encontrada

²⁹² KOLB, Alberto. *Reminiscências para a história do Círculo*. Caderno 4, p. 5.

em meio às documentações do COJ exibe o padre proferindo um discurso²⁹³. Composto a mesa do evento, entre alguns indivíduos não identificados, estava o ex-prefeito integralista Aristides Largura. Embora a foto tenha sido tardiamente identificada por sócios circulistas como sendo da inauguração de um dos pavilhões da creche, no ano de 1940, e não tenha sido feita qualquer menção à presença de Largura, é plausível supor que a imagem seja um registro do evento de fundação do PTB. Dificilmente Aristides Largura estaria participando de outro evento na companhia de padre Kolb, tampouco no ano de 1940, quando não residia em Joinville.

3.7 Padre militante

Kolb se uniu aos sindicalistas joinvilenses Otacílio Nascimento, Waldemiro Palhares e Conrado de Mira para formar um bloco que apoiasse o candidato do PSD, General Eurico Gaspar Dutra, na esfera nacional, mas em Santa Catarina fez campanha para o udenista, Adolfo Konder. Ainda compunha o grupo, o ex-prefeito integralista Aristides Largura, contudo, sua presença não foi levada a público inicialmente. Além de ser antigo desafeto de Kolb, Largura sofria rejeição dos grupos tradicionais da política joinvilense e da imprensa local, porém, seu nome tinha forte apelo entre a população da cidade, que o elegeu prefeito em 1936, o que pode ajudar a explicar o convite para integrar o grupo.

O primeiro ato público da heterogênea aliança foi uma carta de apoio dirigida ao candidato à presidência pelo PSD. O documento estaria assinado por mais 3 mil pessoas. No entanto, uma matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, e reproduzida pelos periódicos joinvilenses, dizia que dois documentos semelhantes foram remetidos pelos mesmos signatários. A diferença entre as duas correspondências seria o fato de uma delas conter uma observação em que o grupo afirmaria não estar de acordo com as orientações do PSD catarinense. Na matéria intitulada “Desinteligências nas hostes do Partido Social Democrático” foi publicado o teor da correspondência. Em destaque a frase que distinguiria os dois documentos:

²⁹³ Em anexo, confira a Imagem 12.

Joinville que lembra ainda com viva satisfação a honrosa visita de V. Exa.; Joinville que sentiu de perto a proteção e o amparo de V. Exa.; sente-se neste momento na obrigação, por sincera gratidão e por leal dedicação, pelos abaixo assinados representando todas as classes principalmente a dos trabalhadores em geral, **mesmo fora do Partido Social Democrático, por não estarem plenamente de acordo com as principais orientações políticas desse Partido em nosso Estado**, de hipotecar a V. Exa., solidariedade absoluta para a campanha presidencial como candidato que, pelos seus postulados inspira inteira confiança e seguros de que V. Exa., continuará a grande obra do preclaro Presidente Getúlio Vargas, prometendo cooperar dentro de todas as classes, em todo o Estado de Santa Catarina para a vitória da campanha que se inicia, da candidatura de V. Exa.²⁹⁴. (Grifos meus)

O autor da matéria ironizou o ocorrido, afirmando que o espanto do general deve ter sido “enorme”, pois a segunda mensagem revelava a situação de insatisfação dentro do partido em Joinville. Apesar de o texto publicado no jornal ter mencionado os nomes do padre Alberto Kolb e dos sindicalistas Waldemiro Palhares, Otacilio Nascimento e Conrado de Mira como responsáveis pelo envio da mensagem, não revelou que essas pessoas, na verdade, não representavam o PSD, mas um grupo autônomo.

Um panfleto intitulado “Ao povo de Joinville”, de autoria dos sindicalistas acima mencionados, circulou na cidade comunicando a entrega da mensagem assinada por 3 mil pessoas em apoio ao general Dutra²⁹⁵. A comissão de sindicalistas teria entregado o documento pessoalmente ao candidato e também se reunido com o ex-presidente Getúlio Vargas. A recepção calorosa por parte de ambos na capital federal teria servido como estímulo para que em seu retorno o grupo

²⁹⁴ O recorte de jornal foi colado no caderno *Histórico do Círculo através da imprensa*, número 4. Não contém data, nem a identificação do jornal, contudo, provavelmente foi publicado no periódico *Jornal de Joinville*. O jornal naquele momento seguia orientação udenista. Dificilmente uma matéria com esse conteúdo seria publicada no concorrente *A Notícia* que em 1945 se identifica como “órgão oficial do PSD”. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

²⁹⁵ Em Anexo, confira a Imagem 13.

fundasse, em Joinville, o Partido Trabalhista Brasileiro. A comissão de sindicalistas encerrou o texto do panfleto com o compromisso de divulgar a data de inauguração do diretório trabalhista, agradeceu as assinaturas obtidas e o “apoio” de padre Kolb:

Terminando por agradecer aos 3.000 companheiros de trabalho pela bondosa comissão que nos delegaram, queremos de um modo especial estender esses agradecimentos e o nosso reconhecimento ao grande benfeitor dos operários de Joinville, Padre Alberto Kolb, que nos acompanhou em nossa jornada e a cuja assistência devemos, em grande parte, o feliz êxito de nossa missão²⁹⁶.

Ao que tudo indica, Padre Kolb esteve com a comissão de sindicalistas no Rio de Janeiro, não apenas apoiando, mas integrando efetivamente aquele grupo. O envolvimento de lideranças trabalhistas para a fundação de um partido que serviria para apoiar a UDN evidentemente não agradou o PSD estadual, que reagiu prontamente. O Círculo Operário recebia subsídios e doações particulares que, em sua maior parte, não eram oficiais, nem previstas em lei, suscetíveis, portanto, a cancelamentos inesperados. Aparentemente esse foi o alvo inicial do PSD.

Além do fator financeiro, padre Kolb parecia ser a figura mais popular daquele grupo, mas ainda existia outra motivação relevante para o ataque do partido: o padre demonstrava ter fortes ligações com a família Konder, de Itajaí. Apesar de os Konder se encontrarem alijados do poder desde o início da década de 1930 e da boa relação que o padre mantinha com o interventor Nereu Ramos, Kolb nunca escondeu seu vínculo com o grupo que mais tarde constituiria a UDN catarinense. A rede de doadores do COJ abarcava os empresários e industriais da região do Vale do Itajaí, que, em 1945, iriam compor as bases udenistas. Ainda em 1935, quando decidiu apoiar o então candidato a presidente, Armando Salles Oliveira, Kolb evidenciou que transitava com facilidade entre os grupos das oligarquias paulistas depositadas em 1930. Em Santa Catarina, a expressão dessas oligarquias foram justamente as famílias Konder e Bornhausen. Inicialmente, Kolb parece ter mantido a discrição

²⁹⁶ KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

e não demonstrado envolvimento direto com a UDN. Apesar disso, não tardou para que o PSD reagisse com veemência contra o padre.

Em outubro de 1945, às vésperas da queda de Vargas, Adolfo Konder, que até então residia no Rio de Janeiro, retornou ao estado com a função de reatircular a oposição catarinense contra o já anunciado “plano continuísta” de Nereu Ramos. Imediatamente após sua chegada, ele deu início a uma caravana que percorreu o interior do estado com o objetivo de promover as candidaturas udenistas. A eleição para governadores, inicialmente marcada para acontecer em dezembro de 1945, acabou adiada para o ano seguinte. Assim, em dezembro de 1945, foram eleitos em Santa Catarina, além do presidente da república, dois senadores e nove deputados federais.

O PSD catarinense apoiou formalmente a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra e lançou os nomes de Nereu Ramos e Ivo D’Aquino ao Senado, indicando para a Câmara Federal o nome de nove candidatos. A UDN catarinense, por sua vez, apoiou o brigadeiro Eduardo Gomes como candidato a presidência e lançou os nomes de Adolfo Konder e Aristiliano Ramos (primo de Nereu Ramos) ao Senado, enquanto que para a Câmara dos Deputados foram anunciados nove nomes.²⁹⁷

Às vésperas das eleições, o diretório nacional do PTB divulgou uma nota nos principais jornais do país, a qual foi reproduzida no *Jornal de Joinville*, afirmando que não apoiaria oficialmente nenhum candidato à presidência. O objetivo era adotar postura autônoma, “apontando para a liberdade individual de escolha dos membros do partido”²⁹⁸. A decisão do Diretório Nacional trabalhista por se abster no pleito presidencial foi assinalada por Maria Celina D’Araujo como um indicativo das tensões internas existentes no partido. A autora destacou que a tese abstencionista, isto é, a opção por não indicar nenhum dos candidatos à presidência, foi vencida por uma pequena margem de votos, tendo sido proposta por grupos favoráveis a entendimentos com outros setores da política nacional²⁹⁹. De acordo com a historiadora, as disputas entre os grupos que propunham aproximações com outros partidos e os chamados isolacionistas seria um dos principais problemas que o partido enfrentaria no futuro. Optando por não seguir a determinação nacional, o

²⁹⁷ Candidatos da UDN em SC. *Jornal de Joinville*, 8 nov. 1945, p. 6.

²⁹⁸ O Partido Trabalhista não adotou nenhum candidato. *Jornal de Joinville*, 29 nov. 1945, p. 3.

²⁹⁹ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 33.

PTB catarinense defendeu abertamente a candidatura do general Dutra no estado.

Em Santa Catarina, os trabalhistas davam demonstrações do interesse em compor com outros partidos, a invés de privilegiar a própria legenda. Contudo, poucos dias antes da eleição, Vargas divulgou uma mensagem aos trabalhadores que ficou conhecida com o *slogan* “Ele disse, vote em Dutra”, aconselhando o voto nos candidatos do PTB e no general Dutra. Conforme destacou Maria Celina D’Araujo, o manifesto foi decisivo para a eleição do general, sendo resultado de um acordo entre o PSD e PTB. Entre outros compromissos, estaria a promessa de que os trabalhistas ficariam com a pasta do Ministério do Trabalho³⁰⁰.

Em Joinville, os subsídios municipais ao Círculo foram gradualmente cancelados e de Florianópolis partiam acusações contra Kolb por meio da imprensa ligada ao PSD. Embora não se possa afirmar que isso tenha relação direta com esses fatos, enquanto as críticas contra o padre intensificavam-se, a creche Conde Modesto Leal foi ameaçada de fechamento por “problemas administrativos”. O fechamento da creche foi revertido, bem como a “postura discreta” do padre, que diante dos ataques decidiu partir para o enfrentamento direto.

Na imprensa da capital catarinense, o jornal *O Estado* publicava críticas e acusações contra o padre, enquanto o periódico adversário *A Gazeta* defendia Kolb. Alguns desses artigos, especialmente os publicados em sua defesa, foram reproduzidos em formato de panfletos e distribuídos em Joinville pelo próprio padre. A ofensiva pessedista começou em julho de 1945, pouco menos de um mês após a solenidade de fundação do PTB de Joinville, da qual o padre participou.

Em seu discurso de instalação do partido trabalhista, Kolb defendeu a importância de uma agremiação partidária destinada ao operário e à busca pelos seus direitos, desde que não estivesse presente a “sanguinolenta luta de classes”. O que remete novamente à questão da “solidariedade de classe” e da “solidariedade cristã”, ambas apontadas por Adriano Luiz Duarte, no sentido de que não era uma prática comum dos circulistas interferir abruptamente na busca comum de melhores condições de trabalho e outros direitos através da organização coletiva, ou da “solidariedade de classe”. O que ocorria era uma “apropriação dessas tradições sob a bandeira da solidariedade e cooperação cristãs,

³⁰⁰ Ibid., p. 35.

uma solidariedade vertical, capaz de reunir em uma causa comum operários e patrões”.³⁰¹

A fala de Kolb foi breve e pouco comprometida. Referiu-se ao PTB como “Partido Político dos Operários”, assegurou que suas palavras naquele evento estavam de acordo com as convicções que sempre defendeu, respeitando os princípios de sua igreja, protegendo o operário, mas, sobretudo, sem esquecer que a religião estava acima do partido. Para legitimar essa declaração, citou a “Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro”, realizada naquele ano. O documento reivindicava para o trabalhador melhorias positivas, direitos e participação própria na construção da nação. Um discurso pouco revelador no que se refere às suas atividades, mas estimulante para o público de trabalhadores, que, segundo o *Jornal de Joinville*, foi de aproximadamente 700 pessoas³⁰².

Apesar das palavras de encorajamento sobre o papel político dos trabalhadores, Kolb evidenciou seu desconforto em relação aos rumos do COJ. Mais uma vez afirmou ser vítima das “conversas baixinhas e falas atrás dos bastidores”. Ele assegurou que o clima político era de “confusão”, que não havia sinceridade e os homens desconfiavam um dos outros. Enfim, definiu a situação como “triste”. Embora tenha afirmado no início de sua fala que aquele era o momento de esclarecer seu posicionamento pessoal, o único compromisso que o padre firmou de fato naquela noite foi com o então candidato a governador, Adolfo Konder.

Em relação aos candidatos à presidência, Kolb não definiu apoio naquele momento, sendo que enalteceu o general Dutra na mesma proporção em que exaltou o brigadeiro Eduardo Gomes. Além disso, reservou um momento para agradecer a Getúlio Vargas por todo o apoio que o ex-presidente ofereceu ao COJ. Afirmou que não tinha nenhuma “pretensão pessoal” e que, portanto, “se sentia livre para seguir seu coração”. Jessie Janie de V. Souza assinalou que com a queda de Vargas, a Igreja procurou refazer sua imagem e se afastar do ex-presidente, usando termos como “ditadura” e dando demonstrações de ser contrária a censura³⁰³. Aparentemente, padre Alberto Kolb não seguiu essa disposição, pois continuou declarando seu apoio a Vargas. No entanto, após o fim do Estado Novo, tornou-se menos presente nas

³⁰¹ DUARTE, op. cit., 2002, p. 142.

³⁰² O Partido Trabalhista. *Jornal de Joinville*, 19 jul. 1945, p. 1.

³⁰³ SOUZA, op. cit., 2002, p. 240.

páginas dos jornais e fez menos declarações. Ele ainda participou das ações da “Fundação Casa Popular” e esteve em outros debates municipais, contudo, sua presença foi mais discreta do que habitualmente costumava ser.

No mês seguinte ao ato de fundação do PTB em Joinville, o jornal *A Gazeta* de Florianópolis publicou um artigo no qual defendia padre Kolb de cartas anônimas que estariam sendo enviadas à redação. Apesar de errar a grafia do nome do padre e de não ser suficientemente claro quanto ao conteúdo das acusações, o autor do artigo afirmou que apesar de não ser brasileiro e de praticar o sacerdócio, Kolb teria o direito de “aconselhar aqueles que formavam seu círculo de aficionados”³⁰⁴. Padre Kolb escreveu uma carta agradecendo o apoio do jornal e, conforme seu estilo pessoal, discorreu longamente sobre a própria obra, assegurando seus compromissos cristãos e patrióticos: “*res, non verba*” – “fatos, não palavras”, afirmou o padre, que dizia estar demasiadamente ocupado em suas atividades no COJ e na creche para responder pormenorizadamente às acusações³⁰⁵.

No mesmo período, Kolb publicou no diário *Jornal de Joinville* as listas de doadores do COJ, em sua maior parte, empresários ligados a UDN, como, por exemplo, a Fábrica de Máquinas Raimann, de propriedade de Irineu Bornhausen, as empresas Colin e Lepper, a fundição Tupy, entre outros, mas também de empresários ligados ao PSD, como Antonio Ramos Alvim³⁰⁶. Possivelmente, a intenção do padre em divulgar os nomes dos doadores e também o valor das contribuições foi a forma encontrada de demonstrar que apesar das intimidações do PSD, sua obra continuava com o mesmo prestígio.

A situação de conflito parece ter se intensificado no início do mês de outubro, quando o padre, diante das investidas pessedistas nos jornais de Florianópolis, o que parece ter sido um rompimento com o PTB joinvilense, decidiu declarar apoio irrestrito aos candidatos Adolfo Konder e Eduardo Gomes. Alberto Kolb divulgou por meio de panfletos sua decisão. O folheto revelava que a resolução do padre foi tomada depois que a prefeitura de Joinville, administrada desde o golpe do Estado Novo por autoridades ligadas a Nereu Ramos e obedecendo a ordens pessedistas da capital, teria cortado todos os recursos municipais

³⁰⁴ KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

³⁰⁵ Panfleto de reprodução da carta ao jornal *A Gazeta*. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

³⁰⁶ *Jornal de Joinville*. [19--?]. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

conferidos ao COJ e cancelado obras que beneficiariam a entidade e o bairro, inclusive interrompendo àquelas que já estavam em andamento. O padre afirmou estar consciente de seus direitos políticos de “cidadão brasileiro”, destacou ter militado honestamente na campanha do General Dutra, contudo:

Diante de tanta falta de senso, de tanta falta de compostura, de tanta falta de ética e elegância políticas, decido livremente, por um imperativo da minha consciência, combatido que sou de modo tão desleal pelo Partido Social Democrático local, a ingressar no combate a esses retrógrados processos de politicagem, de intrigas e de baixezas, e, doravante, ao lado do Brigadeiro Eduardo Gomes lutar contra os ególatras, os egoístas e os usurpadores da parcela de autoridade de elementos locais que conduziram Joinville ao lamentável estado em que esta infeliz Comuna se encontra.

O povo de Joinville pode estar certo de que estarei ao seu lado pelo engrandecimento da nossa cidade, logo que a administração da mesma, passe às mãos dos **nossos elementos**.

Faremos de Joinville, uma cidade assejada [sic], com uma administração limpa. **Para isto empenho meu integral esforço**. O povo de Joinville pode confiar em mim e no meu sacrifício. Não enganarei a gente de Joinville³⁰⁷. (Grifos meus)

Dessa vez, o apoio do padre não se restringiu aos bastidores dos acordos partidários, nem mesmo apenas à sua influência entre os associados circulistas. Kolb decidiu percorrer o estado catarinense junto à caravana udenista. Referiu-se à UDN como se estivesse integrando de fato o partido. Poucos dias depois do anúncio, o padre foi novamente notícia nos jornais do estado. Os periódicos do Vale do Itajaí exaltavam a presença de Alberto Kolb nos comícios udenistas. O jornal *Cidade de Blumenau* relatou a passagem da caravana udenista nas cidades de Indaial, Timbó e Rodeio. De acordo com o editor, a entrada de Kolb

³⁰⁷ Ao povo de Joinville. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

fortaleceu a campanha e apesar de residir em Joinville, o padre surpreendia pelo conhecimento que possuía sobre a realidade do Vale do Itajaí. Conforme o jornal: “quem não ouviu o padre Kolb nem pode de leve calcular o que perdeu [...]”³⁰⁸.

Em Florianópolis, os jornais que apoiavam o grupo udenista também noticiavam com entusiasmo a presença do padre nos eventos da campanha. A ida de Adolfo Konder à Blumenau reuniu lideranças municipais no Teatro Carlos Gomes, que apresentou lotação máxima. Segundo relato do jornal, a fala de Adolfo Konder era constantemente interrompida por aplausos, entretanto, “a presença do padre Kolb despertou maior entusiasmo em Blumenau, sendo seu discurso muito comentado”³⁰⁹. Enquanto isso, em Joinville, o periódico de orientação udenista, *Jornal de Joinville*, publicou o recebimento de telegrama do brigadeiro Eduardo Gomes agradecendo o apoio de padre Kolb³¹⁰.

A caravana udenista passou por Joinville e percorreu todos os municípios da região instalando diretórios municipais. Os jornais noticiavam comícios, jantares ou almoços nas cidades de São Francisco do Sul, Mafra, Araquari, Guaramirim, Timbó, Indaial, Rodeio e Jaraguá do Sul. Em cada parada a comitiva era recepcionada festivamente por lideranças locais. Nessas ocasiões, Padre Alberto Kolb não era apresentado apenas como diretor do Círculo Operário de Joinville, mas também como “ardoroso prócer da UDN”³¹¹. O ponto culminante da campanha udenista foi a chegada da caravana na capital do estado.

O comício realizado em Florianópolis reuniu lideranças como Osvaldo Cabral, Bayer Filho, José Medeiros Vieira, além, é claro, de Alberto Kolb, Aristiliano Ramos e Adolfo Konder. Conforme a exposição do jornal *Diário da Tarde*, o comício foi pautado por fortes críticas ao ex-presidente Getúlio Vargas e ao interventor Nereu Ramos. Antes de proferir seu discurso, padre Kolb ouviu seus companheiros de partido condenar as falhas na aplicação das leis trabalhistas e os favorecimentos de Vargas dirigidos apenas a seus “comparsas”. De

³⁰⁸ *Jornal Cidade*, 24 out. 1945. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

³⁰⁹ *Diário da Tarde*. 26 out. 1945. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

³¹⁰ *Jornal de Joinville*. [1945?]. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

³¹¹ Recorte de jornal sem identificação. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

acordo com o jornal, a fala de Kolb “comoveu indescritivelmente” os ouvintes. Ao final do comício ouvia-se o coro de “chega de Nereu”³¹².

A intensa militância de Kolb irritou os dirigentes pessedistas, que até então dirigiam acusações veladas e anônimas ao padre através da imprensa. A partir daquele momento, a imprensa ligada ao PSD passou a publicar artigos assinados por seus autores criticando diretamente e nominalmente o padre. O jornalista e advogado Rubens de Arruda Ramos, irmão de Nereu Ramos, respondeu à fala de Kolb no comício udenista. Em sua análise, o jornalista deu destaque a questão da nacionalidade do padre e o acusou de ser nazista. Por fim, conclamou a população a reagir contra estrangeiros e em tom provocativo ofereceu a Kolb dinheiro em troca de seu silêncio:

Padre Alberto Kolbe [sic], você afinal desafivelou a máscara que lhe escondia as bochechas rosadas e os olhinhos traiçoeiros. Ouvindo-lhe anteontem, as primeiras palavras da sua profissão de fé nazista transportei-me em pensamento ao cemitério de Pistoia. [...]

- Florianopolitano! Protesta contra a atitude desse discípulo de Rosenberg! Não permitas que, sob disfarces de faciosismo partidários, os goebbels revivam, no Brasil, as questões raciais!

- Catarinense! Faze com que esse estrangeiro respeite o meu sacrifício supremo! Grita a esse quinta-coluna que pare de aviltar as vestes que o nosso povo dignificou no seu respeito e na sua fé que os nossos capelães militares santificaram no campo da honra.

- Brasileiro! Quem te falou anteontem, traindo-nos em cada conceito e traindo-se à pronuncia germanizada de cada palavra, não foi um sacerdote católico: foi um politiquero inescrupuloso, um ádvena a serviço secreto de uma causa contra a qual eu derramei, gota a gota, o meu sangue. Aquela voz brandiciosa e traiçoeira, não era a voz de um companheiro espiritual de Frei Orlando, que dorme aqui ao meu lado. Ao seu mercenarismo, só o dinheiro interessa. Tu deves comprá-lo, ao preço dos

³¹² *Diário da Tarde*. 27 out. 1945, p. 1. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

quislings, para que eu descanse na certeza que não me imolei em vão!

Sr. Alberto Kolbe [sic]! Em nome de meus irmãos Em nome dos meus irmãos da F.E.B. eu quero o seu silêncio. Dou-lhe por ele, quantia mais alta que a contentou a cobiça de Judas para trair o Divino Mestre. Entrego-lhe todo o meu desprezo de brasileiro³¹³.

Em outro artigo publicado no mesmo jornal, porém sem identificação de autoria, padre Alberto Kolb é novamente o personagem principal do texto. Desta vez, além de seu sotaque alemão, o centro das críticas foi dirigido à conduta do padre:

[...] porque segundo padre Kolb, só ele faz caridade no Brasil. Só ele ampara os necessitados e exercita obras sociais. O povo de Florianópolis nada faz aqui. Aqui os deserdados da fortuna vegetam como parias às sombras da riqueza ambiente. **Para nós outros, que conhecemos padre Kolb, suas viagens e excursões pela metrópole, suas mendicâncias de alto bordo e seus saraus alegres em círculos fechados, suas palavras não surpreendem.** O padre que não reza, que não pastoreia, mas que perambula nas cozinhas capitalistas trinçando presuntos, desconhece no nosso povo, as suas necessidades que o governo supre, as criancinhas que recebem leite, os enfermos que as instituições estaduais socorrem. É plausível o seu equívoco. Apenas não é plausível o absurdo de ouvi-lo em praça pública, falar aos que não lhe são concidadãos e, ainda há dias derramavam sangue nas baionetas “alsascianas”³¹⁴. (Grifos meus)

Embora a nacionalidade do padre tenha sido novamente alvo de escárnio, chama à atenção nesse trecho, o julgamento em relação ao modo como o padre obtinha seus recursos para o COJ. As constantes

³¹³ A minha oferta. *A Gazeta*. 28 out. 1945, p. 1. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

³¹⁴ Isso não é plausível. Recorte de jornal sem identificação. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

viagens e as amizades que Kolb nutria na capital federal são aludidas pelo autor anônimo, que demonstrou ter conhecimento sobre o estilo de vida do “padre que não reza”. Expressão essa, aliás, que não condiz com as ações do padre, pois, a despeito de Kolb não ser responsável por nenhuma paróquia, em seus cadernos pode ser encontrado um número significativo de sermões preparados para missas realizadas em Joinville e região. As preleções de Alberto Kolb eram proferidas com sotaque alemão, mas continham forte teor nacionalista brasileiro. Das acusações contra Kolb, as menos contundentes são justamente aquelas relacionadas à sua nacionalidade, mas aparentemente foram as mais utilizadas contra ele por pessedistas da capital catarinense. Kolb, além de ser naturalizado brasileiro, foi fiel militante da Campanha Nacionalista de Vargas e de Nereu Ramos. No entanto, as alusões às longas viagens e aos admiráveis círculos de amigos que o padre mantinha no Rio de Janeiro foram pouco exploradas por seus inimigos políticos e apenas eventualmente mencionadas.

A fala do padre no comício udenista reverberou à exaustão na imprensa pessedista florianopolitana. Um dos textos mais coléricos contra Kolb foi publicado na capa do jornal *O Estado*. No artigo intitulado de “O atrevido”, a principal questão abordada foi novamente sua nacionalidade:

A qualquer brasileiro nato, sem distinção de categoria social assiste o direito de, em praça pública ou através dos meios usuais de propagação das idéias dizer o que sente, defender seus pontos de vista políticos e filosóficos ou religiosos [...].

Nunca, porém, reconhecemos – e jamais reconheceremos – esse direito num alienígena e muito menos a quem vem, de há muito explorando o sentimento cristão do povo brasileiro, ainda que essa exploração redunde na realização de obras, pelo menos aparentemente, de cunho social.

O padre Kolb – e todos o sabem – foi sempre incansável na obtenção de donativos! Credo político, filosófico ou religioso para ele eram coisas de somenos importância... dêz que o vil metal lhe caísse em mãos!

Há bem pouco tempo o mercenário, que aguardava a passagem por Joinville de nosso mui conhecido magnânimo industrial e cujo nome sua

lhaneza de caráter não permitiu mencionássemos, obtive uma ordem, escrita a lápis, para o fornecimento de mercadorias no valor de CR\$10.000,00! Se não é verdade o que ora afirmamos, nós lhe concedemos a “chance” de nos desmentir!

E é um indivíduo desses, que nem sequer sabe falar português, num inominável descaso pelo que é nosso, que vem vociferar em nossa praça pública contra a magnanimidade do coração essencialmente cristão do Povo brasileiro.

Deixe o mercenário vigário, o quanto antes, nossas plagas! Suma-se antes que percamos nossa paciência e ...lhe arranemos um burro para cair! Saia de nosso seio, atrevido!³¹⁵

Enquanto os jornais de orientação pessedista atacavam a campanha de Adolfo Konder e seus correligionários, o periódico udenista *Diário da Tarde* partiu em defesa de padre Kolb com uma estratégia, no mínimo, provocadora. Em sua primeira página estampou a foto do padre e em letras garrafais uma frase do interventor Nereu Ramos elogiando a obra de Kolb. No interior do jornal aparecia outra nota ilustrada pela foto do sacerdote, dessa vez parabenizando-o pela passagem do seu aniversário. O objetivo do texto certamente ultrapassava as felicitações natalícias, pois continha também uma mensagem de protesto contra as ofensivas do PSD ao padre. Assinaram a mensagem de apoio mais de 50 lideranças estaduais da UDN, entre as quais: Adolfo Konder, Aristiliano Ramos, Fulvio Aduci, Paulo Fontes, Osvaldo Cabral e Osvaldo Bulcão³¹⁶.

O proprietário do jornal florianopolitano *Diário da Manhã*, Zedar Perfeito da Silva, escreveu um artigo notadamente em defesa de Kolb. O jornalista destacou em seu texto que enquanto o padre não havia assumido seu posicionamento naquela campanha, todos os jornais, especialmente os pessedistas, elogiavam seu trabalho em Joinville. Zedar Perfeito destacou a questão da nacionalidade, evidentemente por ser a acusação contra Kolb mais facilmente defensável e mais atacada por seus adversários. O jornalista lembrou que o Círculo Operário de

³¹⁵ Atrevido! *O Estado*. 30 out. 1945, p. 1. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

³¹⁶ Felicitações ao Padre Kolb. *Diário da Tarde*. 12 nov. 1945. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

Joinville foi condecorado pelo Exército Nacional com uma bandeira do Brasil, em agradecimento à colaboração prestada com a campanha nacionalizadora. Ele encerrou seu artigo questionando a mudança de postura dos antigos aliados do padre, dando destaque ao bom relacionamento de Kolb com o general Eurico Gaspar Dutra:

Em sua fundação, vimos as crianças louras de olhos azuis confraternizando-se com as meninas de cor. E ouvimos algumas delas em sua inocência chamar de papai o padre Kolb! Não compreendemos como certa gente que sempre esteve apoiando o fascismo brasileiro possa taxar outrem do mesmo crime. Como se justifica que o padre Kolb fosse sempre recebido no solar do ex-ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra? Não foi o padre Kolb, várias vezes recebido em audiência pelo Chefe do Governo? Para que tanta insistência dos ditatoriais?³¹⁷.

Apesar de reunir os artigos de jornais em que foi citado, padre Kolb não registrou em seus cadernos as anotações a respeito do período das viagens que fez em campanha pelo estado. Ao menos não foram encontrados no arquivo do COJ anotações a esse respeito. Após a eleição, o padre pareceu ter optado pela discrição e pela resolução dos problemas administrativos na creche.

Durante as eleições municipais de 1947, não foram encontradas manifestações públicas de apoio do padre a nenhum dos candidatos. Não obstante, sabe-se que o candidato do PSD, Norberto Bachmann, foi durante longo período médico voluntário do Círculo. Por outro lado, o udenista João Colin também era próximo ao padre, empresário colaborador do COJ e sobrinho do ex-prefeito Max Colin, com quem Kolb mantinha estreita amizade. Sendo assim, na ausência de declarações públicas, inferir sobre a lógica de apoios concedidos pelo padre torna-se, novamente, uma tarefa complexa.

³¹⁷ Vítima do despeito o padre Alberto Kolb. *Diário da Manhã*. [194-?]. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4.

3.8 PSD e UDN em Santa Catarina

Maria Vitória Benevides afirma que, na esfera nacional, a UDN aglutinou elementos antagônicos, tais como: as oligarquias marginalizadas com o movimento de 1930, os antigos aliados de Getúlio por ele abandonados em 1930 ou 1937 e ainda grupos à esquerda³¹⁸. Por reunir interesses e origens tão distintas, foi um partido que desde a sua criação registrou diversas dissidências³¹⁹. A origem da UDN em Santa Catarina foi resultado da reunião de três lideranças políticas, afastadas do poder desde a chamada “Revolução de 1930”, quais sejam: Adolfo Konder (líder do extinto Partido Republicano Catarinense), Aristiliano Ramos (Partido Liberal) e Henrique Rupp (Legião Republicana)³²⁰.

De acordo com Sônia Pereira Laus, o partido era composto, a nível nacional e estadual, predominantemente por bacharéis, o que lhe daria uma conotação elitista, fato refletido negativamente nas urnas e apontado como um dos principais motivos para seus fracos resultados, sobretudo no período da redemocratização³²¹. A autora aponta para um consenso na literatura a respeito da UDN catarinense, a saber, no que concerne à orientação ideológica, o partido apresentou cunho conservador e oligárquico, não havendo participação de grupos liberais, nem segmentos de esquerda em sua formação, o que a diferenciava de outros núcleos regionais espalhados pelo país³²².

Por sua vez, o PSD catarinense seguiu o perfil do partido no restante do país. Sua origem esteve ligada àqueles que estavam no poder durante o governo Vargas. Lucia Hippolito aponta que eram os diretórios estaduais os responsáveis por garantir a unidade e a coesão do

³¹⁸ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 29.

³¹⁹ Em Minas Gerais, já em 45, um grupo comandado por Arthur Bernardes se desligou da UDN para criar o Partido Republicano. No mesmo ano, o paulista Adhemar de Barros deixou as hostes udenistas para formar o PSP – Partido Social Progressista. *Ibid.*, p. 47-48.

³²⁰ Sônia Pereira Laus lembra que embora essas lideranças tenham estado afastadas legalmente do cenário político catarinense durante o Estado Novo, permaneciam, segundo a autora, em “estado latente”, tendo como núcleo a Faculdade de Direito de Florianópolis, onde eram professores. O interventor Nereu Ramos também lecionava na instituição, na qual dividia o espaço acadêmico com sua mais ferrenha oposição. LAUS, Sônia Pereira. *A UDN em Santa Catarina (1945-1960)*. Florianópolis, 1985. Dissertação (Dissertação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, p. 48.

³²¹ *Ibid.*, p. 62.

³²² *Ibid.*, p. 167.

partido nacionalmente³²³. Uma das regras internas rezava que, para se obter poder no comando nacional, era preciso conquistar a liderança primeiramente no próprio estado. Ser liderança nos estados significava obedecer a um conjunto de pré-requisitos que legitimassem a autoridade do partido.

A autora indica ainda o que era preciso para ser uma das “raposas pessedistas”: mais do que capacidade de reunir um arsenal de votos, embora isso também fosse importante, era necessário ter habilidade para se relacionar com outras lideranças locais, ter o controle das bancadas do partido e a capacidade de distribuir recursos políticos³²⁴. Havia também o chamado “poder de veto”, decorrente da soma dos requisitos acima citados e utilizado para impedir o surgimento de novas lideranças. O *modus operandi* adotado pelo partido colaborou para sua unidade, algo que a UDN não conseguiu alcançar.

Esse *modus operandi* foi também responsável pela oligarquização do PSD, impedindo sua própria renovação e, principalmente, a aproximação com o eleitorado urbano. Em Santa Catarina, o nome que reunia todas as qualidades necessárias para exercer o controle pessedista no estado foi Nereu Ramos. O ex-interventor, mesmo após a queda do Estado Novo, adquiriu ainda mais prestígio ao ser eleito senador, em 1945. Em pouco tempo, Nereu Ramos conquistou a presidência do senado, a vice-presidência do país e a presidência nacional do partido.

3.9 Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Joinville

De acordo com Marina Celina D’Araujo, o surgimento do PTB está vinculado a certo tipo de “mística” relacionada às origens sindicais³²⁵. Embora essa mística tenha se estabelecido em torno da imagem de partido que seria o legítimo representante dos trabalhadores, pouco se sabe de fato sobre essas raízes. O principal motivo disso seria a forma “romanceada e heroica” com a qual as origens sindicais do partido foram narradas por antigos militantes, cuja memória enalteceria

³²³ HIPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas*: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 124.

³²⁴ Distribuição de cargos, recursos financeiros enviados as prefeituras para realização de obras, etc.

³²⁵ D’ARAÚJO, op. cit., 1996, p. 21.

a visão pioneira do líder fundador. A autora também sustenta que apesar de sua origem estatal, o partido teria nascido mais fraco do que se presume. A tentativa de transformar lideranças sindicais em dirigentes partidários seria um dos motivos dessa fraqueza. Por se valer do modelo de sindicalismo estadonovista, o partido enfrentou disputas internas entre lideranças sindicais, que muitas vezes não possuíam legitimidade entre os trabalhadores. Além disso, o carisma e a influência de Vargas no partido, não teriam sido suficientes para sustentar a força do partido, nem mesmo em seus anos iniciais.

Segadas Viana, ex-diretor do Departamento Nacional do Trabalho (DNT) e, segundo Maria Celina D'Araujo, um dos personagens principais na formação do partido, admitiu que, em 1945, os sindicatos eram facilmente manejados pelo Ministério do Trabalho, o que facilitou a criação de uma legenda que tivesse como base de sustentação as lideranças sindicais. Segadas Viana salientou ainda que o partido “vivia em função de Getúlio Vargas”, e apenas devido ao ex-presidente teria tido uma boa votação em 1945³²⁶.

O Partido Trabalhista Brasileiro, de acordo com Yan Carreirão, foi organizado em Santa Catarina, em 1945, por Saulo Ramos (primo de Nereu, Celso e Aristiliano Ramos), Carlos Gomes de Oliveira (advogado joinvilense) e Otacílio Nascimento. Os autores Walter Piazza e Carlos Alberto Lenzi mencionam os mesmos nomes e também não fazem referência a Aristides Largura como presidente estadual do partido de 1945 a 1946, tampouco a presença do sindicalista joinvilense Conrado de Mira integrando a legenda. É importante mencionar a dificuldade em se encontrar documentos relativos à composição da legenda petebista daquele período. As informações encontradas na bibliografia citada estavam em desacordo com os dados da pesquisa obtidos nos jornais de Joinville, com as informações da entrevista de Aristides Largura e com os panfletos e anotações dos cadernos de padre Alberto Kolb. Essas fontes apontavam para outra composição do diretório estadual do PTB, diferente daquela apresentada pela bibliografia catarinense.

Não foi encontrado nenhum documento relativo à constituição desse partido no Tribunal Regional Eleitoral em Florianópolis, na Delegacia Regional do Trabalho ou nos cartórios de Joinville. Contudo, uma nominata do diretório nacional do PTB, escolhida durante a I Convenção Nacional do Partido, realizada entre os dias 26 de agosto e 5

³²⁶ Ibid., p. 24.

de setembro de 1945, reproduzida no livro *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*, de Maria Celina D'Araújo, confirma que os representantes catarinenses petebistas foram Aristides Largura e Conrado de Mira³²⁷. O ex-prefeito Aristides Largura integrou a nominata da Comissão Executiva Nacional do partido, ocupando o cargo de segundo-tesoureiro, e durante os anos de 1945-47 foi presidente estadual da legenda.

O sindicalista Conrado de Mira fez parte de uma comissão chamada de “Livre Escolha do Diretório”. Além de integrar uma comissão no Diretório Nacional do partido, o sindicalista foi também presidente do diretório municipal de Joinville. Ao que tudo indica, Mira parece ter exercido o papel de maior influência entre os trabalhadores sindicalizados da cidade. Das lideranças do partido foi o personagem mais discreto, ao menos durante a década de 1940, período em que não teve seu nome envolvido em polêmicas nas páginas dos jornais joinvilenses. Essa situação mudou na década de 1950, quando foi eleito vereador pelo PTB e quando lançou sua candidatura a prefeito. É possível que a saída de Largura da legenda tenha conferido a Mira maior poder de influência e decisão nos rumos do partido, o que provocou sua saída dos bastidores. Também chama a atenção o fato de que após a morte de padre Kolb, em 1948, o sindicalista tenha demonstrado maior interesse em relação às atividades do COJ.

O excerto abaixo faz parte de um longo artigo publicado em julho de 1945 sobre a fundação do PTB, em Joinville. O autor do texto afirmou que o novo partido foi constituído predominantemente por ex-integralistas³²⁸.

Instalou-se nessa cidade o diretório do Partido Trabalhista, foi na Harmonia Lira, às 20hs. E conforme nossa previsão, o elemento dominante era de ex-integralistas o que bem realiza o nosso vaticínio de que o Partido seria apenas uma capa à qual ingenuamente se prestaram os Presidentes dos sindicatos locais. Foi essa a nossa impressão como a da totalidade dos curiosos que assistiram a assembléia. Presentes umas setecentas pessoas, dessas pelo menos cento e cinquenta eram

³²⁷ Ibid. Em anexo, confira a Imagem 14.

³²⁸ Foi sob a bandeira do Partido da Representação Popular (PRP), que Plínio Salgado tentou reunir seus antigos correligionários.

curiosos já filiados a outros partidos, uns duzentos operários dos cinco mil organizados em sindicatos, e o restante, isto é, a maioria absoluta, ex-integralistas os únicos que pouparam palmas ao ex-chefe quando de sua oração, que sejamos francos, não nos desagradou. Principalmente no trecho em que o mesmo fez sua profissão de fé sustentando seu antigo partido (seria pior se o negasse) e conclamando seus antigos companheiros para colaborarem no novo partido. Foi então que o prognóstico por nós formulado resultou perfeitamente de acordo com o que já estampava o *Diário da Noite* do Rio em edição do 7 do corrente: “O Sr. Plínio Salgado de Lisboa, enviara instruções aos seus adeptos a fim de fundar um Partido captando as simpatias dos operários”. Eis, portanto, sob a marca do trabalhismo as manobras do Integralismo em ação. E se essa entidade política conseguir algo de aproveitável ou digamos o poder, ver-se-á que despirá com a notável sem-cerimônia dos que sempre respeitaram os tratados a ponto de compará-los a míseros farrapos de papel, mudar a sua feição democrática, a sua estrutura basilar numa regulamentação fascista na qual o espírito de Musso, deixando por momentos o inferno onde descasca os seus crimes inspirá-lo. Teremos então a repetição histórica dos nefastos dias quando desfiles pomposos, fantasiosamente provocam a pacíficos cidadãos pejorativamente chamados democratas “comunistas” ameaçando, amedrontando, criticando e menosprezando toda e qualquer autoridade, cujo mandato lhe fora outorgado pelo povo, criando uma atmosfera de segurança individual, de precária situação de liberdade, pior que a do Estado Novo. Previnam-se, portanto os operários de Joinville, olhem bem a organização do Partido Trabalhista no Rio, nesta e nas demais cidades do Estado, onde quer que ele se organize, e vejam se nos postos de mando ou na massa que o compõe não estão “integrados” como partes “integrantes” os ex-integralistas. A não ser por poucas exceções os que viveram sob o regime democrático, os crentes, esse tendem para o Trabalhismo, com a técnica maquiavélica mais

tarde, vibrar o golpe decisivo desviando a democracia que eles sempre atacaram³²⁹.

O integralista a quem o autor do texto se refere, mas não nomeia, é o ex-prefeito, Aristides Largura. A popularidade conquistada por Largura entre o eleitorado joinvilense era evidente, pois, ele foi eleito prefeito, em 1936, derrotando uma forte aliança formada por todas as demais lideranças políticas da cidade. Não se pode dizer o mesmo sobre a popularidade de Largura em relação à imprensa de Joinville, da qual ele foi regularmente alvo de severas críticas. Seu retorno à cidade, após um período de ostracismo ocasionado pela suspensão de seu mandato, em 1937, fez com que os meios de comunicação ficassem agitados. Desde os primeiros boatos de seu retorno, as notas dos jornais eram carregadas de duras críticas à sua trajetória política. Mais do que uma cobertura jornalística sobre o surgimento de novos partidos, o que se percebeu foi o início de uma vultosa campanha promovida de maneira particular contra Aristides Largura, intensificada nos meses seguintes e tomando proporções de linchamento público nas vésperas das eleições. Embora o autor do artigo não tenha mencionado, estiveram presentes no evento o padre Alberto Kolb, que fez o discurso anteriormente citado, e o sindicalista Conrado de Mira.

Foram encontradas diferentes versões que explicam a adesão de Aristides Largura ao PTB. Os cronistas políticos do período acusavam Largura de ser um “mercenário” e “vender seus serviços” ao partido e que teria feito uma espécie de proposta para integrar outras legendas, sem, no entanto, obter sucesso. Por sua vez, Largura, em declarações ao jornal, em 1947, afirmava ter sido “convidado” a ingressar no PTB por lideranças nacionais do partido, versão essa que foi em parte reiterada pelo ex-prefeito, em 1982, em uma entrevista concedida à Dúnia de Freitas³³⁰. Na entrevista, Largura explanou sobre como ocorreram os trâmites da fundação do partido e a curiosa coligação firmada por ele com o PSD, em 1947.

Largura afirmou que em 1945 foi procurado em Curitiba, onde residia, por padre Alberto Kolb e três sindicalistas de Joinville: Waldemiro Palhares, Conrado Mira e Otacílio Costa, com o propósito de constituir um grupo de apoio à candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, sem vinculação com o PSD catarinense ou com o interventor

³²⁹ O Partido Trabalhista. *Jornal de Joinville*, 19 jul. 1945, p. 1.

³³⁰ Entrevista de Aristides Largura concedida à Dúnia de Freitas (1982).

Nereu Ramos, a quem manteriam oposição. A ideia era fazer campanha para o general Dutra, mas compor aliança estadualmente com a UDN, indicando nomes para a formação da chapa eleitoral. O acordo teria sido realizado previamente entre o padre, os sindicalistas e Adolfo Konder.

Antes de aceitar o convite, Largura teria consultado Miguel Reale e Raimundo Padilha, os quais, na ausência de Plínio Salgado no país, continuavam sendo os principais nomes nacionais da extinta Ação Integralista Brasileira (AIB). Largura teria sondado ainda ex-companheiros integralistas nas regiões de Joinville e Blumenau e, apenas depois da aquiescência de todos, teria ingressado então no que denominaram de “Movimento Trabalhista de Santa Catarina pró-Dutra”, que, segundo ele, não mantinha vínculos oficiais com o PTB. O movimento teria ganhado força com a adesão dos ex-integralistas convidados por Largura e dos trabalhadores sindicalizados. Somente depois do fortalecimento do grupo, eles teriam sido convidados diretamente pelo ministro Segadas Viana para compor o Partido Trabalhista Brasileiro. A versão apresentada por Largura na entrevista de 1982 confere com as informações retiradas de matérias de jornais e panfletos encontrados no COJ.

O trecho da entrevista em que Largura falou sobre a campanha presidencial também confirmou o que se observou nos jornais do período, a saber, que parecia pouco provável a vitória do general Dutra diante do volume de campanha da UDN. Segundo Largura, a situação parecia crítica a ponto de o padre Alberto Kolb redigir um manifesto retirando o apoio ao general e sugerindo o voto ao brigadeiro Eduardo Gomes. Essa atitude não foi aceita pelos demais líderes do partido em Joinville, mas foi levada adiante isoladamente pelo padre, que se desligou do movimento.

O episódio de fato ocorreu, pois, como foi mencionado anteriormente, Kolb se afastou dos trabalhistas e ingressou de forma enérgica na campanha udenista. Entretanto, o motivo não foi o receio de que o general Dutra perdesse a eleição, como justificou Largura, mas devido às retaliações praticadas pelo PSD municipal. Desse modo, Kolb abandonou a conduta diplomática e passou a integrar a campanha dos udenistas. Ele comunicou a mudança de postura em um panfleto dirigido ao “povo joinvilense”, no qual anunciou que estava apoiando o brigadeiro Eduardo Gomes e Adolfo Konder³³¹.

³³¹ Ao povo de Joinville. In: KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*. Caderno 4. Em Anexo, confira a Imagem 15, que apresenta a reprodução do panfleto.

Pouco tempo antes da eleição, quando os acordos já estavam delineados, a UDN não aceitou colocar os nomes propostos pelos trabalhistas em sua chapa, e, com isso, os candidatos precisaram lançar seus nomes na legenda do PTB. Evidentemente, esse revés não foi benéfico para os trabalhistas devido à parca estrutura e a falta de recursos de seus diretórios. Contrariando as expectativas da imprensa, Dutra foi eleito e, a despeito da boa votação dos candidatos do PTB, a legenda não alcançou o quociente eleitoral necessário, de modo que não elegeu seus candidatos.

Entretanto, a legenda trabalhista foi a mais votada em Joinville. Dos 13.912 votos trabalhistas conquistados em Santa Catarina, 5.742 se originaram em Joinville, número de votos que superou o PSD e o UDN juntos. A UDN alcançou 2.358 votos e o PSD, 1.542 votos. O PRP e o PCB foram os partidos menos votados em Joinville, assim como nas demais cidades catarinenses, onde nenhum dos dois partidos fez mais votos que as legendas majoritárias. Na véspera da eleição especulava-se nos jornais da cidade que o Partido Comunista obteria em torno de 500 votos, porém, o resultado ficou muito abaixo desse número. A legenda comunista alcançou 137 votos na cidade, enquanto o PRP conseguiu 399 votos³³².

Os números totais das legendas foram definidos na votação para o cargo de senador. Na medida em que o PTB não teve candidato próprio à presidência, declarando apoio ao general Dutra, transferiu os votos de seus eleitores ao PSD. Sendo assim, o brigadeiro Eduardo Gomes obteve 2.970 votos e Dutra conseguiu 7.203. Os votos do PRP foram divididos seguindo a mesma lógica: dos 399 votos registrados na legenda, apenas 27 foram destinados ao candidato do partido à presidência, Mario Rollim Teles, sendo que os demais se destinaram aos candidatos aos cargos de senador e deputados. Embora o PCB tenha sido a legenda menos votada, os votos comunistas foram os mais coesos, pois, dos 137 votos destinados ao partido, todos foram revertidos ao candidato comunista Yeddo Fiúza, o mesmo número obtido pelo candidato ao senado Luiz Carlos Prestes³³³.

³³² As eleições. *Jornal de Joinville*, 19 jan. 1946, p. 1 e 5.

³³³ São poucas as referências ao Partido Comunista em SC nesse período. No livro de Yan de Souza Carreirão praticamente todas as informações por ele obtidas são do entrevistado Manoel Alves Ribeiro, militante do partido em Florianópolis. Manoel Alves afirmou em sua entrevista que: “[...] nos lugares onde há fábricas, como Joinville e Blumenau, os trabalhadores foram muito influenciados pelo integralismo, pelo nazismo. Lá o partido teve dificuldades. Em Joinville tinha um partido regular, né, mas em Blumenau tinha grande dificuldade de penetração, devido à influência do integralismo”. CARREIRÃO, op. cit., 1990.

Ao eleger sete das nove cadeiras para deputados catarinenses, ficou evidente a hegemonia do PSD no estado. A legenda fez quase o dobro de votos que a UDN em todo o território catarinense. O PSD encontrou dificuldades somente nas regiões do Vale do Itajaí e de Joinville. Por outro lado, em Joinville, a UDN dividiu seus votos com a legenda trabalhista, que obteve um alto índice de aceitação. Essa situação acabou sendo fundamental para a formação do novo quadro que se instalou com as disputas ao governo estadual e às prefeituras, uma vez que, rapidamente, PSD e UDN demonstraram interesse em compor aliança com os trabalhistas. É possível observar essa questão pouco tempo após o pleito de dezembro, quando já se especulava sobre uma possível candidatura trabalhista própria ao governo de Santa Catarina, notícia publicada originalmente em um jornal carioca e reproduzida pelo *Jornal de Joinville*³³⁴.

Diante do descumprimento de Adolfo Konder no acordo com o PTB, o apoio dos trabalhistas ao candidato udenista na eleição a governador estava ameaçado. A partir de então, começaram as negociações em torno da aliança do PTB com o PSD, fato consumado pessoalmente entre os ex-adversários Aristides Largura e Nereu Ramos. Com o novo acordo, o PSD concedeu aos trabalhistas uma vaga na Câmara dos Deputados, ocupada pelo próprio Largura que havia ficado com a vaga de suplente. Em troca, o PSD garantiu os votos trabalhistas em cidades como Joinville, onde o PTB enfrentava dificuldades de penetração.

Ainda no início de seu mandato como deputado federal, Aristides Largura se desvinculou definitivamente do PTB e ingressou no PSD. Como justificativa afirmou que a decisão foi motivada devido ao ingresso de três novos representantes catarinenses na convenção nacional do PTB. Largura afirmou que discordava da presença dos novos nomes, que, segundo ele, até então não teriam participação relevante no partido. As três pessoas apontadas por Largura eram: Carlos Gomes de Oliveira, Saulo Ramos e Otacílio Nascimento. Esses

Outras informações sobre a organização do Partido em Joinville ainda não foram encontradas. Entretanto, os 137 votos comunistas, a despeito da intensa propaganda anticomunista efetivada pelos veículos de comunicação da cidade e da influência integralista, podem indicar uma organização do partido ainda que pequena. Em Blumenau, os comunistas atingiram 35 votos dos 12.141 totais, e, em Rio do Sul, município vizinho a Blumenau, dos 9.433 votos, apenas 5 foram destinados ao PCB. Carlos Alberto Silveira Lenzi aponta a existência de Comitês Municipais do partido em Laguna, Caçador, Mafra, Tubarão, Lages, Criciúma, Concórdia, Itajaí, Blumenau e São Francisco do Sul. LENZI, op. cit., 1983, p. 216.

³³⁴ Candidato trabalhista em SC. *Jornal de Joinville*, 31 dez. 1945, p. 1.

são os mesmos nomes assinalados pelos autores Carlos Alberto Lenzi, Walter Piazza e Yan de Souza Carreirão como os fundadores do PTB em Santa Catarina³³⁵.

Os três nomes, segundo Largura, teriam feito parte de uma comissão de oposição à continuidade dele à frente do partido. Derrotado na convenção, Largura deixou de ser o presidente do diretório trabalhista em Santa Catarina, afastando-se do partido para integrar os quadros do PSD. No pleito seguinte não conseguiu se reeleger, abandonando assim as disputas eleitorais.

Conrado de Mira, por sua vez, foi candidato à câmara municipal em 1947 sem conseguir se eleger. Acabou eleito vereador pelo PTB em 1954. Ficou a frente da legenda até 1955, quando afirmou ser vítima de um golpe interno no partido. Em um panfleto, Mira justificou sua saída do PTB e o ingresso no Partido Trabalhista Nacional (PTN):

O PTB de Joinville, sem convocação regular, sem publicidade alguma quase na calada da noite [...] sem dar a menor atenção aos seus legítimos líderes, por uma pequena quantidade de votos (NEM UMA SIMPLES DUZIA), lançou o nome de cidadão estranho às suas fileiras, para, em outra coligação, tentar a vitória, no pleito eleitoral de 3 de outubro próximo vindouro, de cidadão estranho à nossa terra³³⁶.

O sindicalista afirmou que o PTN era “irmão legítimo do PTB”, pois os dois partidos apresentavam origem trabalhista. A principal diferença residia na política de alianças das legendas. Conrado de Mira lançou sua candidatura a prefeito pelo PTN, mas não conseguiu se eleger³³⁷.

A união desses três personagens para fundar o PTB catarinense, em 1945, se contrapõe às questões nacionais que originaram o partido. Aristides Largura e os ex-integralistas poderiam ter migrado para qualquer partido, inclusive o Partido da Representação Popular, de

³³⁵ PIAZZA, op. cit., 1985.

PIAZZA, op. cit., 1997.

PIAZZA, op. cit., 1983.

LENZI, op. cit., 1983.

CARREIRÃO, op. cit., 1990.

³³⁶ *Panfleto Conrado de Mira.*

³³⁷ Em Anexo, confira a Imagem 16.

Plínio Salgado. Contudo, Largura, que levou com ele antigos correligionários ao partido trabalhista, decidiu compor a legenda com antigos desafetos. Ao que parece, a opção se explica porque havia uma relação ideológica com a questão trabalhista. Em 1936, os integralistas foram vitoriosos porque souberam dialogar com a classe trabalhadora urbana e a do interior de Joinville. Durante a década de 30 as três lideranças disputaram a mesma base de sustentação.

O padre manteve uma relação ambígua com o integralismo. A aproximação com os integralistas se dava pela disputa pelo voto operário, e o afastamento se explica pelo mesmo motivo. Kolb era próximo aos empresários teuto-brasileiros, mas por outro lado, valorizava e defendia o nacionalismo brasileiro. A defesa do nacionalismo poderia aproximar o padre do movimento integralista, mas isso não ocorreu porque Kolb optou por se vincular aos empresários que combatiam a AIB, em 1936. Essa linha tênue que vincula e separa padre Kolb e os integralistas vai culminar em 1945, com a fundação do PTB.

Conrado de Mira, por sua vez, foi o personagem com menor destaque nesse período. Mas soube comandar os sindicatos e contribuir para a sustentação da legenda. Não apresentou desempenho brilhante como candidato, mas soube entender o funcionamento da burocracia sindical com maestria e usou seu prestígio para fortalecer o partido. Ainda durante a década de 30 impôs seu estilo ao Sindicato da Construção Civil, diante dos bons resultados foi chamado por outros sindicatos para dar sua contribuição e acabou transformando isso em sua profissão. O nome de Conrado de Mira parece ter se destacado na legenda trabalhista somente após a saída de padre Kolb e Largura, talvez porque não existisse espaço para três lideranças, ou é possível que dentre os três, o sindicalista apresentasse menor apelo popular.

O passo seguinte da pesquisa seria analisar a distribuição dos votos da eleição de 1945, por bairros, com o fim de identificar o desempenho dos candidatos por região. Entretanto, o Tribunal Regional Eleitoral não dispõe desses dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relativo desinteresse da historiografia local sobre as ações do Círculo Operário, do Integralismo e dos sindicatos em Joinville dificultaram a possibilidade de diálogo com outras pesquisas. Nos poucos trabalhos em que o padre Kolb foi citado, sua ação como agente político não foi analisada. Boa parte das pesquisas sobre Joinville privilegiou a análise a partir do aspecto econômico, como se partissem do ponto de vista de que apenas nessa área a cidade apresenta particularidades interessantes ao estudo.

Essa situação parece deixar implícito que no campo político Joinville não apresentava peculiaridades, frutos de tensões e disputas pelo poder. Nesse sentido, quando o fenômeno do integralismo era citado em pesquisas, a mística em torno da questão da etnicidade era considerada satisfatória para explicar a ascensão do movimento na cidade. Essa teoria, aceita no caso de Joinville, sugere que o integralismo foi bem acolhido em cidades de colonização alemã. Isso explicaria tudo e, portanto, não haveria muita mais o que se discutir a partir daí.

O historiador René Gertz analisou as experiências integralistas gaúchas e catarinenses e propôs outras análises, dando novo direcionamento às pesquisas. Para ele, embora a questão étnica deva ser levada em consideração, porque houve tolerância dos integralistas ao *Deutschtum*, isto é, à preservação da identidade e cultura germânicas, ela não pode ser usada como explicação determinante, até porque outros partidos representavam melhor o germanismo. No caso catarinense essa legenda era o Partido Republicano Catarinense (PRC), de Marcos Konder. Sobre Joinville, René Gertz mencionou que o grupo nazista não foi bem aceito entre os teuto-brasileiros, apresentando fraca adesão. Segundo o historiador, é preciso estudar os contextos regionais onde o integralismo se desenvolveu para entender as particularidades de cada situação.

Inspirada por essa proposta, percebi que a variável étnica em Joinville de fato não é suficiente para entender o fenômeno integralista. Aristides Largura não era teuto-brasileiro, nem mesmo falava alemão, mas sabia o que significava ser descendente de imigrante, sobretudo, descendente de classe social baixa, porque procedia de uma família de trabalhadores descendentes de italianos do Vale do Itajaí. Esse fato mais o ajudou na comunicação com teuto-brasileiros moradores do interior de Joinville, do que a necessidade de um intérprete para se comunicar com

eles o atrapalhou. Largura e o grupo integralista parecem ter “compreendido” melhor Joinville do que os políticos da elite local. Preocuparam-se com os agricultores do interior e com os operários da região urbana. Difundiram seus núcleos em praticamente todas as regiões da cidade, sobretudo, nas mais distantes aonde nem mesmo os jornais chegavam com regularidade. Isso ajuda a explicar a vitória nas eleições de 1936, em 15 das 20 urnas da cidade. Não foi uma vitória modesta. Largura ainda é o prefeito mais jovem da cidade, eleito aos 28 anos. Venceu sem ser natural de Joinville, situação que atualmente ainda causa polêmica na cidade, quando um não-joinvilense concorre à prefeitura. Além disso, Largura, que era funcionário público estadual, na função de inspetor escolar, foi removido para Blumenau como forma de retaliação efetivada por Nereu Ramos devido às suas atividades partidárias. Em virtude disso, promoveu sua campanha à distância, retornando a Joinville apenas 15 dias antes das eleições. A elite local valorizava os teuto-brasileiros porque era composta principalmente por esse grupo étnico, mas quando analisou a própria derrota evidenciou-se que defendia apenas “alguns” descendentes. A aliança política derrotada atribuiu a responsabilidade da vitória integralista aos teuto-brasileiros empobrecidos, “ignorantes”, segundo eles. E, de certo modo, estavam certos. Os teuto-brasileiros de classes baixas ajudaram a eleger os integralistas, não por ignorância, mas porque julgaram os integralistas representantes de uma alternativa nova. Os integralistas de Joinville eram jovens, não pertenciam à política da cidade até então e compuseram um grupo de pessoas com profissões e origens variadas. Publicaram jornal próprio para divulgar sua doutrina e se defender das acusações dos periódicos locais. No jornal *Anauê*, os integralistas destinavam textos à classe operária e efetuavam a campanha de Largura à distância.

Após a eleição de Largura, a elite tentou impugnar o resultado e os jornais intensificaram as críticas dirigidas ao movimento integralista e ao prefeito. Mas Largura surpreendeu: não demitiu os antigos funcionários da prefeitura apenas por serem adversários, iniciou obras importantes como o desassoreamento do Rio Cachoeira e ficou na história como o prefeito que deu início ao calçamento das ruas da cidade. Largura conquistou a inimizade de jornalistas companheiros de partido, quando não retirou dos domínios do jornal *A Notícia* a conta de publicações da prefeitura porque isso causaria multa contratual. Sob a ótica do *A Notícia*, em menos de dois anos de mandato, Aristides Largura parecia “deixar” de ser integralista, o mandato “não era de todo mal”, a despeito do integralismo. A mais grave situação de confronto durante sua gestão aconteceu entre o prefeito e o padre Alberto Kolb, do

Círculo Operário. Largura acusou Kolb de desviar valores do subsídio municipal destinado ao Círculo. A relação entre o padre e o integralismo foi ambígua, pois, em público, Kolb se manifestava contra o integralismo, mas alguns indícios levam a acreditar que o anti-integralismo do padre poderia ser estratégia política.

Padre Kolb obteve indiscutível sucesso em seu trabalho social. Isso ocorreu, sobretudo, devido ao papel político que exerceu. Assim como Largura, Alberto Kolb também foi um “forasteiro” em Joinville. Mas a nacionalidade alemã ajudou o padre a se aproximar da elite joinvilense. Logo após fundar o Círculo, Kolb organizou um comício que determinou os rumos do COJ e do jogo de alianças que o padre estabeleceu em seguida. A chamada “Concentração Operária” cumpriu diferentes objetivos: apresentou o COJ à comunidade, cooptou os sindicatos ao Círculo, levou a Joinville lideranças católicas e operárias provenientes de todo o estado e também do Rio Grande do Sul, promovendo o nome de Kolb além dos limites municipais, e aproximou o padre das elites locais, ao realizar um evento “antiextremista”, que serviu, na verdade, como propaganda partidária para a coligação “Frente Única”.

Ao que tudo indica, Kolb rapidamente percebeu que devido ao contexto eleitoral, para se aproximar e agradar os empresários, que também eram os representantes políticos da cidade, precisaria combater o mesmo inimigo: o integralismo. Embora condenasse publicamente o integralismo, nenhum indício substancial foi encontrado para confirmar que Kolb era ideologicamente contrário aos integralistas. Evidentemente, o episódio em que foi acusado por Largura de desviar verba do Círculo e o conseqüente fechamento de sua escola noturna não renderam simpatia ao partido do sigma. No entanto, é possível inferir que o anti-integralismo de Kolb, especialmente durante o período eleitoral, significou muito mais uma estratégia do padre do que reflexo de suas posturas ideológicas. Kolb mantinha diálogo com os integralistas. No jornal *Anauê* há uma série de notas referentes ao padre e ao Círculo que comprovam essa situação. No evento de inauguração do COJ, o *Anauê* convidou os operários a se associar ao COJ e vibrou com a presença de um operário integralista que, vestindo a camisa verde, conduziu as insígnias e a bandeira do movimento circulista. Padre Kolb não era anti-integralista, pois se realmente repudiasse o partido de Plínio Salgado teria emitido uma resolução determinando a proibição de sócios circulistas de integrarem a AIB, como fez com a ANL. Provavelmente, Kolb também não queria perder os operários que

aderiram ao integralismo. Mas a relação ambígua entre o padre e os integralistas não se encerrou com o fim da AIB, em 1937.

Padre Kolb registrava em seus cadernos que era vítima de calúnias e fofocas. Contudo, não revelava os motivos das acusações, tampouco os nomes de quem o criticava. Os jornais não editavam críticas ao padre, pois eram parceiros nas atividades do COJ. Possivelmente, as críticas a Kolb partiam do burburinho das ruas, daqueles que não tinham acesso aos meios de comunicação para expressar suas opiniões. O padre parecia se beneficiar da imagem vitimizadora com o fim de sustentar uma condição relativamente frágil, de padre incompreendido, abnegado, que se humilhava para conseguir os donativos ao Círculo. Todavia, a entrada de Kolb na campanha udenista fez emergir, a partir da imprensa de Florianópolis as acusações até então refreadas em Joinville. O padre foi acusado de partidarizar sua instituição, de negociar alianças, de realizar negócios escusos e de contrair benefícios pessoais a partir dos contatos que cultivava com políticos e patrões. O padre registrou suas memórias em cadernos, porque pretendia perpetuar sua versão dos episódios, muitas vezes contraditórios, em que esteve envolvido.

Kolb esteve à frente do COJ até sua morte, não permitindo que nenhum nome se destacasse mais do que o dele. Esteve à frente de todas as decisões. O sucesso material do Círculo é incontestável na medida em que a atual diretoria tem dificuldade em relatar os números exatos das propriedades em décadas anteriores, pois acredita que alguns imóveis tenham sido perdidos. O sucesso entre os operários se deve em grande medida aos benefícios assistencialistas oferecidos pelo COJ. Serviços de assistência médica, odontológica, jurídica, departamento de esporte, cultura e lazer, além de cursos de alfabetização e profissionalizantes estavam entre os benefícios oferecidos aos sócios. Apesar disso, o padre se queixava da fraca participação nas atividades da entidade e do número de sócios. De fato, através das atas é possível perceber que os sócios não eram participantes assíduos das reuniões do COJ. Embora a morte do padre tenha coincidido com um período de enfraquecimento das entidades circulistas em todo o país, ficou evidente que o COJ perdeu grande parte de sua essência. Kolb não era apenas o diretor, mas, simbolicamente, era como se ele fosse o próprio Círculo. Mais do que isso, muitas vezes, ele se apresentava como legítimo “representante do operariado de Joinville”.

Atualmente, o Círculo permanece em funcionamento, mas não seria um exagero dizer que continua aberto devido exclusivamente ao legado deixado pelo padre. A Creche Conde Modesto Leal também

continua funcionando, mas sua situação é outra. Kolb assistiu contra sua vontade a Creche ser entregue à administração de congregações religiosas com as quais não estava plenamente de acordo. Hoje em dia, o regime de comodato com o Círculo permanece em vigor e os pais das crianças matriculadas, além das mensalidades, também contribuem com um valor simbólico ao COJ, sendo esse um dos poucos vínculos entre as duas entidades.

A sede do COJ também abrigou alguns dos principais sindicatos da cidade, transferidos para lá ainda na década de 1930. Naquele período, a atuação dos sindicatos esteve centrada principalmente na fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e no encaminhamento de processos trabalhistas. Além disso, os sindicatos colaboravam e auxiliavam na realização de eventos promovidos pelo COJ. Círculo e sindicatos foram parceiros, sobretudo, durante as décadas de 1930 e 1940.

Ao consultar as atas dos sindicatos surgiu um elemento curioso. Apesar dos benefícios e da estrutura oferecida pelo Círculo, as assembleias dos sindicatos costumavam receber maior número de associados do que o COJ em suas reuniões. Contudo, a atuação específica dos sindicatos não foi o objetivo desta pesquisa. Procurei centrar meu trabalho na atuação de Conrado de Mira. O sindicalista esteve no comando dos principais sindicatos da cidade durante mais de três décadas. Participou da criação do Sindicato da Construção Civil, categoria da qual fazia parte, e em pouco tempo assumiu o cargo de presidente da entidade. Mas, ainda na década de 1930, resolveu deixar a diretoria e passou a ser funcionário daqueles sindicatos. Por mais de 30 anos se manteve funcionário de 8 sindicatos concomitantemente, porque entendeu rapidamente como funcionava o aparelho sindical e soube se beneficiar da situação. Conrado de Mira ultrapassou os limites de sua seara quando passou a integrar os quadros do PTB em Joinville, ao lado de padre Kolb e Aristides Largura.

Os estudos sobre partidos políticos em Santa Catarina ignoraram a presença dos três joinvilenses na legenda trabalhista. É importante salientar que eles não estiveram apenas na composição do diretório municipal. Conrado de Mira e Aristides Largura integram o diretório nacional do partido, representando o estado catarinense. A historiografia joinvilense, por sua vez, também não deu atenção à formação de partidos na cidade. Apolinário Ternes, assim se referiu à legenda trabalhista: “Getúlio e seguidores mais fanáticos perfilaram-se

no Partido Trabalhista Brasileiro”³³⁸. Giane Maria de Souza, baseada em um documento de Conrado de Mira, cita o sindicalista e o padre na formação do partido, mas não se deteve às condições que levaram à aliança e também não menciona a presença do ex-integralista Largura³³⁹.

A formação do partido em Joinville por esses três personagens se diferencia da origem do PTB no restante do país. As questões nacionais que direcionaram a legenda trabalhista envolveram notadamente elementos de origem sindical. Em Joinville, os integralistas “couberam” no partido, apesar de terem a opção de uma legenda orgânica idealizada por Plínio Salgado, qual seja, a do Partido da Representação Popular (PRP). A ideia de convidar Largura para integrar a legenda teria partido de Kolb. O padre parece ter deixado de lado o suposto anti-integralismo e reconhecido a capacidade de aglutinação exercida por Largura durante a década de 1930. Se no contexto dos anos 30, sindicalistas, circulistas e integralistas disputaram a mesma base de apoio, em 1945, a ideia de aliar essas três forças em único partido que representasse os operários parecia magistral. E de fato foi, visto que o PTB obteve excelente votação em Joinville, e não elegeu diretamente o candidato a deputado federal Largura somente porque a UDN não foi fiel ao acordo com a coligação.

Padre Alberto Kolb optou por se manter nos bastidores da legenda e não afirmou categoricamente integrar o partido, mas sua decisiva participação foi confirmada por documentos de Mira e a entrevista de Largura. É possível que o padre não desejasse se comprometer e enfrentar o poderoso PSD em uma legenda pequena, recém constituída e sem nomes tradicionais em sua composição. O padre parecia querer se proteger. No entanto, o PSD da família Ramos não perdoou o padre por seu apoio velado à UDN, partiu para o confronto, disparou acusações contra Kolb em seus jornais e cortou os subsídios ao COJ. Diante daquela situação, o padre pouco tinha a perder e resolveu expor suas verdadeiras preferências. Kolb abandonou os trabalhistas e partiu ao encontro dos antigos amigos udenistas. A estrutura e o poder da família Konder protegeram o padre e o defenderam contra os ataques pessedistas na imprensa da capital.

Após a agitada eleição de 1945, a legenda trabalhista tomou outros rumos. Largura se sentiu preterido com a ascensão de novos nomes no partido e, diante dos desacordos causados pela deslealdade

³³⁸ TERNES, op. cit., 2006, p. 84.

³³⁹ SOUZA, op. cit., 2008, p. 166.

udenista, aceitou a proposta do antigo desafeto Nereu Ramos e passou a integrar o PSD. Depois de cumprir seu mandato como deputado federal não conseguiu a reeleição. É razoável que o eleitorado não tenha compreendido a aliança com o antigo perseguidor de integralistas e nacionalizador, Nereu Ramos. Alberto Kolb, por sua vez, após a eleição optou pelo silêncio e discrição. Sua presença em eventos na cidade tornou-se menos frequente e parece não ter se envolvido com proeminência na eleição municipal de 1947. No ano seguinte, Kolb faleceu. Conrado de Mira parece ter se consolidado como liderança trabalhista apenas após o afastamento de Kolb e Largura do partido. Não conseguiu ir além de um mandato como vereador e, assim como fez com os sindicatos, comandou de forma absoluta o PTB municipal até 1955, quando parece ter sido segregado do partido por novas lideranças.

FONTES

Jornal *A Notícia* (1935-1947). Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e Arquivo Institucional do Jornal.

Jornal *Anauê* (1935-1937). Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Jornal de Joinville (1937-1945). Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Jornal *Folha Nova* (1936). Acervo Histórico de Joinville.

Atas do Círculo Operário de Joinville (1937-1948). Arquivo do COJ

Boletim do Círculo Operário de Joinville, mai. 1938. Arquivo do COJ

KOLB, Alberto. *Histórico do Círculo através da imprensa*, Cadernos 1, 4 e 5. Arquivo do COJ

KOLB, Alberto. *Reminiscências para a história do Círculo*. Cadernos 1, 2, 3 e 4. Arquivo COJ

Estatutos dos Círculos Operários. Arquivo COJ

Atas do Sindicato Aliança dos Operários da Construção Civil (1931-1940). Fundo Conrado de Mira. Acervo Histórico de Joinville.

Atas do Sindicato dos Metalúrgicos (1935 - 1940). Fundo Conrado de Mira. Acervo Histórico de Joinville.

Livro-caixa do Sindicato dos Metalúrgicos. Fundo Conrado de Mira. Acervo Histórico de Joinville.

Boletim do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, a. X, n.11, out. de 2007.

Pasta de reclamações trabalhistas. Fundo Conrado de Mira. Acervo Histórico de Joinville.

Pasta de ofícios dos prefeitos municipais. Acervo Histórico de Joinville.

Correspondência, declarações, recibos, panfleto, documentos avulsos referentes a Conrado de Mira. Fundo Conrado de Mira. Acervo Histórico de Joinville.

Processos JCJ – 1758/74, JCJ –985-70, JCJ –985-70. Justiça do Trabalho. Pasta 8. Fundo Conrado de Mira. Acervo Histórico de Joinville.

Sindicato Aliança dos Operários em Fiação e Tecelagem (1940). Fundo Conrado de Mira. Acervo Histórico de Joinville.

Entrevista de Aristides Largura. Laboratório de História Oral, departamento de História da Universidade da Região de Joinville (Univille). Arquivo: Nossos Prefeitos, NP02.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil. (1º set. 1940). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf> Acesso em: 20 de set. 2009.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rufino Porfírio. *O movimento operário em Santa Catarina. A greve de Joinville*. Dissertação. (mestrado em História) UFSC.

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1988.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

AURAS, Gladys Mary T. Professor Orestes Guimarães: um paulista em Santa Catarina semeando o "novo" (1911-1935). In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. *Resumos do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia: Ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

BEIRED, José Luis B. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola, 1999.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERTONHA, João Fábio. *Bibliografia orientativa sobre o integralismo (1932 - 2007)*. Jaboticabal: Funep, 2010.

_____, João Fábio. *Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil*. *Revista brasileira de história*, 2001, v. 21, n. 40, p. 85-104 [online].

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo. Estação Liberdade, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2005.

BRUHNS, Katiane. *Espaços de sociabilidade e o idioma: a Campanha de Nacionalização em Joinville*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Estado Novo: novas histórias*. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo – ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932 - 1937)*. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

_____, Rosa Maria; DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lúcia M. V. (Orgs.) *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo Municipal de Rio Claro, 2004.

CAVALETTI, Laucí Aparecida. *O integralismo e o teuto-brasileiro: Joinville 1930-1938*. Florianópolis: UFSC, 1998. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica à Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvania Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____, Marilena; FRANCO, Maria Sylvania Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1978a.

COSTA, Iara Andrade. *A cidade: tensões sociais e controle. Joinville – 1917-1943*. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná.

CRISTOFOLINI, Nilton José. *Nacionalização do ensino: estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville*. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

CUNHA, Dilney. *História do trabalho em Joinville*. Gênese. Joinville: Toda letra, 2008.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DIEHL, Astor Antonio. *Os círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932 – 1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

DUARTE, A. L. *Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942 -1973*. Campinas, 2002, 265 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas.

FARIAS, Damião Duque. *Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930 – 1945)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: UFSC; Itajaí: UNIVALI, 2005.

FICKER, Carlos. *História de Joinville, Subsídios para a Crônica da Colônia Dona Francisca*. Joinville, 1965.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Herculino Cascardo*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_hercolino_cascardo.htm> Acesso em: 15 out. 2009.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GIANNOTTI, Vito. *Cem anos de luta operária*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Mauricio B. A.; SILVA, Giselda B. Silva (Orgs.) *Histórias das políticas autoritária: integralismos, nacionalismos, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos*. Recife: Ed. UFRPE, 2010.

GUEDES, Sandra (Org). *Histórias de (I) migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Ed. Univille. 1998.

HELLER, Agenes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional. (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAHUERTA, M. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P.(Orgs.) *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

LAUS, Sônia Pereira. *A UDN em Santa Catarina (1945-1960)*. Florianópolis, 1985. Dissertação (Dissertação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983.

LUZ, Waldemar. *Quem foi que cooperou para o desenvolvimento do progresso de Joinville nos velhos tempos?* Joinville: Meyer, 1983.

MARQUES, Jaqueline L.; BARBOSA, Susana C. *Círculos Operários: doutrina e ação da Igreja e do Estado. Círculo Operário de Joinville (1935 – 1948)*, Joinville, 1992.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Unicamp, 2007.

MIRANDA, Carmen Silvia Meyer. *O legado social do padre Kolb*. Joinville: Editora Letra d'Água, 2006.

PIAZZA, Walter F. (Org). *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

_____, Walter F. *Santa Catarina: história da gente*. Florianópolis: Lunardelli, 1997.

_____, Walter F. *Santa Catarina: sua historia*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Lunardelli, 1983.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SILVA, Janine Gomes da. *Tempo de Lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville*. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

_____, Janine Gomes da. *Tensões, trabalhos e sociabilidades: história de mulheres em Joinville no século XIX*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

SINDICATO DOS ESTIVADORES. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.estiva-sfs.com.br/historico.html>> Acesso em: 15 out. 2009.

SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org.). *Álbum histórico do Centenário de Joinville. 1851-1951*. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951.

SOUZA, Giane Maria de. *Cidade onde se trabalha: a propagação ideológica do autoritarismo estadonovista em Joinville*. Itajaí: Editora Maria do Cais, 2008.

SOUZA, Jessie Jane de Vieira. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

TERNES, Apolinário. *A economia de Joinville no século XX*. Joinville: Letra d'água, 2002.

_____, Apolinário. *História Econômica de Joinville*. Joinville: Meyer, 1989.

_____, Apolinário. *Legislativo de Joinville. Subsídios para sua história*. Joinville: Letra d'água, 2006.

THIAGO, Raquel S. *Tempos de Joinville*. Joinville: Univille, 2008.

TRINDADE, Helgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

VIANA, Giovanny Noceti. *Orientar e disciplinar a liberdade: um estudo sobre a educação nas milícias juvenis integralistas (1934/1937)*. Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina.

ANEXO

Imagem 1: Juventude Operária do COJ. Pavilhão Filinto Müller.



Imagem 2: Jantar em homenagem a Filinto Müller – Círculo Operário



Imagem3: Escola Operária Noturna do COJ



Imagem 4: Carta de recomendação expedida pelo prefeito Max Colin ao presidente Getúlio Vargas, em 1936.

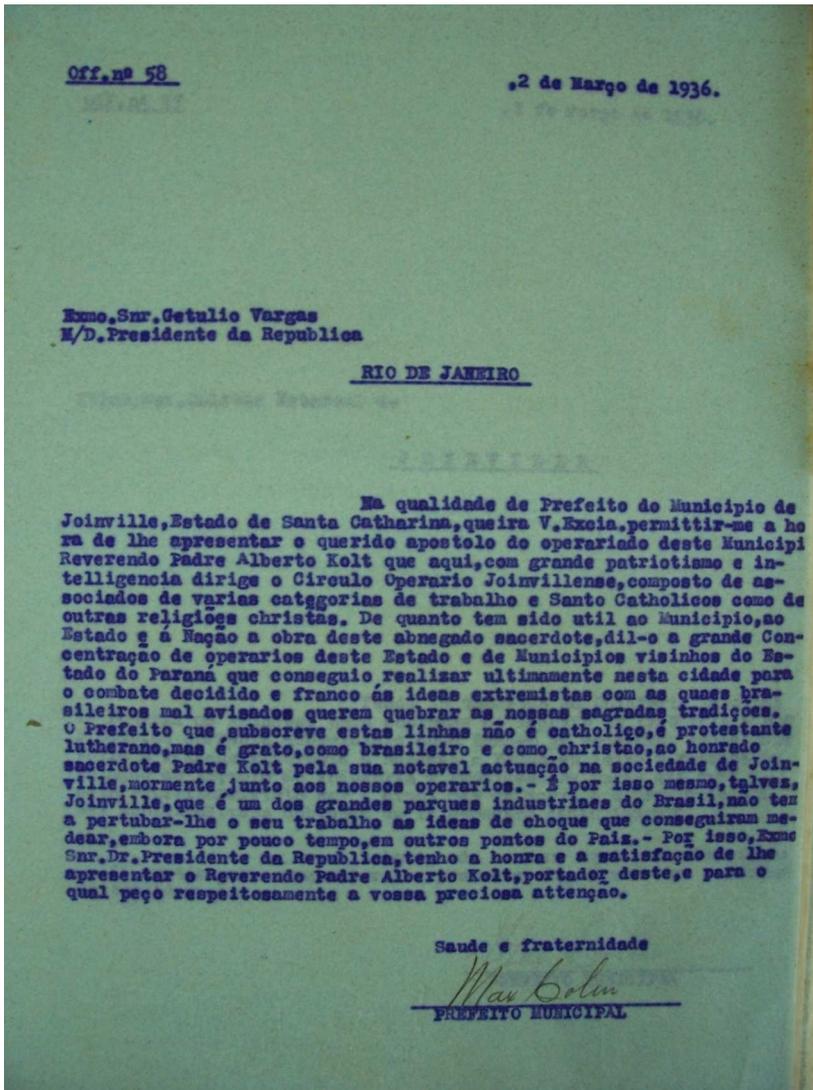


Imagem 5: Nota de divulgação de doadores do COJ

Reverendissimo Padre Alberto Kolb

Damos a seguir, mais uma nota sobre as atividades do estimado sacerdote, na sua grande obra, em prol do bem estar da humanidade sofredora.

“Círculo Operário de Joinville”

Resultado da viagem do Padre Alberto Kolb, ao Rio de Janeiro

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| Exmo. Sr. Dr. Getúlio D. Vargas — D.D. Presidente da Republica, pelo Trabalho Industria e Comercio | Cr\$ 50.000,00 |
| Exma. Sra. Da. Darcy S. Vargas — D.D. Esposa do Sr. Pres. da Republica | Cr\$ 15.000,00 |
| Exma. Familia Conde Modesto Leal : Sra. Condessa de Modesto Leal Cr\$ 15.000,00 Leal Cr\$ 15.000,00 | |
| Madame Olga Leal da Rocha Miranda (filha) | Cr\$ 5.000,00 |
| Dr. Osvaldo da Rocha Miranda (genro) | Cr\$ 5.000,00 |
| Dr. Mario dos Santos, D.D. Diretor Presidente da «A Propriedade» da Familia Conde de Modesto Leal | Cr\$ 30.000,00 |
| Madame Aurea Leal da Rocha Miranda (filha); um Crucifixo antigo, um Missal antigo, (Preciosidades) uma Estante de Missal de bronze dourado e dois grandes fardos de pano de algodão. | |
| Madame Marieta Pires Ferreira — Um par de galhetas de bronze dourado. | |
| Dr. Mario de Oliveira | Cr\$ 100.000,00 |
| Sr. Mario de Almeida | Cr\$ 20.000,00 |
| Sr. Comendador FR HIME | Cr\$ 5.000,00 |
| Dr. João Carlos Vital — D. D. Presidente do Institutos de Reesseguros do Brasil | Cr\$ 5.000,00 |
| Dr. Carmelio Zamitli Mammana — 300 sacos de cimento — valor. | Cr\$ 15.000,00 |
| Madame Malvina Dolabella Mammana — Bacharel de Direito — um artistico vitral, em memoria de seu inesquecivel pai, Conde Alfredo Dolabella Portella no valor de | Cr\$ 5.000,00 |
| Industrial Xavier Dróishagen — um artistico vitral em memoria de sua netinha | Cr\$ 5.000,00 |
| Exma. Sra. Da. Adelaide Konder — um artistico vitral para Sta. Teresinha | Cr\$ 4.500,00 |
| Exma. Sra. Da. Maria de Souza Costa — D.D. Esposa do Sr. Ministro da Fazenda — um artistico vitral | Cr\$ 4.000,00 |
| Sr. H. Konning — Diretor-Presidente da Cia. Cervejaria Brahma | Cr\$ 5.000,00 |
| Dr. João Marques dos Reis — D.D. Presidente do Banco do Brasil S.A. | Cr\$ 10.000,00 |
| TOTAL | Cr\$ 273.500,00 |

Agradeço de todo o meu coração a Deus Nosso Senhor e aos protetores da minha obra pelo feliz resultado, e continuarei sempre firme no meu proposito: RES NON VERBA — FATOS, NAO PALAVRAS.

Joinville, 10-8-1944
Padre ALBERTO KOLB

Imagem 6: Foto do velório de padre Kolb



Imagem 7: Seção esportiva do COJ



Imagem 8: Passeata luminosa dos sindicatos e COJ, 1939



Imagem 9: Passeata luminosa, 1939.



Imagem 10: Passeata luminosa, 1939.



Imagem 11: Padre Kolb discursando. Aristides Largura aparece à direita do padre com as mãos sobre a mesa. Provavelmente no evento de fundação do PTB, em 1945.



Imagem 12: Panfleto distribuído pelos sindicalistas anunciando a criação do PTB

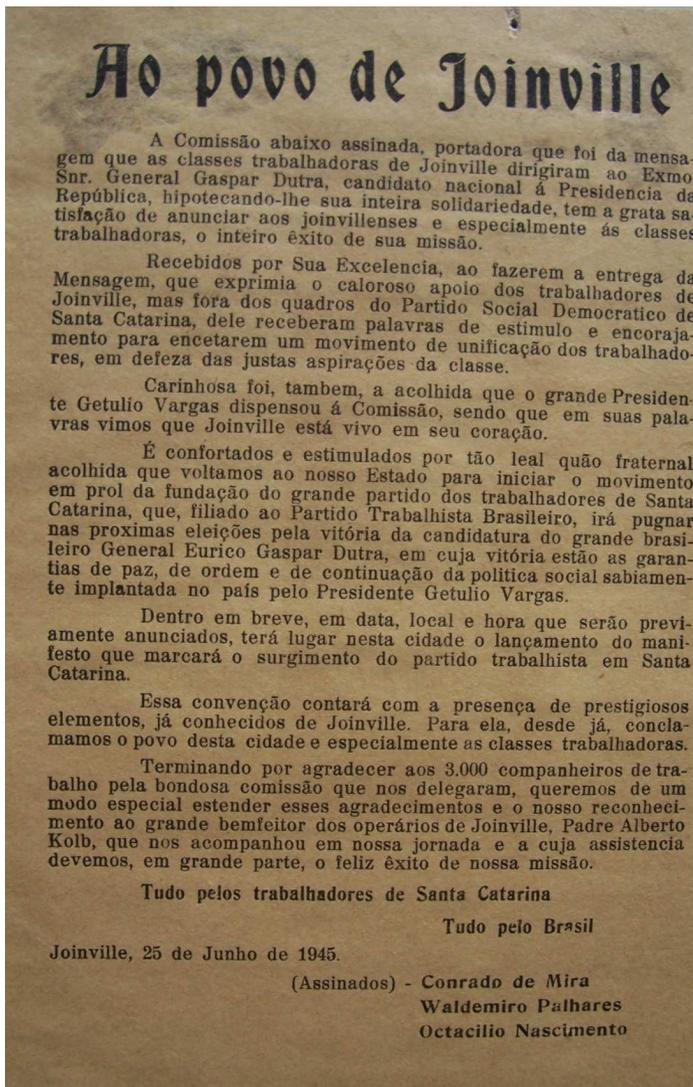


Imagem 13: Nominata PTB

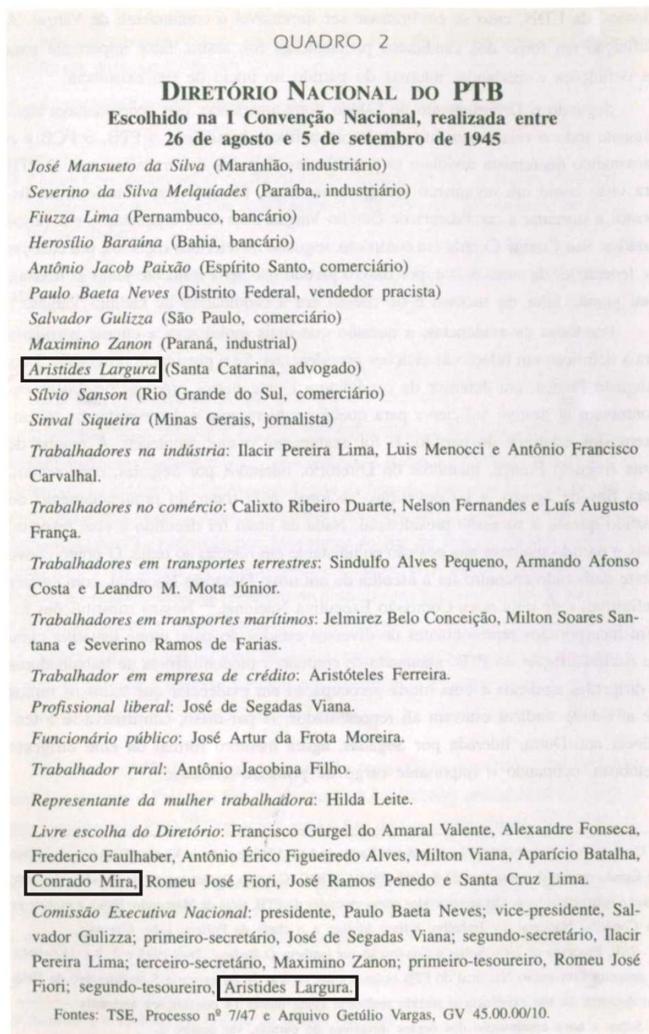


Imagem 14: Panfleto distribuído por padre Kolb para explicar sua adesão à campanha da UDN.

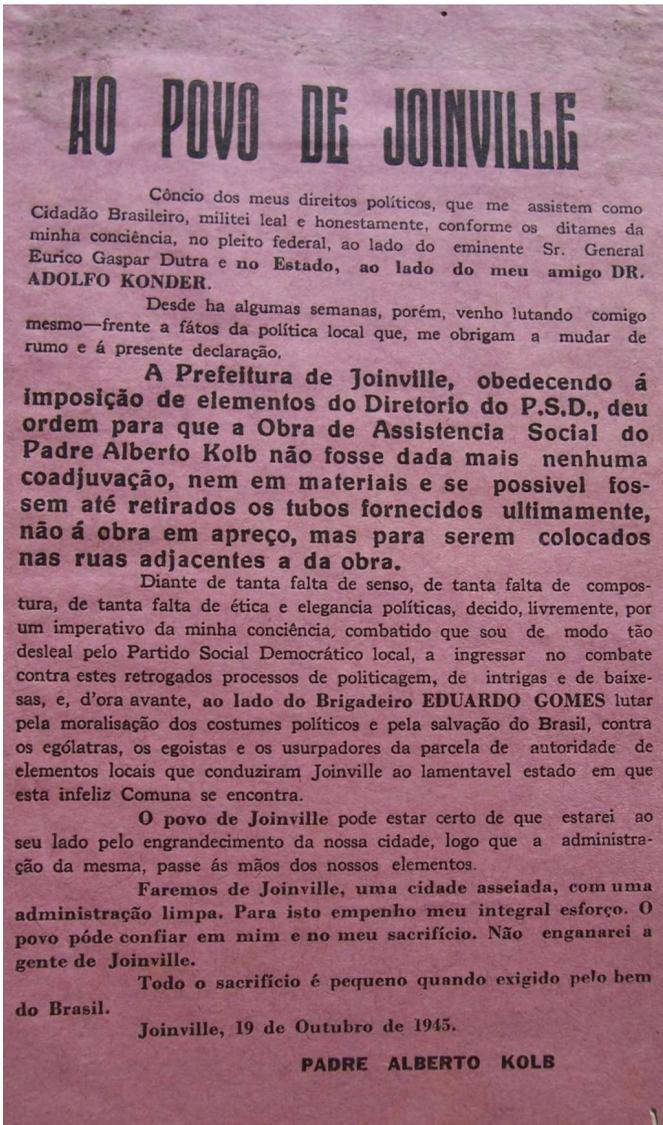


Imagem 15: Panfleto de campanha a prefeito de Conrado de Mira.



Imagem 16: Interventor Nereu Ramos e padre Kolb



Imagem 17: Padre Kolb e colaboradores da Creche Conde Modesto Leal



Imagem 18: Interventor Nereu Ramos discursa em evento em Joinville



Imagem 19: Crianças da Creche Condesto Modesto Leal



Imagem 20: Desfile Círculo Operário



Imagem 21: Desfile Creche Conde Modesto Leal



Imagem 22: Creche Conde Modesto Leal



Imagem 23: Velório Padre Kolb



Imagem 24: Padre Kolb e banda do COJ



Imagem 25: Convite do partido nazista de Joinville ao prefeito Aristides Largura para exibição do filme *Triunfo da Vontade*, 1936.

Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei
Auslands - Organisation

Landesgruppe Brasilien **Kreis Santa Catarina**

Kreisgeschäftsstelle: BLUMENAU
Rua 7 de Setembro, 13
Sprechstunden:
Dienstag, Mittwoch,
Freitag 5 - 6 Uhr.



Briefanschrift:
Dr. Fritz Andres - Joinville -
Caixa postal, 62
Parteiorgan: „Deutscher Morgen“
Verwaltung und Schriftleitung: S. Paulo
Briefanschrift: Caixa Postal, 2256

Abteilung:
Brief No. Joinville, den 6 de Junho de 1936

Exmo. Sr.
Aristides Largura
DD. Prefeito Municipal de
JOINVILLE

Lest den „Deutschen Morgen“, N. S. Wochenblatt Brasilien

Ofício com
data de 10/06/36
opaco cancela

Tenho a subida honra de convidar V.Excia., para a sessão cinematografica que terá lugar segunda-feira, dia 6 do corrente, no salão da Liga das Sociedades, às 9 horas da noite, com a exibição do film " Triunfo da Vontade ", fim este que relata, em todos seus pormenores, o Congresso Nacional-Socialista em Nuremberg.

Prevaleço-me do ensejo para apresentar a V.Excia. os meus protestos de elevada estima e consideração,

de V.Excia.
Amo., Obro. e Atto.
NATIONALSOZIALISTISCHER
DEUTSCHER ARBEITERVEREIN



[Handwritten signature]